

Andréa Cristina Marques de Araújo
Bruna Santana da Encarnação
João Renan Santanna Lopes
Maria Eduarda Milhomem Barata
Sarah Lopes Passarinho
Vinícius Ricardo Pereira de Matos
Organizadores



COLETÂNEA DE TRABALHOS ACADÊMICOS:

PORTFÓLIO DE RESUMOS, RESENHAS E ARTIGOS

3



2022

Andréa Cristina Marques de Araújo
Bruna Santana da Encarnação
João Renan Santanna Lopes
Maria Eduarda Milhomem Barata
Sarah Lopes Passarinho
Vinícius Ricardo Pereira de Matos
Organizadores



COLETÂNEA DE TRABALHOS ACADÊMICOS:

PORTFÓLIO DE RESUMOS, RESENHAS E ARTIGOS

3



2022

2022 by Editora e-Publicar
Copyright © Editora e-Publicar
Copyright do Texto © 2022 Os organizadores
Copyright da Edição © 2022 Editora e-Publicar
Direitos para esta edição cedidos
à Editora e-Publicar pelos organizadores

Editora Chefe
Patrícia Gonçalves de Freitas
Editor
Roger Goulart Mello
Diagramação
Dandara Goulart Mello Roger
Goulart Mello
Projeto gráfico e Edição de Arte
Patrícia Gonçalves de Freitas
Revisão
Os organizadores

COLETÂNEA DE TRABALHOS ACADÊMICOS: PORTFÓLIO DE RESUMOS, RESENHAS E ARTIGOS 3.

Todo o conteúdo dos capítulos, dados, informações e correções são de responsabilidade exclusiva dos organizadores. O download e compartilhamento da obra são permitidos desde que os créditos sejam devidamente atribuídos aos organizadores. É vedada a realização de alterações na obra, assim como sua utilização para fins comerciais.

A Editora e-Publicar não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade Federal de Santa Catarina
Alessandra Dale Giacomini Terra – Universidade Federal Fluminense
Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Andrelize Schabo Ferreira de Assis – Universidade Federal de Rondônia
Bianca Gabriely Ferreira Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Cristiana Barcelos da Silva – Universidade do Estado de Minas Gerais
Cristiane Elisa Ribas Batista – Universidade Federal de Santa Catarina
Daniel Ordane da Costa Vale – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Danyelle Andrade Mota – Universidade Tiradentes
Dayanne Tomaz Casimiro da Silva - Universidade Federal de Pernambuco
Deivid Alex dos Santos - Universidade Estadual de Londrina
Diogo Luiz Lima Augusto – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Edilene Dias Santos - Universidade Federal de Campina Grande
Edwaldo Costa – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Elis Regina Barbosa Angelo – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Érica de Melo Azevedo - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Ernane Rosa Martins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Fábio Pereira Cerdera – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Francisco Oricelio da Silva Brindeiro – Universidade Estadual do Ceará



2022

Glaucio Martins da Silva Bandeira – Universidade Federal Fluminense
Helio Fernando Lobo Nogueira da Gama - Universidade Estadual De Santa Cruz
Inaldo Kley do Nascimento Moraes – Universidade CEUMA
Jaisa Klauss - Instituto de Ensino Superior e Formação Avançada de Vitória
Jesus Rodrigues Lemos - Universidade Federal do Delta do Parnaíba
João Paulo Hergesel - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Jordany Gomes da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Jucilene Oliveira de Sousa – Universidade Estadual de Campinas
Luana Lima Guimarães – Universidade Federal do Ceará
Luma Mirely de Souza Brandão – Universidade Tiradentes
Marcos Pereira dos Santos - Faculdade Eugênio Gomes
Mateus Dias Antunes – Universidade de São Paulo
Milson dos Santos Barbosa – Universidade Tiradentes
Naiola Paiva de Miranda - Universidade Federal do Ceará
Rafael Leal da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Rita Rodrigues de Souza - Universidade Estadual Paulista
Rodrigo Lema Del Rio Martins - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Willian Douglas Guilherme - Universidade Federal do Tocantins

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C694 Coletânea de trabalhos acadêmicos [livro eletrônico] : portfólio de resumos, resenhas e artigos 3 / Organizadores Andréa Cristina Marques de Araújo... [et al.]. – Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5364-107-5

DOI 10.47402/ed.ep.b20221844075

1. Metodologia científica. 2. Direito. 3. Prática de ensino. I. Araújo, Andréa Cristina Marques de, 1973-. II. Encarnação, Bruna Santana da, 1999-. III. Lopes, João Renan Santanna, 2003-. IV. Barata, Maria Eduarda Milhomem, 2003-. V. Passarinho, Sarah Lopes, 1988-. VI. Matos, Vinícius Ricardo Pereira de, 1998-

CDD 340

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Editora e-Publicar

Rio de Janeiro, Brasil

contato@editorapublicar.com.br

www.editorapublicar.com.br



2022

Apresentação

Esta obra é composta por 32 resumos, 28 resenhas e 3 artigos, que englobam os trabalhos realizados pelos alunos do Curso de Bacharelado em Direito, do Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA), turmas DI1TA, DI1NA e DI2Na (tarde e noite), matriculados no 1º semestre de 2022, produzidos como avaliação na disciplina **Metodologia Científica**.

Para tornar a atividade avaliativa mais interessante, tendo como foco a metodologia ativa baseada em projetos e para que os alunos tivessem a experiência completa na pesquisa científica, com a prática de submissão e publicação de suas pesquisas, os trabalhos exigidos como avaliação do 1º bimestre foram então organizados no presente livro, trazendo **a vivência relacionada em publicações científicas**.

Esperamos que este livro tenha despertado nos alunos envolvidos o interesse na pesquisa e publicação científica, colaborando para fortalecer o ensino superior e o desenvolvimento da sociedade.

Andréa Cristina Marques de Araújo

Organizadora

Professora da Disciplina Metodologia Científica

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
RESUMOS.....	11
RESUMO 1	12
	Arnoldo Redig Vazone Bernardo Costa Daumec Franco Kowalsk Coutinho Lobato Laércio Albuquerque Da Silva Júnior Sergio William Vichor Miranda Mendes
RESUMO 2	14
	Augusto Henrico Pereira Castro
RESUMO 3	15
	Bernardo Heitmann Freire Figueiredo
RESUMO 4	16
	Breno Moreira Assis Ribeiro Pinheiro
RESUMO 5	17
	Enzo Della Casa Coelho de Oliveira
RESUMO 6	18
	Felipe Dourado Da Silva
RESUMO 7	19
	Fernanda dos Santos Chaves
RESUMO 8	20
	Heitor Ribeiro Calderaro Martins Gabriel Nascimento Pinto
RESUMO 9	22
	Larissa Silva de Sousa
RESUMO 10	24
	Maria Clara De Castro Farias
RESUMO 11	25
	Pedro Arthur Oliveira de Souza Freitas
RESUMO 12	26
	Arthur Vinicius Leão Silva
RESUMO 13	27
	Bruno Vinicius Moraes Sousa
RESUMO 14	28
	Conceição de Maria Rodrigues Cruz
RESUMO 15	30
	Dayane dos Santos
RESUMO 16	31
	Ester Regina Furtado Monteiro

RESUMO 17	32
	Gabriel Bernardes da Silva André Victor Silva
RESUMO 18	33
	Giovanna de Carvalho Mangini de Almeida Anna Beatriz Monteiro Santiago
RESUMO 19	34
	Isane Cristina Farias
RESUMO 20	35
	Juli Vitória Obalski Sampaio
RESUMO 21	36
	Marcelo da Silva Braz Matheus Oliveira Jucá
RESUMO 22	37
	Marco Antonio Marques Maia
RESUMO 23	38
	Marília Costa Rodrigues
RESUMO 24	39
	Ronildo Moraes da Fonseca
RESUMO 25	40
	Vinícius Picanço Bezerra
RESUMO 26	41
	Ana Beatriz Moreira Ferreira Gabriela Alvarenga Mártires Coelho
RESUMO 27	42
	Adrielly Marques Costa Monteiro Caroline Silva Fadel Geovana Souza Marques Igor Costa Norat Maria Luiza Ferreira Ramos
RESUMO 28	43
	Alan Ferraz Paredes
RESUMO 29	44
	Benedito Mutran Neto
RESUMO 30	45
	Fábia Seguin Sabado Jéssica Brandão Marcella Nunes Alves Fernandes Mayara Amaral
RESUMO 31	46
	Laila Beatriz Lima
RESUMO 32	47
	Julianne Dutra da Costa

RESENHAS	48
RESENHA 1	49
	Adriana Lobato Yared de Oliveira Bernardo Coimbra Coelho de Assis Manuela Sobral Porpino Paes Barreto Yasmin Mousinho Jorge e Jorge
RESENHA 2	54
	Adrielly Marques Costa Monteiro Caroline Silva Fadel Geovana Souza Marques Igor Costa Norat Maria Luiza Ferreira Ramos
RESENHA 3	57
	Ana Beatriz Pantoja Costa Camile Almeida Sousa
RESENHA 4	59
	Ana Carla Costa Ana Laura Henschel Carolina da Luz
RESENHA 5	60
	Anna Beatriz Monteiro Santiago Giovanna De Carvalho Mangini de Almeida
RESENHA 6	62
	Bernardo Heitmann Freire Figueiredo Gabriel Nascimento Pinto Heitor Ribeiro Calderaro Martins Sérgio William Vichor Miranda Mendes
RESENHA 7	84
	Bruno Vinicius Moraes Sousa
RESENHA 8	86
	Conceição de Maria Rodrigues Cruz Dayane dos Santos Juli Vitória Obalski Sampaio
RESENHA 9	89
	Ester Regina Furtado Monteiro
RESENHA 10	93
	Felipe Dourado da Silva
RESENHA 11	96
	Gabriel Bernardes da Silva André Victor Silva de Araújo
RESENHA 12	98
	Isane Cristina Farias
RESENHA 13	100
	Marco Antonio Marques Maia

RESENHA 14	103	Maria Clara de Castro Farias
RESENHA 15	105	Marília Costa Rodrigues
RESENHA 16	111	Matheus Oliveira Jucá
RESENHA 17	113	Ronildo Moraes da Fonseca
RESENHA 18	115	Benedito Mutran Neto
RESENHA 19	119	Fábia Seguin Dias Sabado
RESENHA 20	122	Gian Carlo Magela Cabral Falcão Leticia Farias Viana
RESENHA 21	124	Isabella Arrais Maroja de Souza Larissa Cristina Feliz da Silva Lívia Yasmin de Andrade Resende
RESENHA 22	127	Ivan Delaquis Perez Filho
RESENHA 23	129	Marco Alec Arnour Fagundes
RESENHA 24	131	Mayara Souza do Amaral
RESENHA 25	134	Joaquim Simões Laila Beatriz Lima Lucas Sampaio
RESENHA 26	137	Jéssica do Carmo Brandão Marcella Nunes Alves Fernandes
RESENHA 27	139	Julianne Dutra da Costa
RESENHA 28	142	Ana Beatriz Moreira Ferreira Gabriela Alvarenga Mártires Coelho Vinicius Machado Duarte
ARTIGOS.....	145	
ARTIGO 1.....	146	Carlos Egger Carvalho Miranda Junior Fábio Natel Louzada Luciano Cavalcante de Souza Ferreira

ARTIGO 2.....	150
	Isane Cristina Farias
ARTIGO 3.....	154
	Dayane dos Santos
	Juli Vitória Obalski Sampaio
	Marco Antônio Marques Maia
	Marília Costa Rodrigues
ORGANIZADORES.....	159

Resumos






RESUMO 1

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Arnoldo Redig Vazone
Bernardo Costa Daumec
Franco Kowalsk Coutinho Lobato
Laércio Albuquerque Da Silva Júnior
Sergio William Victhor Miranda Mendes

RESUMO

Para introduzir falar de conhecimento científico é necessário diferenciar dos demais tipos de conhecimentos. A diversidade de consciência como popular, filosófico, religioso (teológico) e científico, dificulta a vascularização do assunto abordado, por conta de seus relativismos serem facilmente usados de forma equivocada, fazendo com que as seguintes formas de ciências sejam elas factuais ou formais de diversos subtemas, abordando como exemplo a física e a lógica matemática, tendo assim a complexidade e de seus diferentes fenômenos. O objetivo do texto é diversificar os tópicos dos conhecimentos dentre eles os teológicos, sociais, filosóficos e científicos mostrando as barreiras de diversificação de cada assunto, demonstrando as ramificações necessárias para criar-se o conhecimento e rotular na determinada área de pensamento proposto, proporcionando objetivo e uma função. Com tal necessidade em estudar o mundo, o homem criou as ciências e com elas seus principais tópicos determinando cada assunto acarretando mais ramos para estudar os acontecimentos, determinando-os factuais e formais. O capítulo discorre sobre a relação entre a Ciência e seu tipo de conhecimento (científico) e como esse se relaciona com outras fontes de conhecimento. Pode-se perceber quatro formas de pensamento presente na sociedade, dados os tipos (de pensamento) e suas características, como diferem-se entre si; as suas finalidades; e suas respectivas abrangências intelectuais na sociedade, são notórios os seguintes conhecimentos: Filosófico, que baseia-se em experiências, portanto não pode ser refutado por experimentação, usado por quem busca uma tese unifique o universo; Popular, valorativo, busca tão somente compreender os acontecimentos cotidianos, e ainda influenciados por observações dotadas de emoções, com isso dificulta-se a transmissão desse conhecimento; teológico, também valorativo, baseia-se puramente na fé e revelações sobrenaturais, sendo então indiscutível, e ainda sistemático, pois explica o começo e o fim do mundo; e enfim o Científico, é factual, pois examina os fatos manifestados na realidade e a partir da experimentação de hipóteses, são formuladas teoria sobre uma grandes variedades de fatos/ocorrências. De modo que, por este procedimento, é expandido o entendimento sobre o indivíduo na sociedade e os seus vários meios de raciocínio consequentemente, de ação. Em suma, conclui-se que o conhecimento científico se diferencia de outras vertentes do conhecimento, como o filosófico, teológico e do senso comum, em função das especificidade de abordagens sob diferentes contextos, tendo em vista, que no conhecimento científico, as teorias são baseadas em evidências e comprovações concretas, enquanto que nas outras áreas do conhecimento, são apenas teóricas, religiosas e empíricas e até mesmo subjetivas. Contudo, e com todas as perceptíveis distinções entre si, não necessariamente precisam estar postos em posições diferenciadas, considerando que muitas crenças populares podem ser comprovadas cientificamente e também, servir de estímulo para a



busca da comprovação de sua verdade. Nessa perspectiva, considera-se mais coerente pensar ideologicamente não como uma forma de conhecimento distinta das outras, mas como uma dimensão do conhecimento que pode estar presente em todas as formas de conhecimento. Assim, o conhecimento científico pode se revestir de uma dimensão ideológica na medida que procura buscar legitimidade pelo modo como transforma a natureza e a sociedade e pela forma que conhecimento é concebido e estruturado.

PALAVRAS-CHAVE: diferenciar; diversidade; conhecimento; sociedade.



RESUMO 2

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Augusto Henrico Pereira Castro¹

RESUMO

O capítulo 3 **Ciência e conhecimento científico** aborda as relações e diferenças entre os tipos de conhecimento, dentre eles o popular e científico. O conhecimento popular ou "senso comum" é aquele passado entre gerações, levando em conta a experiência própria, em contrapartida, o científico considera o método experimental mais confiável e objetivo para explicação de fenômenos. Se tratando de peculiaridades, o conhecimento vulgar é mais básico, superficial, assintomático. Em alternativa, o científico é o que mais se aproxima do exato, sendo sistemático, aprofundado. Além desses, é citado os conhecimentos filosófico e religioso. O filosófico utiliza a razão para analisar os problemas humanos para conseguir distinguir o certo e errado. O conhecimento teológico, ou religioso, é indiscutível e infalível, já que possuem relação direta ao sobrenatural, não podendo ser debatida com a lógica. A Ciência, portanto, é a organização de conhecimentos. As ciências possuem objetivos, funções e objetos (materiais ou formais). Dependendo da necessidade do homem de estudar a diversidade de fenômenos, as ciências podem ser divididas em duas, Formais (que será dividida em Lógica e Matemática) e as Factuais (que se desmembrara em Naturais e Sociais). O subgrupo das Naturais será dividido em física, química, biologia e outros, enquanto as Sociais em direito, economia, política, sociologia, psicologia social e antropologia cultural. Conclui-se que o ser humano, independente dos métodos, buscará compreender a si mesmo e o meio que se encontra, utilizando-se de qualquer tipo de conhecimento, visando melhorar sua forma de entender a realidade.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimentos; Diferenças; Organização; Ciência.

¹ Graduando em Direito pelo Centro Universitário do Pará (Cesupa). Turma DIINA.



RESUMO 3

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Bernardo Heitmann Freire Figueiredo²

RESUMO

O terceiro capítulo da obra **Fundamentos da Metodologia Científica** das autoras Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos é responsável por esclarecer, caracterizar e classificar o conhecimento, seja ele científico, popular, filosófico e religioso. Tal trecho do livro aponta que há uma proximidade entre o senso comum e o conhecimento científico e o que os diferencia é a forma, o método e os instrumentos do conhecer. O conhecimento popular pode ser caracterizado pela sua predominância de superficialidade, sensibilidade, subjetividade, além de ser assistemático e acrítico. Todos esses adjetivos caracterizantes do conceito de senso comum podem ser explicados e validados pelas experiências de vida dos indivíduos. Ademais, o capítulo três do livro ainda pontua que existem quatro tipos de conhecimentos subdivididos, frutos do conhecimento científico e que são diferenciados uns dos outros muito mais pelo seu contexto metodológico do que propriamente do seu conteúdo. Esses quatro tipos de conhecimentos são: conhecimento popular, científico, filosófico e religioso.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento científico; Senso comum; Métodos do conhecimento; Experiências.

² Graduando em Direito – DIINA.



RESUMO 4

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Breno Moreira Assis Ribeiro Pinheiro³

RESUMO

A obra de Lakatos e de Marconi fala sobre o conhecimento científico e busca diferenciá-lo dos outros tipos de conhecimentos e assim passou a sua visão sobre o que diferencia o conhecimento científico dos demais. O objetivo de Lakatos e de Marconi foi analisar o conhecimento científico e diferenciá-lo de outros tipos de conhecimentos. A forma que os autores utilizaram para compor o texto foi o uso de diversos tipos de metáforas para deixar o texto bem dinâmico e de fácil entendimento, além de usar alguns exemplos do dia-dia. As autoras deram o seu ponto de vista sobre os conhecimentos apresentados e explicaram todos os passos e conceitos bem detalhadamente sobre conhecimento científico, conceito de ciência, etc. Vários meios foram usados para explicar o ponto do autor e sempre tentando deixar bem detalhado toda a ideia e opinião que a autora tem sobre o assunto e sempre exaltando a importância da ciência e diferenciando o conhecimento científico que lida com diversas situações reais, ou seja, fatos e assim diferenciando de diversos outros tipos de conhecimentos como por exemplo, o conhecimento filosófico que lida com hipóteses.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento científico; Conceito de ciência; Conhecimento popular.

³ Graduando-se em Direito.



RESUMO 5

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Enzo Della Casa Coelho de Oliveira⁴

RESUMO

A obra *Fundamentos da Metodologia Científica*, por meio da análise dos tipos de conhecimento, busca evidenciar as características do conhecimento científico, o qual busca à coerência (racionalidade) quanto a adaptação aos acontecimentos ao invés de permitir especulações sem controle (objetividade), demonstrando o caráter racional e objetivo da ciência, que possui forma, modo, método e instrumentos específicos, fatores que permitem a diferenciação dos tipos de conhecimento. Nesse sentido, é necessário compreender os diferentes tipos de conhecimento que permitem ao indivíduo a compreensão da realidade em que está inserido, existem dessa forma quatro tipos de conhecimento, cada um com suas particularidades e metodologias. O conhecimento popular, o qual é valorativo, pois se baseia em uma apuração operada com base em estados de ânimo e emoções, reflexivo, uma vez que estando familiarizado com o estado do objeto não possui a capacidade de produzir uma concepção global, assimétrico, visto que não fundamenta a sua organização em uma ordenação das ideias, mas na peculiar experiência do próprio do sujeito cognoscente, verificável, pois está restrita ao espaço da vida diária, e pode ser percebido no cotidiano, falível e inexato, dado que se conforma com o aspecto do objeto. Logo, não permite a construção de pressupostos sobre eventos ocorridos além das compreensões objetivas. Ademais, há o conhecimento filosófico, o qual é alicerçado na experiência, consequentemente, esta forma de saber surge da experiência e não da experimentação, tornando o conhecimento não verificável, racional, em razão de ser fundamentado em um agrupamento de conjecturas logicamente relacionadas, sistemático, já que busca uma exibição adequada da realidade analisada, infalível e exato, pois busca uma realidade capaz de englobar as demais. Assim, é caracterizado pelo empenho da razão pura para indagar sobre os problemas humanos e a capacidade de diferenciar o certo do errado, recorrendo às luzes da razão humana. Há também, o conhecimento religioso baseado em dogmas as quais possuem preceitos sagrados, tornando-se dessa maneira valorativo, inspiracional, infalível, sistemático, tornando suas conclusões indiscutíveis e exatas. Por fim, há o conhecimento científico, o qual embasa-se nas provas dos fatos examinados e experimentalmente monitorados, esse conhecimento é real, pois trabalha acontecimentos e fatos, compondo um saber contingente, visto que seus pressuposto ou hipóteses possuem sua autenticidade ou inautenticidade obtida por meio da experiência e não somente da razão, é sistemático, já que se trata de um conhecimento organizado logicamente, constituindo um ordenamento de ideias, é verificável, uma vez que enunciados que não podem ser provados deixam de pertencer ao âmbito da ciência, é falível, já que não pode ser definido como absoluto, e por isso, é aproximadamente exato: novas alegações e a criação de técnicas podem reestruturar o agregado de teorias existentes. Concluindo, a ciência, oriunda do conhecimento científico, é uma organização de conhecimentos, logicamente relacionados sobre a ocorrência de certos fenômenos que pretendem-se estudar, passíveis de serem sujeitos à análise.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimentos; Razão; Organização; Experimentação; Verdade.

⁴ Aluno do curso de direito, DINA.



RESUMO 6

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Felipe Dourado Da Silva⁵

RESUMO

Introdução: O capítulo 3 abrange todos os tipos de conhecimento, desde o científico até o religioso, ao se falar em conhecimento científico temos que saber diferenciá-lo dos demais, sendo um conhecimento obtido de forma racional conduzido por meio de experimentos científicos, já o religioso apoia-se em doutrinas e se baseia na fé das pessoas não sendo necessário passar por provas científicas. **Objetivo:** O objetivo do capítulo se trata nos ensinamentos dentre os diferentes tipos de conhecimento e o aprendizado de todos para poder diferenciar um do outro tendo cada um as suas particularidades diferentes, entretanto, o capítulo também chega a correlacionar um conhecimento com o outro, mostrando que é possível dois conhecimentos distintos andarem juntos em busca de respostas. **Metodologia:** O capítulo adota um formato de exemplos vividos no cotidiano da sociedade para o autor poder exemplificar seu pensamento, além disso, para melhorar a explicação também se utiliza de pontos em negrito para mostrar aquilo que de fato é mais importante nos estudos do leitor. **Resultados e Discussão:** Com essa leitura, obtive vários resultados, conseguir compreender os diferentes tipos de conhecimento que constam no mundo além de conseguir abrir meu pensamento e entender que para tudo tem uma razão, também aprendi a importância de conhecer todos os tipos de conhecimento para que se possa obter respostas em diferentes pontos de vista. **Conclusão:** É de suma importância a leitura deste livro e principalmente desse capítulo, para nos ajudar a compreender o mundo na qual vivemos, sabendo diferenciar e respeitar todos os conhecimentos, obtendo todos os tipos de conhecimentos em diferentes pontos de vista poderíamos facilmente entender o mundo e assim construir um mundo melhor e mais compreensível.

PALAVRAS-CHAVE: Compreender; Conhecimento; Doutrina; Fé; Racional.

⁵ Graduado em Ensino Médio. Graduando em Direito.



RESUMO 7

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Fernanda dos Santos Chaves ⁶

RESUMO

Introdução: No capítulo três do livro **Fundamentos de Metodologia Científica**, as autoras explicitam as diferentes formas de manifestação do conhecimento durante o cotidiano da população, seja por meio da ciência, do senso comum, bases filosóficas ou crenças religiosas.

Objetivo: Compreender e diferenciar o conhecimento científico de outras formas de conhecimento. **Metodologia:** Para a diferenciação, foi necessária a utilização de um repertório histórico capaz de explicar, de forma clara, tais elementos. Além disso, também foi utilizado a opinião de diversos especialistas para desenvolver as informações que caracterizam e diferenciam os tipos de conhecimento. **Resultados e Discussão:** Após diversas análises, ficou evidente que os conhecimentos científico, popular, religioso e filosófico se diferem mais por sua metodologia, ou seja, por seu corpo de regras do que pelo conteúdo em si. **Conclusão:** Apesar das inúmeras diferenças metodológicas, as diversas formas de manifestação do conhecimento podem adentrar diversas áreas de uma única pessoa, uma vez que essa pessoa é capaz de adquirir embasamento científico, reproduzir pensamentos por meio do senso comum, seguir correntes filosóficas e acreditar no poder divino. Sendo assim, as formas de conhecimento coexistem dentro dos sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento; Ciência; Diferenças metodológicas.

⁶ Graduação em Direito. Turma DIINA.



RESUMO 8

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Heitor Ribeiro Calderaro Martins⁷
Gabriel Nascimento Pinto⁸

RESUMO

Este resumo analisa a obra *Fundamentos da Metodologia Científica*, buscando a compreensão do conhecimento científico. É necessário diferenciá-lo dos demais tipos de conhecimento existentes, assim, é preciso compreender que o conhecimento científico é transmitido por intermédio de treinamento apropriado, obtendo-se de modo racional, conduzido através de procedimentos científicos. Tem por objetivo explicar os motivos e os meios pelos quais os fenômenos ocorrem, visando demonstrar os fatos que estão associados, numa visão mais global do que a relacionada com um simples evento (uma cultura específica). Além do conhecimento científico, existem outras formas de entender a realidade, como o conhecimento popular, o qual é baseado numa escolha operada com esteio em estados de ânimo e emoções. É, portanto, valorativo, reflexivo, assimétrico, verificável, falível e inexato. Outrossim, o conhecimento filosófico é fundamentado em hipóteses filosóficas baseadas na vivência, as quais não poderão ser submetidas à observação, portanto emerge da experiência e não da experimentação. Desse modo o conhecimento filosófico torna-se valorativo, racional, sistemático, não verificável, infalível e exato. Há ainda o conhecimento religioso que possui premissas sagradas, por terem sido reveladas pelo sobrenatural. As verdades são vistas como infalíveis e indiscutíveis, sendo assim é valorativo, inspiracional, sistemático e não verificável. Chega-se ao resultado sobre do que trata o conhecimento científico, o conceito de ciência e explica a classificação e divisão da própria ciência. Conclui-se que o conhecimento científico é considerado verídico por tratar ocorrências concretas, incerto por suas colocações terem sua confirmação ou negação descoberta através de vivências e não apenas por meio da teoria; é um saber organizado por meio da lógica; podendo ser duvidoso por não ser totalmente confirmável. Ademais, o sujeito que possui tal conhecimento pode retirar e adquirir erudição nas mais diversas áreas. Usando o homem como objeto de estudo, por exemplo, pode analisá-lo como agente na sociedade, objeto de análise biológica, física e até mesmo como obra do divino ou sobrenatural. As mais diferentes formas de conhecimento podem pertencer ao mesmo sujeito. A conceituação de ciência é dada como a junção lógica de elementos e atos baseados em fatos racionais, dirigidos ao conhecimento de determinado sujeito ou objeto que possa ser submetido a inquirição. A ciência possui segmentos como: analisar as normas que guiam algum fato, aprimoramento por meio do aumento de conhecimento sobre a relação do ser humano com o ambiente em que vive, análise do que é tido como objeto de estudo de modo geral e foco nas plurais ciências que possuem o mesmo sujeito de análise. A pluralidade existente nas formas de conhecimento trouxe à pauta a necessidade da criação de ramificações do estudo científico, criando assim diversos segmentos de estudo dentro da ciência. Em conclusão, o capítulo analisa o conhecimento científico, apontando as suas peculiaridades em relação as demais formas de conhecimento, seus artificios e teorias, justifica fenômenos e apresenta o conhecimento popular

⁷ Aluno do curso de Direito, turma DIINA.

⁸ Aluno do curso de Direito, turma DIINA.



como forma de análise. Mostra a ciência em sua definição e compreende como a mesma se põe em relação a lógica e como se ramifica a partir de conhecimentos específicos.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência; Lógica; Ramificações; Conhecimentos; Características.

RESUMO 9


MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Larissa Silva de Sousa⁹

RESUMO

Introdução: O capítulo expõe, como instrumento de introdução geral às disciplinas de Metodologia Científica, os aspectos do conhecimento científico, os tipos de conhecimento, ou seja, aduz um conteúdo essencial à atuação dos diferentes especialistas em suas áreas de pesquisa, exigindo sistematização, racionalidade e lógica. **Objetivo e metodologia:** através da leitura do livro fundamentos da metodologia científica, aponto partes essenciais e ideias principais, apresentando concisamente seus dados mais relevantes em um texto curto o conteúdo do texto integral, seguindo as normas da ABNT, com objetivo de fornecer ao leitor uma descrição clara do seu estudo e resultados sem que o tal necessite ler o capítulo inteiro. **Resultados e discussão:** o autor demonstra as diversas formas de conhecimento. Além disso, tem como objetivo a diferenciação do conhecimento científico para os outros conhecimentos. Em toda história da humanidade é clara a utilização de conhecimentos não científico, como por exemplo, o camponês que mesmo sem utilizar métodos e regras científicas, conseguia obter êxito em suas plantações, valendo, assim, de outros conhecimentos. Quando se observa esses fatos históricos, destacam-se dois tipos de conhecimento, o popular e o científico. Onde o popular é transmitido de geração para geração por meio da cultura, tradições, bem como empiricamente, enquanto o conhecimento científico é obtido, de forma racional. Estes não se distinguem um do outro, visto que só são diferenciados pelos métodos que são utilizados para obter tal, mas não são diferenciados pela veracidade do objeto conhecido. Dessa forma, o conhecimento popular tem suas particularidades, pautadas ao modo de identificar algo, assim podem ser listado algumas características deste tipo de conhecimento, como a Superficialidades, ou seja, conforma-se como aparência; o Sensitivo, refere-se a vivências, estados de ânimo e emoções vividas diariamente; o Subjetivo que se fundamenta em suas próprias experiências e conhecimentos vivência própria; o Assistemático, ou seja, não tem interesse em comprovar seu conhecimento e; o Acrítico não tem finalidade desenvolver seu conhecimento de forma crítica. À vista disso, o conhecimento filosófico tem como características, a valoração, racionalidade, sistematização de ideias e pensamentos, que visam assim uma representação coerente da realidade estudada, de modo, a ser infalivelmente exato, pois não se passa por um crivo da observação. Enquanto que o conhecimento religioso se fundamenta em doutrinas que contêm posições sagradas, e por esta razão são indiscutíveis. Posto isso, não necessita que suas evidências sejam verificadas, é dada pela fé, não podendo colocar esse credo em dúvida. E por último, o conhecimento científico, é baseado em testes que evidenciam o fato observado, tendo como característica a verificabilidade. Por conseguinte, compreende-se a Ciência como a sistematização de conhecimentos, uma construção lógica de preposições, que são construídas de forma racional e que passam por verificação, aperfeiçoando os acervos de conhecimento do homem com o mundo. **Conclusão:** o capítulo vem demonstrar de forma lúcida e clara o conhecimento científico e outros tipos de conhecimentos, correlação entre os tipos de conhecimento, características do conhecimento popular, científico, religioso, filosófico; conceito, classificação e divisão da ciência. Essa amarração técnica utiliza-se do

⁹ Graduanda em Direito.



pilar para explicação e diferenciação entres os tipos de conhecimentos e suas subdivisões, para que o alcance os objetivos propostos.

PALAVRAS-CHAVES: conhecimento; científico; classificação.



RESUMO 10

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Maria Clara De Castro Farias¹⁰

RESUMO

O presente capítulo visa primeiramente diferenciar os conceitos de conhecimento científico e conhecimento popular ou vulgar fazendo uma diferenciação entre os métodos de ambos, e em seguida introduzindo uma explicação sobre os diferentes tipos de conhecimentos encontrados dentro do panorama acadêmico. O autor deixa claro que seu objetivo é tratar do conhecimento científico como algo sistemático, uma explicação racional, ordenada logicamente e formando um conjunto de ideias que comprovadas formam uma teoria científica, diferentemente do conhecimento dado como senso comum que, por mais que talvez seja factual e realmente ocorra natureza, se trata de algo mais raso e com menos reflexão. A metodologia adotada ao longo do capítulo, seria a conceituação das demais formas de conhecimento que se apresentam no mundo acadêmico, o conhecimento científico e o popular (senso comum), mas também o filosófico explicando a corrente de ideias e a filosofia como a razão pura, e também o conhecimento religioso, demonstrando suas matrizes de pensamento e a sua relação com a fé pessoal. A conceitualização do que é considerado conhecimento científico ou não vem da utilização de Trujillo Ferrari sobre o conceito de ciência, apontado depois da esclarecendo sobre as diferentes formas apresentadas qual é fundamentalmente racional e qual não é fazendo um esquema para enunciar sua concepção sistematicamente. Comprovando então que existem várias formas apresentadas como obtenção de conhecimento, porém elas devem ser diferenciadas pela sua metodologia e separadas por suas devidas áreas de atuação sendo cada uma delas válida, porém não necessariamente, ciência.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento científico; Metodologia; Ciência.

¹⁰ Graduanda em Direito pelo Centro Universitário do Pará (CESUPA).



RESUMO 11

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Pedro Arthur Oliveira de Souza Freitas¹¹

RESUMO

O capítulo 3 do livro pretende abordar o conhecimento científico, caracterizando-o e o diferenciado das demais formas de conhecimento com exemplos das relações do conhecimento científico e o senso comum para ajudar na compreensão do assunto nas visões das autoras Lakatos e Marconi. Dessa forma o presente capítulo caracteriza o conhecimento popular na sociedade e sua correlação com o conhecimento científico enfatizando a ciência como não sendo o único caminho capaz de levar a verdade. Ademais há a descrição dos 4 tipos de conhecimento sendo eles o popular, filosófico, religioso e científico assim como as diferenças marcantes entre eles de origem contextual metodológica. O conhecimento popular sendo uma forma de conhecimento falível e inexata fruto de percepções subjetivas e portanto dependentes da interpretação de cada indivíduo; o conhecimento filosófico por sua vez traz um conhecimento baseado na racionalidade e na lógica onde a experimentação é dispensável e a ideia valorizada, um saber infalível e exato; o conhecimento religioso é considerado infalível e indiscutível tendo em vista que esse é consequência de uma verdade revelada pelo sobrenatural que é constantemente alvo da ciência que procura validar ou refutar as informações trazidas por escrituras sagradas e **divindades**; e finalmente o conhecimento científico que é marcado pela verificabilidade sendo uma ciência falível e aproximadamente exata. É abordado também o conceito de ciência que é descrita como uma sistematização de conhecimentos que pode ser verificado, possuindo um objetivo, função e objeto. O capítulo finaliza com a classificação de divisão da ciência necessária para definir sistematicamente as diferenças das ciências de acordo com seu conteúdo e complexidade.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento científico; Ciência; Conhecimento.

¹¹ Graduando em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA). Turma DIINA.



RESUMO 12

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Arthur Vinicius Leão Silva¹²

RESUMO

Entende-se, na abordagem do autor, que ao tratar da assimilação do conhecimento pode se dividir em dois níveis: o conhecimento popular, este se obtém através da experiência pessoal, portanto, conhecimento popular. E o conhecimento obtido por um treinamento lógico para o entendimento sobre um determinado assunto, logo, conhecimento científico. A diferença entre esses dois conhecimentos se dá pelo método que se chega a conclusão ao indicado assunto. Ambos os métodos buscam a racionalidade e a objetividade, no entanto, o conhecimento científico tende a alcançar essa objetividade com mais perfeição, haja vista que, este método possui um sistema ordenado de fundamentos para se chegar a determinadas conclusões. Por outro lado, o método empírico padece da sistematização ordenada de teorias considerando que tal conhecimento se limita à compreensão pessoal. O conhecimento popular subdivide-se em quatro principais pontos que o caracterizam, são eles: superficial, sensível, subjetivo, assistemático, acrítico. Para o conhecimento popular o aspecto exterior já basta para comprovar uma teoria (Superficial); basta condizer com a realidade pessoal (Sensitivo); o próprio indivíduo cria uma sistema não ordenado para se chegar a conclusão sobre um assunto (Subjetivo); o sistema criado pelo indivíduo não apresenta lógica para validar sua teoria (Assistemático). O método do conhecimento científico lida com fatos e é passível de conclusão entre verdadeira e falsa devido a experiência. E, por fim, é sistemático, pois se organiza de forma lógica, ocasionando assim, a existência de uma teoria. O conhecimento científico como uma organização de teorias possui finalidade, função e Objeto. Identifica as leis gerais do assunto (Finalidade); desenvolvimento, em razão do progresso de conhecimento (Função); o material que se propõe a ser analisado (Objeto).

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento científico; Método empírico; Conhecimento popular.

¹² Arthur Vinicius Leão Silva, aluno de bacharelado em direito, DI2NA.



RESUMO 13

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Bruno Vinicius Moraes Sousa¹³

RESUMO

As autoras iniciam o terceiro capítulo do livro diferenciando a ciência das outras metodologias, ilustrando um cenário histórico dentro da evolução das técnicas agrícolas de produção, fazendo uma comparação entre os métodos científicos utilizados para ampliar a produção de alimentos e o conhecimento popular como agente limitador da evolução científica racional. Enquanto o bom senso, ou seja, o conhecimento vulgar, é considerado um conhecimento comum, corrente, espontâneo, e antropocêntrico, em contrapartida, o conhecimento científico é baseado na formulação de hipóteses sobre a existência de objetos e fenômenos que podem ser provados e contestados teoricamente. O conhecimento popular é considerado valorativo, pois se baseia em um estado de ânimo e emoções, assistemático, pois não desenvolve uma sistemática, e dificulta a verificação do conhecimento. As autoras trazem ainda a explanação sobre o conhecimento filosófico e religioso e as semelhanças que podem ser encontradas entre estes conhecimentos e o conhecimento popular. Tais formas de conhecimento são de difícil refutação, pois estão no campo da ideia. No campo filosófico é difícil chegar a uma confirmação definida, sendo este fortemente reflexivo e usa da razão pura para questionar os problemas humanos. O conhecimento religioso usa da teologia para fazer sua reflexão e sistemática, e por outro lado a fim de refutar tais ideias a ciência busca, em suas pesquisas, fatos concretos para a fim de refutar tais ideias. O conhecimento científico tem características factuais, verificáveis, contestáveis (falível), verificável, e sempre se aproxima do exato. Colocando a ciência em outro patamar em relação aos conhecimentos citados anteriormente, sendo ela uma sistematização de conhecimento, que podem até ser iniciada como conhecimento popular, porém é necessário haver um conjunto de proposições relacionadas.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento popular; Conhecimento filosófico; Conhecimento religioso; Ciência.

¹³ Graduado em Relações Internacionais, Rollins College, Estados Unidos. Graduando em Direito, Centro Universitário do Pará, Brasil - Turma: DI2NA.



RESUMO 14


MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Conceição de Maria Rodrigues Cruz¹⁴

RESUMO

Acerca dos mais variados tipos de conhecimento, principalmente no que diz respeito ao conhecimento científico é buscado demonstrar suas diferenças e correlações com os demais ramos do conhecer. No que tange o conhecimento popular, este se distingue do conhecimento científico ou pela sua forma de observação, modo, método ou ainda pelos instrumentos, pois enquanto o científico se importa com o porquê ou como as coisas acontecem o senso comum caracteriza-se por ser: superficial, sensitivo, assistemático, acrítico e subjetivo, transmitido de geração para geração pela educação informal, baseado em imitação e experiência pessoal, claramente vinculado à percepção e à ação. Não obstante, essa diferença em relação ao método não se limita apenas ao popular, mas também aos outros conhecimentos (filosófico e religioso). Ademais, as características principais desses outros ramos são; (Conhecimento Popular) Valorativo, estando fundamentado em ânimos/emoções; Reflexivo, Verificável, com base nos experimentos cotidianos, sendo tal verificação limitada; Assistemático, dispendo de organização particular baseada nas próprias escolhas e Falível/Inexato; não permitindo a formulação de hipóteses acerca da existência de fenômenos além das percepções objetivas, isto é, limitado às experiências auditivas e a relatos transmitidos. (Conhecimento filosófico) valorativo, pois parte de hipóteses, e estas não poderão ser submetidas à observação; Racional, consistindo em enunciados organizados de forma lógica; Não verificável, já que tais hipóteses filosóficas não dispõem de refutação; Sistemático, visando uma organização sistêmica e coerente da realidade estudada; Exato e infalível, já que o conhecimento filosófico é caracterizado pelo esforço da razão para questionar os problemas humanos discernindo entre o certo eo errado. (Conhecimento Religioso) Valorativo, visto que, suas doutrinas têm apoio no sagrado; Inspiracional, tendo em vista suas revelações sobrenaturais; Não Verificável, pois é preciso uma atitude de fé diante do conhecimento revelado; Sistemático, por sua organização acerca da origem e criação do mundo, finalidade, destino e etc; Infalível e Exato, pois de acordo com o supracitado tais proposições partem de uma revelação sobrenatural impassível de erros. (Conhecimento Científico) real (factual), lidando com as ocorrências ou fatos, isto é, toda maneira de existência que de alguma forma é manifesta; Contingente, já que suas proposições ou hipóteses têm sua veracidade ou falsidade confirmadas por meio da experiência e não apenas da razão; Falível, por tal conhecimento não ser definitivo; Sistemático, porque é um saber ordenado logicamente, que evidenciam um sistema de idéias (teoria) e não apenas conhecimentos dispersos e desconexos; verificável, pois tais teorias necessitam de experimentos que comprovem sua veracidade; Aproximadamente Exato, pois novas teorias podem reformular os resultados anteriormente alcançados buscando maior comprometimento com a exatidão. Por conseguinte, tal conhecimento científico fundamenta-se na ciência e esta por sua vez objetiva distinguir a característica comum às leis gerais que regem determinados eventos, tendo por funcionalidade aperfeiçoar seu crescente acervo de conhecimentos subdividindo-se em Material estudando, analisando, interpretando ou verificando de modo geral, e formal, focando em diversas ciências que possuem o mesmo objeto material. Sendo

¹⁴ Discente do curso de Direito do CESUPA, turma DI2NA.



assim apesar de o conhecimento científico não ser a única forma de conhecer mostra-se diante dos métodos anteriormente citados a maneira mais eficaz.

PALAVRAS-CHAVE: conhecimento científico; ciência; senso comum.



RESUMO 15

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria; **Fundamentos de Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Dayane dos Santos¹⁵

RESUMO

No capítulo três da obra literária, Fundamentos de Metodologia científica, diferenciam-se quatro tipos de conhecimentos. São eles, conhecimento científico, conhecimento popular (senso comum), conhecimento filosófico e o conhecimento religioso. Ao longo do capítulo define-se as principais diferenças de cada um. O conhecimento popular caracteriza-se por ser um conhecimento superficial, adquirido com o tempo, pouco exato, falível e imprevisível. Nota-se também que o conhecimento vulgar não tem uma metodologia única e nem a pretensão de ser um conhecimento crítico, ou seja, ele não é exato. Já o conhecimento religioso, é infalível e exato, pois os seus conceitos advêm do mito sagrado, que é validado pela fé, logo ele é um conhecimento incontestável. Além de tudo ele é metodológico, pois tem origem, significado, finalidade e destino. Em detrimento disso, temos que, o conhecimento filosófico valoriza o método racional, isto é, a dedução que é feita depois da observação do comportamento humano. É também um conhecimento infalível e não verificável, pois baseia-se em hipóteses adquiridas pela experiência, mas que não levam em conta a experimentação, e que, por esse motivo, não podem ser contestadas. É sistemático pois busca estudar e entender a verdade em sua totalidade. Tem-se que, o conhecimento filosófico busca somente a razão pura para decidir seus resultados. Diferentemente do conhecimento científico, que busca suas respostas na realidade factual, e que não considera que a experiência seja suficiente para a obtenção de resultados válidos e verdadeiros. Por esse motivo, a experimentação é indispensável para a fundamentação do conhecimento científico. Por essa razão, a ciência é falível e contestável, o que garante a ela uma característica de quase exatidão, porque ela visa a busca incessante pela resposta mais correta e precisa possível. E por fim, é sistemática porque tem um objetivo/finalidade, função e um objeto de estudo. Por conta da sua complexidade, a ciência possui vários ramos. Dessa forma, o homem pode estudar cada uma das suas vertentes e assim conseguir as respostas para todas as indagações da humanidade. Assim, conclui-se que, em um homem só, é possível identificar os quatro tipos de conhecimento que o capítulo três da obra (Fundamentos de Metodologia Científica) nos apresenta. Pois esse homem pode ser um especialista em um ramo científico e usar o senso comum em outras áreas, ele também pode ser adepto de uma corrente filosófica e ser ativo em uma vertente religiosa. Isso tudo porque um conhecimento não anula ou invalida o outro.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento popular; Conhecimento religioso; Conhecimento filosófico; Conhecimento científico; Ciência.

¹⁵ Graduando em Direito do CESUPA, turma DI2NA - Centro Universitário do Estado do Pará.



RESUMO 16

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria; **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Ester Regina Furtado Monteiro¹⁶

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo sintetizar o capítulo 3 da obra de Lakatos e Marconi acima referenciada. Neste fragmento da obra, as autoras buscam diferenciar, principalmente, o conhecimento popular, ou vulgar, do conhecimento científico. Embora possa parecer que ambos conhecimentos sejam totalmente distintos, as autoras destacam a correlação existente entre eles, que pode ser tanto a veracidade dos fatos, quanto o objeto material estudado; a diferença real entre o vulgar e o científico é o método pelo qual obtém-se o conhecimento, tendo em vista que, enquanto este se baseia mais na lógica e na obtenção sistematizada de saberes quanto a um objeto de estudo, aquele existe somente com base no conhecimento adquirido por meio de observação superficial, ou de um processo empírico ou, então, transmitido de geração para geração. Ambos visam à racionalidade e à objetividade, no entanto o senso comum, diferente da ciência, não consegue aprofundar-se nos dois, porque estes estão vinculados não a um estudo aprofundado, sistematizado e baseado na lógica, mas sim à percepção e à ação do indivíduo. Conclui-se, com isso, que o conhecimento vulgar é superficial, sensitivo (em referência às vivências), subjetivo (cada indivíduo organiza o conhecimento de um jeito), assistemático (não há padronização nem em como se obtém o conhecimento, nem em como organizá-lo) e acrítico (o conhecimento verdadeiro, ou não, nem sempre é manifestado de forma crítica.). Não obstante, são discutidos, também, no capítulo, o conhecimento filosófico, religioso e científico. O conhecimento filosófico é valorativo, não é submetido a observações, é, assim, não verificável, é racional, sistemático, infalível e exato. O conhecimento religioso (teológico), é valorativo, inspiracional, tem caráter infalível, exato, tem, não obstante, caráter sistemático e não-verificável. Já o conhecimento científico, finalmente, é real (factual), ou seja, lida com ocorrências ou fatos, é contingente, é sistemático, possui verificabilidade e tem caráter falível, ou seja, não é definitivo, imutável; por fim, o conhecimento científico é aproximadamente exato. Ademais, o livro cita Trujillo Ferrari e define Ciência como uma sistematização racional de conhecimentos adquiridos e também como a união de proposições correlacionadas de maneira lógica. Segundo Lakatos e Marconi, Ciência é aquilo que possui objetivo e finalidade, Função e, também, Objeto (subdividido em material e em formal). As Ciências materiais são divididas em naturais (Física, Química, Biologia) ou sociais (Antropologia, Direito, Economia etc), enquanto as Ciências formais são a Lógica e a Matemática. Diante do exposto, entende-se que Lakatos e Marconi conseguem oferecer uma distinção entre conhecimento vulgar e científico, mostrar e explicar quatro tipos de conhecimento e, finalmente, definir o que é Ciência e dissertar sobre suas subdivisões.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento; Tipos de Conhecimento; Metodologia; Ciência.

¹⁶ Discente do curso de Direito no Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA).



RESUMO 17

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria; **Fundamentos de Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Gabriel Bernardes da Silva¹⁷

André Victor Silva¹⁸

RESUMO

A Obra literária, Metodologia Científica em seu terceiro capítulo busca elucidar do que se trata o conhecimento científico e distingui-lo de outros tipos de conhecimento, trazendo como exemplo em sua introdução, as práticas adotadas na agricultura durante séculos passados para diferenciar o conhecimento vulgar e científico, enquanto um fundamenta-se em tradições, outro é repassado por meio da racionalidade, isto é, através de métodos científicos. O artigo procura enfatizar que a distinção entre o conhecimento popular e científico se dá pela forma ou método aplicado para atingir tal finalidade. Também afirma que a ciência nem sempre será o meio utilizado para se atingir uma verdade e a forma como observamos as coisas é fator que distinguirá o conhecimento científico e o popular. O conhecimento popular pode conformar-se com aparências, se referir a vivências, ser organizada pelo próprio indivíduo seja por experiência própria ou por ter presenciado alguém, não procura organizar as ideias e tampouco se apresentar de maneira crítica. Também podemos aplicar a mesma forma de diferenciação entre o conhecimento filosófico e teológico. A sensibilidade do conhecimento popular o torna valorativo, isto é, o faz ser regido por nossas emoções e conseqüentemente as transferem para o objeto a ser conhecido. A reflexividade resume-se com a proximidade que se tem do objeto, mas não por uma formulação universal. A organização dos experimentos não implica dizer que as ideias estarão sistematizadas. Sua verificabilidade se dá por conta do reflexo de tudo aquilo que ocorre no dia a dia. Sua infalibilidade e exatidão não irá nos permitir afirmar a existência de fenômenos além da objetividade deles. O artigo também evidencia o conhecimento filosófico a partir de uma perspectiva valorativa, ou seja, as experiências são elementos cruciais para que se possam revestir as hipóteses da filosofia, diferindo-se do conhecimento científico que é construído a partir de uma realidade, sendo a experiência um método incompleto para se alcançar um resultado satisfatório. Considerando-se a diversidade que a ciência fornece, para o homem é possível analisar cada uma das correntes norteadoras do conhecimento e trazer efetivas respostas aos questionamentos/indagações realizados por parte da sociedade, os vários ramos do conhecimento elucidados, ainda que seja necessário recorrer àquilo que faz parte do senso considerado comum, as formas de conhecimento serem diferentes não necessariamente significa afirmar que um está acima do outro.

PALAVRAS-CHAVES: Metodologia científica; Ciência; Conhecimento; Filosofia; Práticas Sociais.

¹⁷ Graduando em Direito do Cesupa, turma D12NA - Centro Universitário do Estado do Pará.

¹⁸ Graduando em Direito do Cesupa, turma D12NA - Centro Universitário do Estado do Pará.



RESUMO 18

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Giovanna de Carvalho Mangini de Almeida¹⁹
Anna Beatriz Monteiro Santiago²⁰

RESUMO

O capítulo três da obra literária **Fundamentos de metodologia científica**, de Marina Marconi e Eva Maria Lakatos, busca dissertar sobre diversos tipos de saberes, como por exemplo: o conhecimento científico, popular, filosófico e religioso. O saber científico que está alicerçado na razão, é aquele que irá analisar os fatos através de um método sistemático e regrado, que promoverá a comprovação e validação deles por meio da experiência. O saber popular refere-se a uma ideia consuetudinária e histórica, como os camponeses e o tempo exato da sementeira, no ruralismo da idade medieval, do discernimento, podendo ser construído através das próprias experimentações cotidianas do sujeito suas informalidades, ou seja, a ausência de uma ampla investigação científica baseadas nas lógicas dogmáticas. Ademais, o saber religioso irá percorrer uma construção intelectual oriunda da fé do indivíduo e na crença do sobrenatural, não necessitando de comprovações que validem esses conceitos. Já o saber filosófico, possui uma característica específica que seria a valoração de pressupostos intangíveis, como por exemplo as dúvidas humanas sobre o que existe ao seu redor e como isso está ligado a uma lógica racional. Inicialmente, o capítulo perpassa por uma lógica histórica, mostrando que ao longo dela, o senso comum sempre esteve presente no meio social, assim como o conhecimento científico e relata a existência de uma vinculação. Neste fragmento, as autoras utilizam de exemplificação para caracterizar cada tipo de saber, seja ele sistemático, religioso, filosófico ou tradicional, visando explicar, em cada um, suas principais características. Sendo assim, apesar da divisão da ciência e seus tipos de conhecimento, ao estudar um objeto, nota-se um aspecto multidisciplinar, uma vez que o conhecimento popular, científico, filosófico e religioso, compõem o que chamamos “ciência”, sendo ela composta de não somente um tipo de conhecimento, mas sim uma metodização deles. Além disso, no capítulo referido, às autoras ao dissertarem sobre a ciência, ajuízam-na em conjunto com as ideias de outro estudioso, onde o mesmo expõe que essa ciência é formada de finalidade (caracterização dos fenômenos ocasionais), que podem ser divididas em duas: material (estudos), formal e uma funcional (aprimorar a relação homem e mundo). Por fim, o capítulo busca sintetizar a obra com uma sistematização da ciência e suas ramificações, visando mostrar sua alta complexidade, tanto nos estudos quanto nos fenômenos que são analisados, seja conforme seu tema, pressupostos e metodologia.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento científico; conhecimento popular; razão; método científico.

¹⁹ Graduanda em Direito do CESUPA.

²⁰ Graduanda em Direito do CESUPA.



RESUMO 19

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Isane Cristina Farias²¹

RESUMO

Em termos fundantes, o capítulo 3 refere-se à ciência e ao conhecimento científico. De início, destaca e diferencia-se de outros tipos de conhecimentos existentes a exemplo utiliza a alusão histórica. De início, um camponês iletrado sabe o reconhecimento de colher e de plantar e as várias fases da produção o modo como é desenvolvida atualmente a utilização de máquinas no auxílio da produção. Dessa forma, destaca os dois tipos de conhecimento, o adquirido, transmitido de geração para geração na imitação de experiências pessoais e o científico a revolução da forma de produzido por meios científicos visando explicar o **por que e como**. Nesse viés, discute sobre a característica do reconhecimento popular: Superficial (com aquilo que se pode comprovar simplesmente estando junto das coisas: expressa-se por frases como **porque o vi, porque o senti, porque o disseram, porque todo mundo o diz**.) Sensitivo (referente a vivências, estados de ânimo e emoções da vida diária.); Subjetivo (o próprio sujeito que organiza suas experiências e conhecimentos, tanto os que adquire por vivência própria quanto os **por ouvi dizer**); Assistemático (esta **organização** das experiências não visa a uma sistematização das ideias, nem na forma de adquiri-las nem na tentativa de validá-las); Acrítico (verdadeiros ou não, a pretensão de que esses conhecimentos o sejam não se manifesta sempre de uma forma crítica). Além disso, especifica quatro tipos de reconhecimento o popular já supracitado; filosófico no qual seu ponto de partida e a hipótese, não poderão ser submetidas através da observação; Religiosa enraizadas em doutrinas que contêm proposições sagradas, uma revelação com o sobrenatural e o conhecimento científico o verdadeiro porque lida com os fatos as experiências. Portanto, tem como fito da ciência o ordenamento que os contínuem em determinados eventos no qual é subdividido em material que estuda e analisa em modo abrangente e o formal que possui o mesmo objetivo material.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento; Popular; Científico.

²¹ Graduanda de Direito pelo Centro Universitário do Pará (CESUPA) DI2NA.



RESUMO 20

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria; **Fundamentos de Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Juli Vitória Obalski Sampaio²²

RESUMO

O deferido trabalho diz respeito à uma síntese do capítulo 3 da obra referida acima, a qual aborda o conhecimento científico e sua diferenciação quanto a outros tipos de conhecimentos. Inicialmente, o texto diferencia o conhecimento em dois tipos: o “popular” ou “senso comum”, sendo aquele transmitido por meio do empirismo, e o científico, que é obtido de modo racional e conduzido através da lógica. Diferenciam-se pelo método e os instrumentos do “conhecer”. Todavia, os autores não desmerecem o conhecimento popular, afirmam que a ciência não é o único caminho de acesso ao conhecimento e a verdade. Ademais, somos apresentados aos quatro tipos de conhecimento, sendo o primeiro deles o popular, o qual se caracteriza por ser valorativo por excelência (pois baseia-se em emoções); reflexivo (mas estando limitado pela familiaridade do objeto); verificável (sendo limitado ao âmbito da vida cotidiana) e falível e inexato (não permite a formulação de hipóteses além das percepções objetivas). Posteriormente, temos o conhecimento filosófico, sendo tido como valorativo e por este motivo não é verificável, além de racional; sistemático; infalível e exato, é caracterizado pelo esforço da razão pura para questionar os problemas humanos e discernir entre o certo e o errado. Em seguida, o conhecimento religioso ou teológico, que é valorativo; inspiracional; sistemático; não verificável; infalível e exato, apoia-se em doutrinas que contém proposições sagradas. Por último temos o conhecimento científico, sendo real (pois lida com fatos); contingente (hipóteses conhecidas através da experiência); sistemático (ordenado logicamente); verificável; falível (por não ser definido) e por este motivo é aproximadamente exato. Nesse sentido, estas formas de conhecimento podem coexistir na mesma pessoa, pois a ciência é um complexo de conhecimentos que estão conectados, tendo relação com as mais diversas áreas do saber.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento; Conhecimento científico; Conhecimento popular; Ciência.

²² Graduando em Direito do CESUPA, turma DI2NA - Centro Universitário do Estado do Pará.



RESUMO 21

MARCONI, Marina; Eva, LAKATOS. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Marcelo da Silva Braz²³
Matheus Oliveira Jucá²⁴

RESUMO

Ao se discutir sobre o conhecimento científico e os diversos tipos de conhecimento, é perceptível a necessidade de diferenciar o conhecimento obtido por meio científico do restante, sendo esse restante outros três tipos de conhecimento que se classificam em conhecimento popular, conhecimento filosófico e conhecimento religioso (teológico). É notório que, por exemplo, em um cultivo de um determinado tipo de planta na antiguidade o conhecimento era passado pela imitação e pela experiência, enquanto atualmente é realizado através de pesquisas providas de métodos padronizados para alcançar determinado objetivo, sejam eles diversos como evitar desperdícios, aumentar a produção e etc. Os métodos desses modos de aprendizagem se diferenciam pela forma, critério ou métodos e as ferramentas utilizadas para se aprender, por exemplo, o conhecimento popular se caracteriza por ser principalmente superficial, sensitivo, subjetivo, assistemático e acrítico, o filosófico por ser valorativo, racional, sistemático, não verificável, infalível e exato, o religioso por ser valorativo, inspiracional, sistemático, não verificável, infalível e exato e, por último, o conhecimento científico se caracteriza por ser factual, contingente, sistemático, verificável, falível, aproximadamente exato. Dessa forma, compreende-se que o conceito de ciência se divide em três: Objetivo ou finalidade, função e objeto, que se subdivide em dois, o material e formal, categorizados em como se estudar e analisar os conhecimentos científicos e saber como distingui-los. Conclui-se, portanto, que o estudo acerca do conhecimento científico e suas outras variações vai muito além da evolução agrícola e da antiguidade agrária, porém ele se faz presente em cada estudo aprofundado ao redor do mundo até os tempos atuais, por meio dos tipos de conhecimento (conhecimento popular, conhecimento religioso e conhecimento filosófico) e dos critérios utilizados para a distinção de cada tipo de estudo e de aprendizado, para que assim que haja uma maior facilitação no processo de conclusão sobre determinado assunto, podendo até mesmo todas as definições estarem interligadas em apenas um indivíduo.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento; Metodologia; Científico; Estudo.

²³ Graduando em Direito (D12NA).

²⁴ Graduando em Direito (D12NA).



RESUMO 22

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria; **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Marco Antonio Marques Maia²⁵

RESUMO

Ao longo do terceiro capítulo do livro *Fundamentos da Metodologia Científica*, são apresentados quatro tipos distintos de conhecimento, sendo eles o popular, o filosófico, o religioso e o científico. O conhecimento popular, caracterizado por ser valorativo, por ter base nos ânimos e emoções daqueles que formulam um conhecimento; reflexivo, por estar relacionado ao grau de familiaridade do objeto em questão; assistemático, por não seguir sempre um mesmo padrão, uma mesma ordem dos fatos que constituem o conhecimento (final), verificável, por se tratar de objetos visualizados no dia-a-dia, falível e inexato, por se deter as percepções objetivas e dificultar a formulação de outras hipóteses para um mesmo fato, por exemplo. Da mesma forma, o conhecimento religioso se caracteriza por ser valorativo, por se basear não em observações físicas, mas sim em hipóteses, formularas a partir das experiências e não das experimentações, o que acaba os classificando como não verificáveis, além disso, caracteriza-se por ser racional, pois tem fundamento lógico; sistemático, por representarem coerentemente a realidade estudada; infalível e exato. O conhecimento religioso, teológico, tem como característica ser valorativo, baseado em proposições sagradas e de origem sobrenatural, o que as torna infalíveis e indiscutíveis, por serem as revelações da divindade. Por outro lado, o conhecimento científico é aquele que se constrói a partir de fatos, da realidade, é dito contingente, por ter bases nas experiências e não apenas na observação; é sistemático, por ser ordenado logicamente, organizado e construído; verificáveis, pois suas hipóteses podem ser comprovadas; falível e aproximadamente exato, por não ser definitivo e estar sujeito a alterações que podem vir a gerar novas proposições e técnicas que visem reformular a teoria existente. Por fim, e encerrando o capítulo, o livro menciona o conceito de ciências, que é a sistematização de conhecimentos – logicamente válida e organizada – que possui objetivos e finalidades, funções e objetos de estudo – materiais ou formais. Nesse sentido, a partir da complexidade do universo, da diversidade de fenômenos que nele acontecem e da necessidade ter construir-se um conhecimento acerca desses fatos, foi necessária uma ramificação dentro das ciências levando em consideração suas classificações, por complexidade ou conteúdo, objeto, temas, metodologias e outros.

PALAVRAS-CHAVE: conhecimento popular; conhecimento filosófico; conhecimento religioso; conhecimento científico; ciência.

²⁵ Graduando em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará – CESUPA, turma DI2NA (2º período, noturno).

RESUMO 23

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Marília Costa Rodrigues²⁶

RESUMO

A síntese a seguir acerca do capítulo 3 da obra **Fundamentos de Metodologia Científica** de Marina Marconi e Eva Lakatos, busca contribuir com as discussões atuais relevantes sobre o que seria a gnose proveniente da ciência. Objetivando isso, as autoras buscam explicitar por meio de seus escritos a essência da ciência e do conhecimento científico. Para tal, as literatas realizam a distinção entre os diversos tipos de conhecimento em relação ao científico, sendo eles: conhecimento popular, filosófico e religioso. Inicialmente, evidencia-se uma correlação entre o conhecimento popular (senso comum) e o científico, na qual destaca-se que a maior diferença entre eles se encontra em sua forma, pois que, enquanto o científico é dotado de metodologia específica, o senso comum é objetivamente limitado, ou seja, ambos podem partir de um mesmo pressuposto observável, no entanto, a forma de observação os levará a fins distintos. Segue-se, então, as características específicas do *latu sensu* (saber vulgar ou popular), apresentado como aquele que se adquire cotidianamente ou é perpassado por gerações, sendo valorativo por tanger os resultados de experiências e sentimentos pessoais acumulados de forma assistemática e, por conta disso, torna-se falível, inexato e verificável. Outrossim, o conhecimento filosófico é caracterizado, de forma resumida, por ser igualmente valorativo já que suas inferências partem de experiências (e não de experimentações). Consequentemente, ele é não verificável e infalível pois, em contraponto com a ciência, não se pode realizar um teste empírico que o confirme ou refute, contudo, é racional e sistemático pois busca utilizar puramente a razão para elencar deduções e entender a verdade em sua totalidade e suas ideias seguem uma ordem perfeitamente arquitetada. Ademais, o conhecimento religioso (teológico) é considerado sistemático por possuir origem, significado, finalidade e destino, além disso, por possuir uma conotação mística/sobrenatural é visto como infalível e indiscutível e os indivíduos que o aderem não buscam verificações pois acreditam veementemente que tal conhecimento foi revelado por uma divindade e isso está sempre implícito em suas atitudes e práticas de fé. Em seguida, uma abordagem mais específica é feita acerca do conhecimento científico e o conceito de ciência, em que se conclui que a cognição científica é factual por ater-se aos fatos visíveis e comprováveis, além de ser contingente por mostrar-se apto a ser testado e, consequentemente, verificável, além de ter seu saber elencado (sistematização) é aproximadamente exato, isto é, por não ser definitivo, constitui-se como falível. Tais características coexistem com a conceituação de ciência, que preza por ter um objeto de estudo específico (material ou formal), uma finalidade bem estabelecida e a função de contribuir com a humanidade e, por isso, divide-se em ciências formais (lógica e matemática) e factuais (naturais e sociais). Por fim, vale ressaltar que em um mesmo indivíduo pode haver mais de um tipo de conhecimento, os quais em certas ocasiões coexistem e, no fim, todos querem compreender a existência, ambos estão em prol de um objetivo: compreender quem somos, de onde viemos e para onde vamos.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento; Conhecimento científico; Conhecimento popular; Ciência.

²⁶ Graduanda em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA), turma DI2NA.

RESUMO 24

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Ronildo Morais da Fonseca²⁷

RESUMO

Introdução: Em primeira análise, é válido ressaltar que ao se discutir sobre o conhecimento científico e os diversos tipos de conhecimento, podemos notar que existe uma diferença entre os conhecimentos obtidos por meio científico dos demais, sendo eles, outros 3 tipos, que são, o conhecimento popular ou vulgar, o filosófico e o religioso. **Objetivo:** Tem como centro de análise, diferenciar e explicar cada tipo de fonte de conhecimento, apontando 4 fontes, nas quais cada uma teria seu próprio estilo de pensar e ser aplicada, variando com base no estilo de vida da época em que cada uma foi elaborada, fazendo com que as pessoas agissem conforme ao que era disposto a elas. Trás, também, uma forma de explicar o que é ciência, fazendo uma abordagem do seu conceito e destacando que a ciência possui objetivo, função e objeto. **Metodologia:** O método que foi utilizado para fazer tais pesquisas ao se analisar os tipos de conhecimento foram com bases em estudos da vivência da época, de relatos feitos em documentos, registros históricos, crenças religiosas, etc. **Resultados e Discussão:** Ao final da análise de cada fonte de conhecimento, alguns pontos de destacavam, por exemplo, o conhecimento popular era caracterizado por ser superficial, subjetivo, sensitivo, assistemático e acrítico, fazendo com que este seja mais comum dentre os 4, já que se baseava meramente em fatos do cotidiano, formado apenas por percepções objetivas do dia-a-dia. O conhecimento filosófico por sua vez, tem como característica ser valorativo, racional, sistemático, não verificável, infalível e exato, podendo concluir que ele é baseado unicamente na razão humana, tendo como fonte a experiência, fazendo com que seja unicamente dependente do esclarecimento humano do que é certo ou errado para questionar os problemas da humanidade. O religioso, seria valorativo, inspiracional, sistemático, não verificável, infalível e exato, tendo como base as suas doutrinas, tornando cada verdade como irrefutável e sagrada, tendo como verdade principal que o mundo foi criado pelo divino na qual a ideia se sustentada pela aplicação da fé, fundamentando seus ensinamentos nos textos sagrados. O conhecimento científico, mostra que ele pode ser factual, contingente, sistemático, verificável, falível e aproximadamente exato, e ele comprava suas pesquisas por meio de experiências, trazendo a sua veracidade ou a sua falsidade, não dispendo apenas razão, fazendo com que seu estudo sobre a sociedade seja baseado no senso comum ou nas experiências do cotidiano, caracterizando o indivíduo como ser biológico por meio de investigações experimentais, concluindo que ela pode facilmente coexistir com os outros 3 tipos. **Conclusão:** Conclui-se que o estudo acerca do conhecimento científico e seus outros tipos de conhecimento difere totalmente de uma mera evolução nas atividades agrícolas e sim, se mostra presente em tudo que há ao nosso redor, seja pela contemplação da natureza e o uso de nossa razão, até nas nossas crenças, fazendo que por esses 4 tipos de conhecimentos possamos aprender e evoluir cada vez mais.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento; Metodologia; Tipos.

²⁷ Graduando em Direito; Graduando em Educação Física. Turma DI2NA.



RESUMO 25

MARCONI, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria; **Fundamentos de Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: atlas, 2003.

Vinícius Picanço Bezerra²⁸

RESUMO

Na obra literária Fundamentos da Metodologia científica em seu capítulo três é abordado os quatro tipos de conhecimento e suas diferenças. Os tipos de conhecimento são conhecimento científico, conhecimento popular ou “senso comum”, conhecimento filosófico e conhecimento religioso. Durante o capítulo se define as diferenças entres esses conhecimentos. O conhecimento popular se caracteriza por um saber superficial, que se acumula com o tempo, pouco exato, propenso a falhas e imprevisível. Este conhecimento também não aparenta ter uma metodologia única e nem a intenção de ser um conhecimento crítico muitas vezes não sendo exato. O conhecimento religioso é infalível e exato pois os seus conceitos vêm de uma base mítica que é validada pela fé de seus seguidores logo se torna um conhecimento incontestável. Além disso, ele pode ser considerado sistemático pois possui origem, significado, finalidade e destino. Enquanto isso há o conhecimento filosófico que valoriza o método racional, ou seja, a dedução que é feita após a observação do comportamento humano. Pode ser considerado também um conhecimento infalível e não verificável pois se baseia em hipóteses feitas por experiências, mas que não levam em consideração a experimentação assim não podendo ser contestadas. É considerado sistemático pelo estudo e a tentativa de entender a verdade em sua totalidade. Entende-se que o conhecimento filosófico busca a razão pura apenas para decidir seus resultados. Em contrapartida do conhecimento científico, que busca respostas na realidade fundamentada, não considera que a experiência seja suficiente para a obtenção de resultados válidos e verdadeiros. Diante disso, a experimentação se torna imprescindível para a comprovação do conhecimento científico. Dessa forma se nota que a ciência é falível e contestável, o que lhe garante a habilidade de ter quase exatidão pois a sua busca incessante por resposta só termina quando há a resposta mais precisa e correta possível. Por fim percebe-se que ele é sistemático pois tem um objetivo ou finalidade, função e objeto de estudo. Como consequência de sua complexidade, a ciência acaba tendo vários ramos. A vista disso o indivíduo pode estudar cada um desses ramos e assim tentar responder as perguntas da humanidade. Assim, constata-se que, em um indivíduo só, é possível distinguir os quatro tipos de conhecimentos apresentados no capítulo três do livro (Fundamentos de Metodologia Científica) nos esclarece. Visto que esse indivíduo pode ser um renomado professor em um ramo científico e usar o senso comum em outros ramos da mesma forma que ele pode ser um fiel fervoroso em uma certa religião e ser um praticante de uma corrente filosófica isso se deve ao fato de que um conhecimento não cancela nem invalida o outro.

PALAVRAS-CHAVES: Conhecimento; conhecimento científico; científico.

²⁸ Graduando em Direito do Cesupa, turma DI2NA-Centro universitário do Estado do Pará.

RESUMO 26

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** 5ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Ana Beatriz Moreira Ferreira²⁹
Gabriela Alvarenga Mártires Coelho³⁰

RESUMO

A indagação e curiosidade humana sobre os fenômenos naturais e sociais sempre existiu, fazendo assim, os indivíduos serem induzidos ao experimento, estudo e investigação, com o objetivo de tentar explicá-los. A leitura presente une, explica e expõe os estudos realizados ao longo do tempo sobre formas de conhecimento e as ciências, maneiras de entendê-las e caracterizá-las. Embora a observação de eventos seja feita como forma de coletar material de estudo para cientistas, pode ser feita por leigos. Fruto de maneiras diferentes de observação sobre o mundo, obtemos o conhecimento geral (ou popular) e o conhecimento científico. Mesmo que exista uma diferença na forma de visualizar tais eventos, ambos conhecimentos buscam ser racionais e objetivos. Observa-se que a correlação entre conhecimento popular e científico se diferencia meramente no método e instrumento de saber. Entende-se que o conhecimento popular é algo empírico, limitado à percepção. Por outro lado, o conhecimento científico requer treinamento apropriado e é obtido de forma racional, que tenta explicar logicamente os fenômenos. Sendo assim, prova-se que a ciência não é a única forma de acesso ao conhecimento, já que as experiências passadas entre gerações pela sociedade é uma forma de conhecimento válido, por mais que aberto a dúvidas. Para uma visão científica, deve-se abandonar o ponto de vista antropocêntrico para elaborar hipóteses além de experiências pessoais. Além disso, conhecimento popular tende a ser classificado como: superficial (por aparência), sensitivo (vivências e emoções), subjetivo (organização de experiências: conhecimentos que adquire por vivências), assistemático (por não necessitar sistematizar ideias para adquiri-las ou validá-las) e acrítico. A leitura também enfatiza que o conhecimento, de forma aprofundada, não se baseia somente em popular e científico, como também em filosófico e religioso. O filosófico como hipotético e racional (lógico) e religioso como inspiracional (revelado pelo sobrenatural), portanto não verificável e exato. Em conclusão, o conceito de ciência pode ser entendido como uma sistematização de conhecimentos, com proposições sobre o material estudado correlacionado de forma lógica. Observa-se que as ciências possuem uma finalidade para designar a origem de determinado evento, uma função de aperfeiçoamento e um objeto (de estudo ou formal, entendido como um foco específico sobre o material que pode ser estudado por diversas ciências). Ademais, com a evolução do pensamento e interesse humano sobre os fenômenos que existem, surgiu a necessidade de separar as ciências, para que assim pudéssemos entendê-las de uma forma mais profunda. Por isso, explica-se então a origem de ciências separadamente conhecidas geralmente como naturais, formais (ou exatas) e sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento; conhecimento popular; ciência; fenômenos; experiência.

²⁹ Universitária do curso de Direito em CESUPA (Centro Universitário do Estado do Pará).

³⁰ Universitária do curso de Direito em CESUPA (Centro Universitário do Estado do Pará).

RESUMO 27

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** 5ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Adrielly Marques Costa Monteiro³¹
Caroline Silva Fadel³²
Geovana Souza Marques³³
Igor Costa Norat³⁴
Maria Luiza Ferreira Ramos³⁵

RESUMO

O mencionado capítulo tem como finalidade expor o conhecimento científico, por meio de uma comparação com outros tipos de conhecimento para diferenciá-los e ter-se um melhor entendimento do assunto. Nesse contexto, sabe-se que desde a antiguidade, até os nossos dias, sempre houve a necessidade da utilização de providências para o melhor desenvolvimento do cotidiano dos seres humanos, sendo necessário o raciocínio para criação de técnicas contributivas e verdades lógicas podendo utilizar a ciência para tal atos. Em relação a tal raciocínio científico, pode ser melhor entendê-lo quando comparado a outro tipo. Em uma primeira análise, têm-se o conhecimento vulgar, obtido de modo empírico, baseado na imitação e experiência pessoal transmitido por meio da educação informal. Em segunda análise, em contraposição, há o conhecimento científico repassado por intermédio de treinamento apropriado obtido de modo racional conduzido por meio de procedimentos científicos. Embora pareçam muito distintos, tem como similaridade o objeto ou fenômeno estudado e ambos almejam ser racionais e objetivos, isso se retirarmos o saber mítico do senso comum, sendo diferenciado pelo modo ou o método e os instrumentos do processo de conhecimento. Portanto, conclui-se que o conhecimento científico foi o precursor da evolução da sociedade até a atualidade e é imprescindível para que haja futuras metamorfoses de melhoramento na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento; Conhecimento científico; Raciocínio; Ciência; Lógica.

³¹ Aluna do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário Estado do Pará - CESUPA. Turma: DIITA.

³² Aluna do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA. Turma: DIITA.

³³ Aluna do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA. Turma: DIITA.

³⁴ Aluno do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA. Turma: DIITA.

³⁵ Aluna do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA. Turma: DIITA.



RESUMO 28

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Alan Ferraz Paredes³⁶

RESUMO

A presença do conhecimento se torna, cada vez mais, utilizado na medida em que os anos passam e a sociedade se modifica. É nesse contexto que a pesquisa a seguir se insere, uma vez que é possível visualizar as diferentes formas e métodos em que os conhecimentos se apresentam na sociedade atualmente. Além disso, foi explanado os diferentes tipos de conhecimento, bem como a explicação de cada um deles e em como eles se inserem nos dias atuais. Ademais, é importante salientar que a metodologia utilizada foi baseada em uma bibliografia especializada no assunto. Por fim, a respeito do entendimento individual dos conhecimentos, percebe-se uma singularidade entre eles, visto que, sua fórmula de aplicação é particular e complexa, porém extremamente utilizada e difundida ao redor do mundo e das gerações. O presente trabalho, com base no livro “Fundamentos da metodologia científica”, visa compreender acerca do capítulo 3, onde trata a respeito do conhecimento científico e de outros tipos de conhecimento. O capítulo 3 se inicia falando sobre a existência de pequenos conhecimentos, visto que foi mostrado no livro o conhecimento de um camponês e a forma de como o é transmitido de geração em geração para seus filhos. Além disso, o livro ressalta a existência de dois conhecimentos, sendo eles o popular e o científico, e que se diferem uns dos outros por seus métodos, formas e instrumentos. O conhecimento popular, diferente do científico, não utiliza nenhum instrumento, visto que ele é adquirido através das vivências, dos diálogos e das ideias criativas, ou seja, é algo adquirido espontaneamente, sem necessariamente ter sido estudado. Por outro lado, o conhecimento científico lida com teorias pertencentes no âmbito da ciência, buscando o seu constante avanço, reformulando ideias existentes. Com isto, a outros conhecimentos existentes, no caso são, o religioso e o filosófico. O filosófico consiste em hipótese que não há existência de observação, com base nisto, ele é racional e exato, pois busca abranger a realidade trazendo soluções infalíveis. Já o religioso trata do conhecimento com base em doutrinas sagradas que foram reveladas através do mito que, por sua vez, é inspirado em obras do divino, sendo sistemático para o mundo todo. Portanto, com base na leitura e no que foi explanado, nota-se a existência de diversos exemplos de conhecimentos, como as diferentes perspectivas do mundo, fazendo referência ao Conhecimento Filosófico; além de ideias a serem criadas e exploradas, suscitando no Conhecimento Científico; bem como sistemas que são pregados com doutrinas acerca da criação do universo, referenciando no Conhecimento Religioso; e, por fim, nas vivências e experiências ao longo de toda a vida, originando no Conhecimento Popular.

PALAVRAS-CHAVE: Metodologia; Conhecimento; Peculiar; Cotidiano.

³⁶ Graduando. Direito. DIITA.



RESUMO 29

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Benedito Mutran Neto³⁷

RESUMO

O conhecimento científico é fundado nas análises, fatos e hipóteses verificáveis através da experiência e não meramente da lógica, utilizando teses e doutrinas de forma sistemática na busca da comprovação científica. É um conhecimento falível, pois não tem caráter permanente, porém é próximo à exatidão, tendo em vista que as teorias podem ser reformuladas. Neste contexto, entende-se por ciência o conjunto sistemático de conhecimentos adquiridos através de pesquisa e fatos de forma metódica e racional, tendo como seguintes características: finalidade, função e objeto (material e formal). O conhecimento popular é aquele baseado no senso comum, na experimentação e sensibilidade do indivíduo em seu convívio social, mas desprovido de sistemática e exatidão. O conhecimento filosófico é caracterizado pelo uso da lógica e da razão, com o intuito de construir conceitos embasados em hipóteses e experiências que podem ou não serem comprovadas. Enquanto no conhecimento religioso ou teológico, valores sagrados são manifestados por uma criatura divina, tornando-se verdades absolutas e incontestes para aqueles dotados de crença e fé, sendo tais evidências indubitáveis e, conseqüentemente, não sujeitas à verificação e exatidão. O objetivo do presente estudo é entender a noção teórica dos diversos tipos de conhecimentos, científico ou não, que influenciam o intelecto e a percepção no cotidiano dos indivíduos. A metodologia utilizada foi de pesquisa bibliográfica, exclusivamente do capítulo 3 do livro, indicado pela professora Andrea Cristina Marques de Araújo, da disciplina de Metodologia Científica, pertencente à grade curricular do curso de Direito do Centro Universitário do Estado do Pará. Como resultado, verificou-se a existência de quatro tipos de conhecimentos, que possuem conceituações diversas, porém características similares e por vezes não excludentes entre si. Conclui-se que o conhecimento científico não constitui a única forma de conhecimento existente. Ao longo do tempo, outros tipos de conhecimentos tiveram e continuam a ter papel relevante na formação intelectual adquirida pelo ser humano, cada um com suas idiosincrasias.

PALAVRAS-CHAVE: conhecimento; científico; indivíduo; sistemática; hipóteses.

³⁷ Graduado em Ciências Econômicas; graduando em Direito.

RESUMO 30

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo, 5ª edição. Editora Atlas, 2003.

Fábia Seguin Sabado³⁸

Jéssica Brandão³⁹

Marcella Nunes Alves Fernandes⁴⁰

Mayara Amaral⁴¹

RESUMO

O conhecimento obtido de forma racional, sendo assim, o científico, é transmitido por intermédio de treinamento apropriado, que por sua vez distingue-se do conhecimento popular, disseminado por meio da educação informal e embasado em experiências pessoais. Logo, o que os diferencia são os instrumentos do conhecer, ao contrário da veracidade, como muito se pensa. Visto isso, a forma de observação torna-se uma maneira de enxergar tal conhecimento como vulgar ou científico. Além desses, considera-se a coexistência de outros dois tipos de conhecimento, complementares ao conceito de ciência e suas divisões, por exemplo. Tais quais possuem complexas características e composições. Portanto, os meios de entendimento para aprendizagem são quatro: teológico, filosófico, científico e popular. O conhecimento científico é produzido a partir de métodos como instrumento de observação e experiências destinadas a realização de estudos. Nesse sentido, o capítulo 3 do livro " Fundamentos da Metodologia Científica " visa mostrar como esse conhecimento é aplicado no dia a dia, além das formas de diferenciação e similaridade entre o conhecimento científico e o popular. Visto que, por meio de um não aprofundamento no assunto, tornam-se semelhantes. À vista disso, além de conhecimentos como científico e popular, estão englobados também o religioso e filosófico, que mesmo tendo sua importância não igualmente elucidada no capítulo, colabora para a objetividade que ele apresenta. Observa-se como resultado do capítulo, o entendimento do uso dos conhecimentos científico, religioso, filosófico e popular e seus respectivos domínios comuns e distintos. Dado o exposto, destaca-se uma possível contradição coexistente sobre o assunto, que visa interpretar diferentes formas de adquirir conhecimento. Logo mais, pressupõe-se que o conhecimento científico tem seu embasamento em pesquisas e relatos factuais, enquanto o vulgar atrela-se ao conceito de propagar cultura entre gerações. Entretanto, nota-se vinculado a essas formas de pensamento o quesito intelectual social, uma vez que só se torna possível adequar-se ao científico quando se obtêm - ou se reconhece a existência - do intelectual. Desse modo, a educação projetada na infância parte da conjectura paternal e popular, em detrimento da científica, que há de ser postergada caso não aja suportes educacionais visando o seu entendimento e aprofundamento. Conclui-se, portanto, a necessidade de instruir-se a tais acepções e a importância individual e social que as circundam.

PALAVRAS-CHAVES: Conhecimento Científico; Metodologia; Instrumento; Observação.

³⁸ Acadêmica do curso de graduação em Direito do CESUPA.

³⁹ Acadêmica do curso de graduação em Direito do CESUPA.

⁴⁰ Acadêmica do curso de graduação em Direito do CESUPA.

⁴¹ Acadêmica do curso de graduação em Direito do CESUPA.



RESUMO 31

MARCONI, Eva Maria; LAKATOS, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica** 5ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Laila Beatriz Lima⁴²

RESUMO

O capítulo 3, para ser contextualizado, inicialmente fala sobre os diferentes conhecimentos que existem e a importância da diferenciação entre eles, destacando as inúmeras mudanças que foram feitas ao decorrer dos anos em relação a agricultura e seus aprendizados para que fossem cada vez melhores na produção e execução. Com isso, foi notório a percepção de tipos de conhecimento, destacando: o popular, filosófico e religioso, e porque podem ser considerados conhecimento científico, que está muito atrelado ao um contexto metodológico. Cada um desses objetos de estudo possuem uma finalidade, a popular encontra uma forma de observação diferenciada, que consegue ser interpretada de modo científico ou de forma comum, há uma caracterização superficial, sensitivo, subjetivo, assistemático e acrítico, sendo fortemente sentimentalista, acreditando apenas em visões objetivas; o conhecimento filosófico está relacionado a teses em que não há nenhuma confirmação porque são baseadas em experiências, suas características estão relacionadas a racionalidade, sistematização, valorativa, não verificação e infalível, esforçada da razão pura entre questões humanas; e por último, o conhecimento religioso há uma doutrinação sagrada, não sendo verificadas mas também não são consideradas falsidades, porque já houveram divindades sendo **descobertas**, suas características mais perceptíveis são: infalível e indiscutível, valorativa, sistemático e não verificadas . Como uma forma de unir todos esses conhecimentos, o saber científico é tratado como realista, porque argumenta com fatos tudo que já foi manifestado de alguma forma, tendo uma comprovação real; a palavra **metodologia** surge nesse contexto para que haja uma explicação sobre todos esses saberes científicos, que tem a capacidade de se adaptar a todas as áreas de conhecimento. Paralelo a isso, há também o surgimento da **ciência**, que foi considerada uma união de todos esses saberes em um só ramo, possuindo uma finalidade, função e um objeto de estudo que pode ser classificado em material ou formal.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento científico; Conhecimento; Metodologia; Ciência.

⁴² Bacharela em Direito na Universidade CESUPA.



RESUMO 32

MARCONI, Eva Maria; LAKATOS, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica** 5ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Julianne Dutra da Costa⁴³

RESUMO

É inegável que com o passar dos anos, o ser humano foi capaz de abstrair informações e desenvolveu sua capacidade de identificar, analisar, elaborar críticas e localizar as informações consideradas importantes. Deste modo, cada um dos indivíduos buscou compreender o mundo utilizando-se de suas capacidades, razão e, até mesmo, a experiência. Em função disso, com o passar do tempo, ficou cada vez mais perceptível que, assim como a sociedade que o desenvolveu, a maneira de compreender o mundo estava dividida. Fez-se necessário não apenas reconhecer a existência de diversos conhecimentos, como também notar o fato de que eles são fundamentais para a sociedade e para a ciência. Por isso, as autoras, no decorrer do capítulo, buscam classificar e descrever os tipos de conhecimento, sem a necessidade de um sistema de hierarquia, devido às particularidades de cada um. Com o objetivo de compreender e classificar os tipos de conhecimento, foram utilizados não apenas fatos históricos, como a regressão ao passado da humanidade para abordar a classificação de dois tipos de saberes, desde sua gênese, denominados conhecimento científico e conhecimento popular. Em seguida, é argumentado como ambos surgem de necessidades iguais, todavia possuem procedimentos que provêm resultados diferentes. É certo que o saber popular trata-se de um conhecimento vulgar, o qual surgiu a partir da experiência, como saberes cotidianos e valorativos classificados de forma sistemática, enquanto o científico é um estudo, um aprendizado submetido a verificação, utilizando-se de métodos e da razão. Ao longo deste capítulo, ambos os tipos de conhecimento são aprofundados e conforme são aprofundados, surgem duas novas formas de conhecimento, nomeados como filosófico e religioso. Isto é, o conhecimento filosófico é exato, racional e dedutivo, em contrapartida o religioso é infalível, sistemático e inspiracional. Em suma, a necessidade do homem de compreender e explicar o universo existente ao seu redor divergiu a maneira de buscar este conhecimento. Ao mesmo tempo que o mundo se desenvolvia, tal conhecimento desenvolveu-se, e por conta disso, necessitou de classificação e organização, conforme suas particularidades.

PALAVRAS-CHAVE: conhecimento; classificação; particularidades; organização; humano.

⁴³ Graduanda em Direito.

Resenhas





RESENHA 1

SELL, Carlos Eduardo. **SOCIOLOGIA CLÁSSICA: Durkheim, Weber e Marx.** Volume único. Santa Catarina: ITAJAÍ, 2001.

Adriana Lobato Yared de Oliveira⁴⁴
Bernardo Coimbra Coelho de Assis⁴⁵
Manuela Sobral Porpino Paes Barreto⁴⁶
Yasmin Mousinho Jorge e Jorge⁴⁷

APRESENTAÇÃO DO AUTOR DA OBRA OBJETO DA RESENHA

O brasileiro Carlos Eduardo Sell é Mestre e Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFC), além de ser detentor de dois pós-doutorados realizados na Universidade de Heidelberg, Alemanha. Sua forma de pensar é fortemente influenciada pelos clássicos da sociologia, como Durkheim, Weber e Marx, sendo esse, portanto, o tópico da maioria dos seus trabalhos

SÍNTESE DA OBRA

Na introdução a obra, antes de abordar sobre o tema principal, ou seja, as contribuições dos sociólogos clássicos para as ciências sociais, Sell apresenta seu método de interpretação dos mesmos, partindo de três eixos fundamentais: Suas teorias sociológicas; suas interpretações a respeito do surgimento e do caráter da sociedade moderna; seus projetos políticos. O estabelecimento desses três eixos, no decorrer do livro, possibilita uma melhor compreensão e identificação das características de cada sociólogo mencionado.

No primeiro capítulo, o autor aborda sobre a origem da sociologia. A ciência social originada no século XIX possuiu três pilares fundamentais para a sua formação: a revolução industrial, ordem econômica; revolução francesa, ordem política; iluminismo e o renascimento, ordem cultural. Esses acontecimentos foram essenciais para promover uma mudança na mentalidade humana da época, uma vez que alteraram estruturas fundamentais da sociedade, promovendo novas relações sociais, originando a estrutura do mundo atual. Nesse sentido, passou a ser necessário compreender o que acontecia com a sociedade, surgindo, assim, a sociologia. Augusto Comte é considerado o pai da sociologia, responsável por criar uma teoria positivista para mesma, possuindo o fito de aplicar o método científico usado nas ciências

⁴⁴ Bacharelada em direito.

⁴⁵ Bacharelado em direito.

⁴⁶ Bacharelada em direito.

⁴⁷ Bacharelada em direito.




naturais, como a física, para o estudo da sociedade, tornando-a, assim, uma "ciência positiva". Nessa perspectiva, o positivismo defende a ideia de que a ciência é a única explicação legítima para a realidade, além de afirmar que a evolução da humanidade está condicionada pelo progresso do conhecimento. Desse modo, Comte formulou a teoria dos três estados, responsável por representar essa evolução: o estado teológico é marcado por uma forma de pensar e de explicar os fenômenos se baseando em mitos; o estado metafísico é um período de transição, onde as causas divinas são substituídas por causas mais gerais; o estado positivo é o auge da evolução do conhecimento, marcado pelo uso da ciência, formulando leis para explicar os acontecimentos do mundo.

No segundo capítulo, Sell comenta sobre Émile Durkheim, sociólogo francês, cujo o pensamento é influenciado pela forma de explicar de que modo a sociedade funciona positivista, além do Evolucionismo, para falar sobre a evolução da natureza, e do Conservadorismo, no que tange a sua posição política. Durkheim, em sua análise epistemológica, é defensor da tese de que a sociedade é o objeto de estudo da sociologia, sendo superior ao indivíduo, ou seja, a explicação da vida social tem seu fundamento na sociedade, pois as estruturas sociais passam a funcionar de forma independente aos indivíduos, condicionando as suas ações. Ademais, o sociólogo defende a teoria da divisão social do trabalho, a qual afirma que sociedade passa por um processo de diferenciação social, sendo os mecanismos que geram solidariedade responsáveis por distinguir a sua evolução. Desse modo, a primeira fase é marcada por uma solidariedade mecânica, marcada pela consciência coletiva e o predomínio do grupo sobre o sujeito, possuindo um direito repressivo, evidenciando sempre o poder da punição para reprimir revoltas ou desacatos a autoridade, a segunda fase é a solidariedade orgânica, originada no processo da evolução, caracterizando-se pelo predomínio da divisão social do trabalho, criando uma relação de dependência entre os indivíduos, onde cada um exerce funções específicas que são vitais para o funcionamento da sociedade. Dessa forma, surge o método funcionalista, o qual afirma que cada parte da sociedade cumpre uma função com o todo, logo, os fatos sociais (parte) existem em função da sociedade (todo). Nessa perspectiva, para reforçar sua tese de que a sociedade é o centro do estudo sociológico, Durkheim analisou o suicídio, ação anteriormente considerada de total cunho individual, subdividindo-o em três tipos: egoísta, quando os indivíduos não se sentem integrados a sociedade, não enxergando um propósito para a sua existência; altruísta, praticado devido a um amor à pátria, podendo tirar sua vida em prol dela; anômico, ocorre em períodos de crises sociais (desemprego, fome). Portanto, a causa do suicídio sempre vai estar ligada a questões sociais. No que tange a assunto políticos, o sociólogo



afirma que a função da política é integrar a sociedade em todo um ordenado coerente. Ademais, no que desrespeito à religião, Durkheim defende que poderia aplicar conclusões das pesquisas sociais para a compreensão de todas as religiões.

No terceiro capítulo o autor comenta sobre Max Weber, sociólogo alemão. Crítico ao positivismo, Weber afirma que as ciências sociais não podem se basear apenas nas metodologias generalizantes que regem as ciências naturais. Nessa perspectiva, é necessário, para o sociólogo, que haja a integração de dois métodos, individualizante e generalizante, nas pesquisas sociais, sendo o primeiro responsável pela seleção de dados da realidade que irá ser estudada, destacando a singularidade e os traços que definem seu objeto, e o segundo indispensável para a objetividade da ciência, uma vez que estabelece uma relação entre os fenômenos. Dessa forma, as "leis científicas" não são usadas para a criação de um sistema de leis exatas, como ocorre nas ciências naturais, mas ajudam as ciências humanas a não se tornarem puramente subjetivas. Ademais, diferindo-se ainda mais de Comte e Durkheim, Weber defende que o ponto de partida para a explicação da realidade social reside no indivíduo. Nesse sentido, tudo que existe na sociedade (instituições, grupos e comportamentos) é oriundo da vontade dos homens, sendo, portanto, as ações sociais o objeto de estudo da sua teoria sociológica. Desse modo, cabe à ciência social, com o intuito de compreender as ações sociais, buscar a razão e a finalidade que os próprios indivíduos conferem as suas atividades. Nessa ótica, Weber formulou uma teoria sobre os quatro tipos de ações sociais: referente a fins (determinada pelos objetivos que o homem visa com essa ação, buscando os meios adequados para obtê-los); referente a valores (determinada pelas crenças consciente nos valores, independentemente dos resultados); ações afetivas (marcada especialmente pelo lado emocional do homem); ações tradicionais (regida por um costume arraigado na sociedade). Essas ações sociais devem ser legitimadas por uma ordem, seja através de convecção ou do direito. Contudo, esses conceitos são "tipos ideais", ou seja, são uma construção teórica elaborada, não achando-os de forma pura na realidade, mas conseguem, por meio de um recorte da ação social, possibilitar uma análise mais objetiva da realidade, ajudando a compreendê-la, já que é diversa e heterogênea. Ademais, quando o sentido da ação social é compartilhado por vários agentes, obtêm-se a relação social, sendo essa legitimada por uma ordem legítima. Crítico também sobre a modernidade, Max Weber alega que o processo de racionalização da humanidade gera um desencantamento do mundo, além da perda de sentido e de liberdade. Com base nessa linha de pensamento, o sociólogo analisa especialmente o racionalismo ocidental, seguindo a lógica da ética protestante e o espírito do capitalismo, pela qual afirma que a ética



calvinista favoreceu o novo modelo econômico, já que a mesma pregava a salvação por meio do sucesso no trabalho e o contínuo enriquecimento dos seus bens materiais. Logo, para Weber, essa forma de pensar deu suporte para o surgimento do capitalismo e, mesmo com o processo de secularização da vida, a ética do trabalho se expandiu e se consolidou no ocidente, dando origem a um estilo de vida metódico, dedicado ao ofício, de forma disciplinada e ordenada, marcando, assim, o processo de racionalização da vida humana e o desencantamento do mundo (as concepções mágicas e religiosas vão sendo substituídas por uma concepção racional da existência, sendo a natureza e a sociedade passíveis de completo domínio humano). Desse modo, para o teórico, haveria uma perda de sentido devido a substituição da religião pela razão, já que a primeira conferia um sentido à realidade e à vida, diferente da ciência, além de uma perda de liberdade, já que as pessoas passariam a se preocupar de forma exacerbada com os seus bens materiais, fazendo com que se tornassem refém dos mesmos. No quesito política, Weber defende o monopólio do uso legítimo da força por parte do Estado contemporâneo, ou seja, a punição pode ser usada por parte dessa instituição para que sua vontade seja obedecida. Por fim, Weber faz uma análise sobre as três formas de dominação existentes na sociedade: legal racional, a obediência se apoia na legalidade da lei e dos direitos de mando de pessoas autorizadas por ela; tradicional, legitimada pelo apelo à religião, ao mito e à tradição; carismática, marcada pela legitimidade da autoridade em lhe conferir afeto e confiança. Ademais, faz uma crítica sobre o processo de burocratização, já que atinge todas as esferas da vida social, afirmando que a complexidade dos problemas que o Estado deve resolver coloca em risco a democracia, visto que distância o homem das decisões políticas fundamentais.

O quarto capítulo aborda o último dos pais da sociologia: Karl Marx. Influenciado pela filosofia hegeliana, cria o materialismo dialético, utilizando-se do mesmo método de Hegel, mas contrariando-o no conteúdo. Isso porque, para Marx, o trabalho e o pensamento seriam a forma de superação do ser humano primitivo, representado pela matéria, fazendo esse processo devido a cinco pressupostos listados por ele, formulando, assim, o materialismo dialético. A partir dessa teoria, o trabalho ganhou força como principal agente transformador de relações e revolucionou-se a forma de se pensar a interação homem e sociedade, dando um aspecto simbiótico e permanente a ela. Além disso, Marx se utiliza do materialismo dialético como base para a elaboração de outra tese: o materialismo histórico. Para isso, usa-se a ideia do trabalho como figura central da transformação das relações sociais, sendo, portanto, responsável por moldar a história e as sociedades. Dessa forma, para analisar as interações e características de uma determinada comunidade, seria necessário olhar para a economia (infraestrutura) pois ela



apresenta as relações de produção e trabalho. Assim, essa infraestrutura serviria de base para a compreensão da superestrutura político-ideológico da sociedade em questão, sendo o conjunto das duas estruturas chamado de modo de produção. Com isso, a história humana sofre transformações quando esse modo sofre mudanças, tendo resultado na divisão do processo em seis etapas: primitivo, escravista, asiático, feudal, capitalista e comunista, sendo esta última a mais evoluída. Nessa ótica, de acordo com Marx, o comunismo funcionaria como o resultado da superação da condição natural do homem, uma vez que o modo de produção primitivo seria considerado o natural, enquanto os outros funcionariam como graus de superação até, por fim, chegar ao comunista, o qual representaria o fim das classes sociais e dos conflitos entre elas, abolindo, portanto, a propriedade privada para isso. No entanto, para superar a condição atual, seria preciso ocorrer uma revolução social dos proletários. Ademais, outros conceitos também são fundamentais para Marx, como aquele relacionado a mercadoria como valor de uso e de troca, baseando-se no tanto que um produto pode valer a partir de como se usa e pelo que se pode trocá-lo, além do conceito sobre Mais-Valia e lucro. O sociólogo mostra como a exploração é o único meio de obter resultados positivos no capitalismo, sistema que busca o lucro e instrumentaliza o ser humano. Dessa maneira, sua teoria é construída com o intuito de fornecer aos operários, explorados pelo sistema capitalista, uma possibilidade de um novo tipo de sociedade, baseando-se no socialismo ou comunismo para garantir a igualdade.

Por fim, Sell faz uma breve retomada sobre os autores, com o fito de fixar suas ideias gerais e demonstrar a importância dos clássicos para as ciências humanas.

REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE A OBRA E IMPLICAÇÕES

Em suma, o livro **SOCIOLOGIA CLÁSSICA: Durkheim, Weber e Marx** de Carlos Eduardo Sell consegue cumprir o seu objetivo de introduzir leigos para a sociologia e seus fundadores. Possuindo uma envolvente apresentação e um esquema didático claro, preciso e coeso para apresentar conceitos e ideias complexas, dirigindo-se diretamente ao leitor, o autor produz uma obra excelente para a introdução à teoria social clássica. Explicando e abrangendo os principais tópicos de cada clássico, Sell fornece também bibliografias completares para aqueles que possuírem um maior interesse sobre o assunto. Desse modo, é notório que o livro é de extrema qualidade e, para aqueles que desejam obter um conhecimento sobre o assunto, vale a pena ser consultado.



RESENHA 2

FULLER, Lon. **O Caso dos Exploradores de Cavernas**. Tradução de Plauto Faraco de Azevedo. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1993.

Adrielly Marques Costa Monteiro⁴⁸
Caroline Silva Fadel⁴⁹
Geovana Souza Marques⁵⁰
Igor Costa Norat⁵¹
Maria Luiza Ferreira Ramos⁵²

1 APRESENTAÇÃO DO/A AUTOR/A DA OBRA OBJETO DA RESENHA

O autor Lon Fuller, é reconhecido como um dos maiores teóricos do Direito norte-americanos do século XX, nasceu no dia 15 de junho de 1902, em Hereford, Texas, EUA, formado em direito e economia na universidade Stanford, Trabalhou em muitas universidades até chegar a Faculdade de Direito de Harvard, onde foi participo do corpo docente entre os anos de 1940 e 1972, Ele defende uma versão moderada de jusnaturalismo procedimental.

2 SÍNTESE DA OBRA

No livro “O Caso Dos exploradores De Caverna”, narra-se uma história ficcional inspirada em fatos reais do caso em casos reais, de US vs. Holmes (1842) e Regina vs. Dudley e Stephens (1884), sobre naufrágios seguidos de homicídio e canibalismo. Na obra fictícia, conta-se com um enredo acerca de 5 membros de um grupo espeleológico que adentrava uma caverna rochosa quando ocorre um deslizamento bloqueando a saída deles e conseqüentemente prendendo eles. Ficaram presos na caverna por vários dias, tendo o contato com uma equipe de resgates, por meio de um rádio, entretanto ao tentarem retirar as vítimas da calamidade, 10 profissionais de socorro, acabam por morrerem na operação de resgate, após mais deslizamentos complicando a situação de ajuda, são avisados que será preciso de mais 10 dias para a retirada do localiza com limitados recursos seria difícil a sobrevivência do grupo. Então, Roger Whetmore indaga ao médico a possibilidade de comer carne humana aumentar a chance

⁴⁸ Aluna do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário Estado do Pará - CESUPA. Turma: DIITA.

⁴⁹ Aluna do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA. Turma: DIITA.

⁵⁰ Aluna do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA. Turma: DIITA.

⁵¹ Aluno do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA. Turma: DIITA.

⁵² Aluna do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA. Turma: DIITA.



de vida útil deles, com a resposta de positivo para sua hipótese ele sugere tal ideia para seus companheiros com a possibilidade da escolha da pessoa voluntária, com auxílio de dados deixando a decisão para sorte, pediu o prazo de uma semana para decidirem, mas os outros não queriam esperar e jogaram os dados dando no próprio Roger foi morto e servido para alimentar o restante da equipe. Depois foram resgatados e levados para um centro médico para receberem o tratamento da desnutrição e hidratação, logo após foram acusados de homicídio em primeira instância, no fim do julgamento o júri faz uma petição para o Poder Executivo pedindo a alteração da sentença para uma reclusão de seis meses, em segunda instância há uma divergência de pensamentos na hora de votar, visto que cada jurista segue um raciocínio diferentes e seus votos são explicados por escolas de pensamentos filosóficos distintos.

O primeiro voto é do presidente do Tribunal Supremo, Truepenny, que apoia a condenação dos réus, pois acredita na lei estrita, e se o comportamento deles é repreendido pela legalidade então devem ser punidos. Em oposição ao Truepenny, temos o ministro Foster com uma análise jusnaturalista que debate a inocência dos réus com base na lei natural e faz uma analogia com legítima defesa, também diz que se o Estado sacrificou 10 vidas para salva-los, então deveria aceitar o direito de viver deles quatro. Logo, tem-se o Ministro Tating que discorda da argumentação de Foster, perguntando quando teriam eles passado para estado de natureza e afirma que o tribunal foi criado por lei positivista e não deve opinar no direito natural e assim ele abstém-se. Ademais, o Ministro Keen, argumenta que não é dever do judiciário decidir tal ato e sim do executivo, acreditando firmemente na lei positiva já julgada ele vota pela condenação dos indivíduos. Por fim, o Ministro Handy, julga conforme a opinião popular, fazendo uma enquete que revela preferência da maioria por uma condenação menor, e assim ele vota pela absolvição deles.

3 REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE OBRA E IMPLICAÇÕES

Nessa perspectiva, a narrativa de ficção é de suma importância educacional, visto que traz uma história de um caso de julgamento estritamente delicado, pois é muito difícil decidir sobre a vida de outros indivíduos, sendo cheio de lacunas por causa do local e condições que os réus se encontravam, pode-se perceber como os juristas podem apresentar opiniões diferentes para um mesmo caso, evidenciando diversificadas análises de parcialidade. Portanto, demonstra-se que por um lado seguir estritamente a lei, como o ministro Truepenny faz, é um risco ao sistema legal, e por outro lado a ampla interpretação jusnaturalista de Foster também prejudica o sistema jurídico. Com essas adversas óticas no caso, Fuller deixa ao leitor a opção



de opinar juridicamente nesse caso difícil, usando ferramentas discutidas pela filosofia do Direito.



RESENHA 3

ORWELL, George. 1984. 1ed. Brasil: Companhia das Letras, 2009.

Ana Beatriz Pantoja Costa⁵³
Camile Almeida Sousa⁵⁴

George Orwell, pseudônimo de Eric Arthur Blair, foi escritor e jornalista inglês. Nascido na Índia Britânica, em Motihari, em 25 de junho de 1903, era filho de funcionário público. Em 1911, mudou-se para Inglaterra e destacou-se em um internato por sua inteligência. O autor começou sua carreira literária durante os anos de 1928 e 1929, período em que escreveu seus primeiros rascunhos. Vítima de tuberculose, George faleceu em Londres, em janeiro de 1950, aos 46 anos de idade.

Na obra em questão, é retratado, principalmente, o regime totalitário -após a Segunda Guerra Mundial- em que George viveu. O enredo da história se passa em um mundo dividido em três nações que viviam em constante conflito umas com as outras: a Leustásia, a Eurásia e a Oceania, sendo essa última um Estado ausente de leis. Cada sociedade dessa era governada por um Partido extremamente repressivo e que exigia obediência total, representado pelo Grande Irmão, o qual mantém controle sobre todas as perspectivas da vida dos indivíduos que vivem nessas nações. Tal monitoramento era realizado por via das chamadas teletelas, que eram dispositivos presentes em todas as casas, além de drones que voavam dentro das residências. Em caso de desobediência dos civis, a Polícia do Pensamento aplicava punições dos mais diversos tipos, incluindo a morte. Acerca disso, Winston e Júlia, personagens principais da história e rebeldes totalmente contra a forma de governo do Grande Irmão, foram presos após uma série de violações da ordem dada pelo Estado, como, por exemplo, ser proibida a existência de relacionamentos -critério que foi contrariado pelos jovens após se envolverem romanticamente. Como forma de puni-los, a Polícia do Pensamento deixou a dupla aprisionada no intitulado Quarto 101, local em que foram torturados; após todas as ruindades que viveram, decidiram ceder ao controle do Estado. Além disso, existiam duas outras divisões na sociedade: o Partido Interno, que, junto do Big Brother, fiscalizava as nações e possuía membros ricos e beneficiados, e o Partido Externo, formado por aqueles desprovidos de benefícios. Ainda nesse sentido, existiam quatro Ministérios que auxiliavam no controle das nações: o Ministério da Fartura, responsável pela parte econômica, o do Amor, encarregado de reger a população, o da

⁵³ Bacharelada em Direito.

⁵⁴ Bacharelada em Direito.



Paz, incubido de assuntos relacionados à guerra, e o da Verdade -em que Winston trabalhava-, responsável por tudo que era escrito nos jornais e tendo como ideia central a de que o Partido Interno é incontestável.

No excerto acima descrito, George Orwell dissertou acerca da estrutura de um Estado extremamente totalitário na época em que viveu, mostrando, também, a insatisfação de seus personagens com um regime controlador como o do Grande Irmão. Nesse contexto, uma das grandes reflexões que o autor traz, e comparando com os dias de hoje, o livro tem severa semelhança com os algoritmos da internet, visto que os meios tecnológicos hodiernos mantêm um grande controle sobre os usuários; além disso, uma análise interpretativa acerca das telas -usadas como forma de controle na obra- também se encaixa nessa circunstância das atuais formas de vigilância. Por fim, em um mundo digital como o contemporâneo, várias são as formas de fiscalização dos aspectos da vida dos indivíduos, assim como na Oceania -regida pelo Grande Irmão.



RESENHA 4

THOMAS, Angie. **O Ódio que Você Semeia**. [S.l.]: Galera Record, 2017.

Ana Carla Costa
Ana Laura Henschel
Carolina da Luz

Angie Thomas nasceu, cresceu e ainda vive em Jackson, Mississippi. Rapper durante a adolescência, a autora é bacharel em escrita criativa pela Bellheaven University. Seus livros são como uma forma de ativismo em prol da população negra e marginalizada nos Estados Unidos e no mundo.

Publicado em 2017, **O Ódio que Você Semeia**, foi inspirado no movimento black lives matter, cujo foi fundado em 2013, com o fito de denunciar a brutalidade policial e o racismo sistemático que afeta esmagadoramente a comunidade negra. Com referências de um maluco no pedaço, Harry Potter e letras do célebre Tupac Shakur, o livro enfatiza a injusta vivência do povo preto na atual sociedade estruturalmente racista.

A protagonista vive em duas realidades distintas (durante o dia, estuda numa escola cara, com colegas majoritariamente brancos e muito ricos - no fim da aula, volta para seu bairro, periférico e negro, um gueto dominado pelas gangues e oprimido pela polícia. Após presenciar a morte de Khalil, um jovem negro, desarmado, por um policial branco, Starr, passa a perceber o quanto é necessário falar e se revoltar contra as injustiças e opressões que a comunidade preta sofre, haja vista, na maioria das vezes, em casos violência policial, o agente -normalmente branco- sai impune.

A narrativa é dinâmica, acessível e de fácil compreensão, mas ainda assim é direta, firme e empoderadora. Mesmo que você viva numa bolha social, e nunca tenha sequer imaginado que a realidade de Starr é semelhante a de muitos afrodescendentes no mundo, o livro não deixa de retratar um assunto revoltante e de insigne relevância na sociedade.

RESENHA 5

WEFFORT; Francisco Correia *et al.* **Os clássicos da política**. Vol. 1. São Paulo: Ática, 2011.

Anna Beatriz Monteiro Santiago⁵⁵
Giovanna De Carvalho Mangini de Almeida⁵⁶

1 APRESENTAÇÃO DO/A AUTOR/A DA OBRA OBJETO DA RESENHA

Primeiramente, ao iniciar o estudo crítico sobre a obra “Os clássicos da política”, pode-se dissertar sobre o autor do livro, Francisco Correia Weffort, nascido na cidade de Quatá (São Paulo) no dia 17 de maio de 1937, foi professor e doutor em ciências políticas pela Universidade de São Paulo. Além disso, o cientista ingressou na política como Ministro da Cultura em 1995, durante o mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso onde foi premiado com diversas condecorações, como a ordem ao mérito, sua formação acadêmica foi marcada principalmente pela publicações de livros e artigos científicos sobre temas políticos e filosóficos. Ao publicar o livro “Os clássicos da política”, Francisco contou com a colaboração de diversos professores da área de ciências políticas que influenciaram não somente sua forma de pensar, como também sua forma de dissertar.

2 SÍNTESE DA OBRA


A obra trata-se de uma coletânea de clássicos da política, na modernidade, endereçada aos estudantes de cursos universitários, abordando desde o contexto e pensamento político de autores como Nicolau Maquiavel no século XV até os contributos de Alexander Hamilton, James Madison e John Jay, “O Federalista”, no século XVIII.

Em Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtú, Maria Tereza Sadek, evidencia o processo de secularização da política e o enfoque na verdade efetiva das coisas, no passo em que análise política passa a ser centrada na realidade fática.

Já em Hobbes: o medo e a esperança, Renato Janine Ribeiro desmistifica a concepção de homem na teoria hobbesiana, pois para o filósofo, a essência humana é turbulenta, mas não muda com o surgimento do estado e da organização social, o homem não é um selvagem, na verdade é tão igual quanto outros, o gera a necessidade da criação de um Estado absoluto que

⁵⁵ Graduanda do curso de Direito do CESUPA.

⁵⁶ Graduanda do curso de Direito do CESUPA.



regula as relações humanas.

Acerca de John Locke e o individualismo liberal de Leonel Mello, é colocado em pauta a teoria da propriedade do filósofo inglês, sendo ela a responsável por caracterizar o estado como aquele que vai conservar a propriedade e a vida dos indivíduos, já que ele acreditava na completa liberdade deles e que era válido, o estado intervir quando houvesse violações desses direitos.

Ademais, em Montesquieu: sociedade e o poder, escrito por J. A. Guilhaon Albuquerque, é retratado um panorama acerca das contribuições do filósofo dentro da teoria política, principalmente no que diz respeito a importância da existência dos três poderes governamentais: legislativo, executivo e judiciário para o bom funcionamento de uma instituição política e o estudo das leis, elementos oriundos da natureza das coisas.

Outrossim, em Rousseau: da servidão à liberdade, Milton Meira do Nascimento evidencia o funcionamento das estruturas políticas e do governo, ao passo que existe uma vontade de construir uma comunidade com valores políticos e também uma representação política, ou seja, a existência representantes do povo a nível governamental.

Por fim, "O Federalista": remédios republicanos para males republicanos, de Fernando Papaterra Limongi, faz uma análise do federalismo moderno proposto por Madison, Jay e Hamilton em seus ensaios para auxiliar na ratificação da Constituição por parte dos estados.

REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE OBRA E IMPLICAÇÕES

A obra é, de fato, um clássico da política. Na medida em que aborda literatos da filosofia política e suas perspectivas, fulcrais ao desenvolvimento e construção do estado moderno, evidenciando os passos iniciais para o entendimento do conceito de política atualmente cunhado. Ao realizar uma exposição didática, por exemplo, do autor italiano Nicolau Maquiavel, enquanto um marco na percepção da política, na qualidade de instituto a ser estudado em razão da forma que se apresenta, estando intrinsecamente ligada à natureza humana, essa, volátil e instável, originária do próprio poder político.

RESENHA 6

SHECAIRA, Fábio Perin; STRUCHINER, Noel. **Teoria da argumentação jurídica**. Rio de Janeiro: Puc Rio, 2016.

Bernardo Heitmann Freire Figueiredo⁵⁷
Gabriel Nascimento Pinto⁵⁸
Heitor Ribeiro Calderaro Martins⁵⁹
Sérgio William Victhor Miranda Mendes⁶⁰

1 APRESENTAÇÃO DO/A AUTOR/A DA OBRA OBJETO DA RESENHA

A obra *Teoria da Argumentação Jurídica* foi desenvolvida em 2016 pelos autores Fábio Perin Shecaira, professor adjunto da Faculdade Nacional de Direito (UFRJ); professor dos Programas de Pós-Graduação em Direito (PPGD-UFRJ) e Filosofia (PPGF-UFRJ); doutor em Filosofia (McMaster University, Canadá); Pesquisador Visitante em Harvard (2011) e Noel Struchiner, professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio; pesquisador da FAPERJ (Jovem Cientista do nosso Estado) e do CNPq (Bolsista de Produtividade em Pesquisa); Pesquisador visitante em Harvard (2004) e em Brown (2012).

2 SÍNTESE DA OBRA

3 CAPÍTULO I – ARGUMENTAÇÃO: NOÇÕES BÁSICAS

A argumentação jurídica é a arte de produzir argumentos, apresentando razões em defesa de uma conclusão. Vale salientar que a argumentação jurídica não surge sempre de debates públicos, cada indivíduo, possui a capacidade de construir argumentos seus próprios argumentos em defesa de uma tese. Fato que não torna a argumentação jurídica um ambiente competitivo e conflituoso. O meio acadêmico, por exemplo, favorece a colaboração intelectual.

PADRONIZAÇÃO DE ARGUMENTOS


A padronização de um argumento serve para tornar a construção de um argumento mais compreensível. Padronizar um argumento não implica em aperfeiçoá-lo ou em piorá-lo, mas, sim em compreender o argumento tal qual foi produzido pelo autor. Portanto é dever do intérprete não deturpar o argumento.

⁵⁷ Discente do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Estado do Pará – Cesupa.

⁵⁸ Discente do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Estado do Pará – Cesupa.

⁵⁹ Discente do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Estado do Pará – Cesupa.

⁶⁰ Discente do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Estado do Pará – Cesupa.



Exemplo de padronização de argumentos:

1. Há um livro acadêmico de direito que possui um dono.
2. Donos de livros acadêmicos de direito estudam direito.
3. Pessoas que estudam direito frequentam universidades.

Logo,

4. O proprietário do livro é um universitário.

Ao padronizar um argumento, este passa a ser dividido em duas partes. A parte que precede o “logo” é formada por frases denominadas premissas. Um argumento deve possuir no mínimo, uma premissa. A frase que vem depois do “logo” é a conclusão. O “logo” é o termo que marca a mudança entre as premissas e a conclusão (outros termos que poderiam cumprir a mesma finalidade: “então”, “portanto”, “assim”, “dessa forma”).

Em uma padronização só devemos posicionar as premissas em sequência quando elas informarem razões independentes para confiar na conclusão.

ARGUMENTOS COMPLEXOS

Os argumentadores muitas vezes baseiam suas teses em uma sequência de argumentos simples (conjunto de frases constituídos por uma ou mais premissas interdependentes e uma única conclusão).

Argumentos simples, podem, portanto, unir-se para formar um argumento complexo. Quando argumentos simples tendem para uma mesma conclusão, eles compõem o que chamamos de argumento complexo convergente.

Exemplo de argumento complexo convergente:

“Há pelo menos duas razões para crer que estudar direito é uma boa ideia: o bacharel em direito tem muitas oportunidades de emprego, e o bacharel em direito também goza de prestígio social”. É um equívoco padronizar o argumento da seguinte maneira padronizar o argumento da seguinte maneira;

1. O bacharel em direito tem muitas oportunidades de emprego.
2. O bacharel em direito tem goza de prestígio social.

Logo,

3. Estudar direito é uma boa ideia.



As premissas do argumento que recomendam o estudo do direito não são interdependentes. Uma vez que se pode se afirmar:

1. O bacharel em direito goza de prestígio social.

Logo,

2. Estudar direito é uma boa ideia.

O argumento apresentado não está inacabado. A premissa 1 expressa uma razão independente para acreditar que a conclusão é verdadeira. Isso é válido para o seguinte argumento:

1. O bacharel em direito tem muitas oportunidades de emprego.

Logo,

2. Estudar direito é uma boa ideia.

Por meio da análise é possível inferir que juntos os dois argumentos são possíveis inferir que juntos ambos são capazes de salvaguardar melhor a conclusão, porém separados perdem força. Logo, para defender melhor a conclusão de que estudar direito é uma boa ideia com fundamento de que ambas as alegações (oportunidade de emprego e prestígio social) deve utilizar ao invés de um argumento simples, um argumento complexo composto por dois argumentos simples convergentes. Portanto uma padronização correta deve buscar uma maneira de relacionar as premissas.

Argumentos complexos podem, portanto, ser formados a partir de argumentos simples. Argumentos simples que convergem para uma mesma conclusão formam um argumento complexo convergente.

Há ainda os argumentos complexos encadeados, os quais são sequências de argumentos simples conectados de tal maneira que a conclusão de um argumento simples assume o papel de premissa de um argumento simples subsequente. Por exemplo:

1. Alimentos açucarados fazem mal à saúde.
2. Deve-se evitar alimentos açucaradas.
3. Brigadeiro é um alimento açucarado.

Logo,

4. Devemos evitar brigadeiro.



A frase 2 é a conclusão de um argumento simples (o qual possui a frase 1 como premissa) e, ao mesmo tempo, é premissa de um outro argumento simples, que tem a frase 4 como conclusão. A frase 2, portanto, é uma conclusão intermediária do argumento complexo encadeado, e a frase 4 a conclusão final desse argumento. Logo, um argumento complexo pode passar por várias conclusões intermediárias antes de chegar a conclusão final.

Inclinam-se a ser complexos (convergentes e/ou encadeados) os argumentos que aparecem em decisões judiciais, denúncias de promotores, petições de advogados.

JUSTIFICAÇÃO EXTERNA E JUSTIFICAÇÃO INTERNA

Para determinar se um argumento é bom, é necessário submetê-lo a dois testes: justificção externa, quando o argumento está externamente justificado, e teste da justificção interna quando o argumento está internamente justificado. Os dois testes são independentes um do outro.

Argumentos que estão externamente justificados possuem premissas verdadeiras. Enquanto argumentos internamente justificados possuem suas premissas, as quais constituem uma defesa logicamente adequada a sua conclusão.

Na prática jurídica, são considerados “bons” advogados aqueles que possuem a capacidade de persuadir o juiz, fato que não necessariamente precisa estar atrelado ao uso de bons argumentos durante a defesa de um caso. Os advogados se valem de truques retóricos e outros subterfúgios para confundir e ludibriar, em vez de elucidar e esclarecer os fatos.

A teoria da argumentação diferencia argumentos dedutivos de argumentos indutivos. Argumentos indutivos procuram estabelecer a sua conclusão como sendo presumível baseada na veracidade das premissas. Argumentos dedutivos por sua vez buscam estabelecer a sua conclusão como sendo inevitável ou certa, baseada na veracidade das premissas. Essa diferença é de suma importância para determinar os métodos que devem ser utilizados para conferir a capacidade de as premissas de conferirem uma defesa adequada da conclusão (justificativa interna). Argumentos dedutivos no que diz respeito a sua justificção interna, são julgados de acordo com um critério de avaliação mais rigoroso que os argumentos indutivos. Por exemplo:

A

1. Donald Trump é americano.

Logo,

2. Donald Trump gosta de hambúrguer.

Compreendido como argumento dedutivo, A não está internamente justificado. Pois, é possível que um americano não goste de hambúrguer. A premissa, ainda que verdadeira, não garante como correta a autenticidade da conclusão. Entretanto, tomado como um argumento indutivo, A passa no teste da justificão interna. Uma vez que é muito comum que americanos gostem de hambúrguer, que o fato de Donald Trump ser americano torna ao menos possível a conclusão de que ele goste de hambúrguer.

Para identificar se um argumento é dedutivo ou indutivo dependerá da capacidade do leitor de compreender as intenções do próprio autor do argumento. Embora os autores nem sempre revelem suas intenções, é possível fazê-lo por meio da inclusão de advérbios específicos depois do “logo”. Por exemplo:

A*

1. Donald Trump é americano.

Logo, (necessariamente ou certamente)

2. Donald Trump gosta de hambúrguer

A**

1. Donald Trump é americano.

Logo, (provavelmente)

2. Donald Trump gosta de hambúrguer.

O argumento **A*** é um argumento dedutivo dado o fato de que a veracidade da conclusão é assegurada pela veracidade das premissas. O argumento **A**** é indutivo, uma vez que no seu caso a veracidade da conclusão é apenas uma possibilidade dada a veracidade das premissas. Em ambos os casos o argumento só estará internamente justificado caso as intenções, dedutiva ou indutiva, forem realmente satisfeitas.

Profissionais do direito conferem bastante importância aos argumentos dedutivos conhecidos como “silogismo jurídico”. Um exemplo:

B

1. Quem ultrapassa o sinal vermelho de trânsito deve ser punido.
2. Pedro ultrapassou o sinal vermelho.

Logo,

3. Pedro deve ser punido.

Em situações jurídicas, silogismos desse tipo são construídos com a intenção de que a veracidade da conclusão seja garantida pela veracidade das premissas. O silogismo **B** está internamente justificado. Porém, nem todo silogismo possui uma justificação interna. Mesmo que as premissas sejam verdadeiras, delas não segue uma conclusão. Por exemplo:

C

1. Quem ultrapassa o sinal vermelho de trânsito deve ser punido.
2. Pedro parou seu carro em cima da faixa de pedestre.

Logo,

3. Pedro deve ser punido.

Concluindo um bom argumento deve estar tanto internamente justificado (capacidade das premissas de oferecer uma defesa adequada da conclusão, correção lógica) quanto externamente justificado (com relação a veracidade das premissas).

Um argumento pode possuir premissas verdadeiras, por mais que apresente algum problema lógico. Por outro lado, um argumento pode ser logicamente perfeito, ao mesmo tempo em que possui premissas falsas.

O “silogismo jurídico” costuma ser formulado com pretensões dedutivas e, por isso, é considerado internamente justificado se a veracidade da sua conclusão for fundamentada pela veracidade de suas premissas.

CAPÍTULO II - ARGUMENTAÇÃO PRÁTICA ARGUMENTAÇÃO TEÓRICA E ARGUMENTAÇÃO PRÁTICA

Argumentos teóricos buscam construir conclusões teóricas, por isso, buscam conclusões sobre como as coisas encontram-se, como apresentaram-se ou como serão. Exemplos:



A

1. Donald Trump é americano.

Logo

2. Donald Trump gosta de hambúrguer.

B

1. Mauricio de Souza é paulistano.

Logo,

2. Mauricio de Souza, nasceu no Brasil.

C

1. Donald Trump foi eleito o 45º presidente dos Estados Unidos.

Logo,

2. Donald Trump será estudado pelas gerações futuras.

A, **B** e **C** são argumentos teóricos, buscam estabelecer conclusões teóricas sobre como as coisas encontram-se (**A**), como as coisas apresentaram-se (**B**) ou como serão (**C**). São conclusões sobre acontecimentos presentes, passados e futuros.

Argumentos práticos, por outro lado, buscam determinar conclusões práticas sobre como as coisas devem ser, deveriam ter sido ou deverão ser. Exemplos:

D

1. João Guimarães Rosa é brasileiro.

Logo,

2. João Guimarães Rosa deve ter orgulho de seu país.

E

1. João Guimarães Rosa é uma figura pública.

Logo,

2. Vilma Guimarães Rosa, filha do poeta, não deveria ter tentado impedir a publicação da biografia do pai.

F

1. João Guimarães Rosa é um grande poeta brasileiro.

Logo,

2. João Guimarães Rosa deve ser respeitado.

D, E e F são argumentos práticos, pois chegam a conclusões sobre como as coisas devem ser (presente, passado ou futuro).

ARGUMENTAÇÃO INSTITUCIONAL E ARGUMENTAÇÃO SUBSTANTIVA

A argumentação prática pode ser de dois tipos: argumentação prática substantiva e argumentação prática e argumentação institucional. Ambas partilham do mesmo objetivo que é estabelecer conclusões sobre o que deve ser feito, porém utilizam-se de métodos diferentes para chegar ao mesmo objetivo.


A argumentação substantiva, busca utilizar razões de viés moral, político, econômico, social, entre outros. Já a argumentação institucional, busca estabelecer suas conclusões por meio de razões mais burocráticas, o autor de argumentos institucionais, geralmente está encarregado de uma posição social que exige respeito em relação às regras e procedimentos previamente estabelecidos. O juiz de direito é um exemplo de indivíduo que devido ao cargo público de prestígio social que ocupa requer respeito em relação às normas e procedimentos e preliminarmente estabelecidos.

Em síntese, os argumentos teóricos possuem conclusões teóricas (descritas como factuais ou descritivas), ou seja, conclusões sobre como as coisas encontram-se, apresentam-se ou serão. Argumentos práticos possuem conclusões práticas (chamadas de normativas ou prescritivas), ou seja, conclusões que tratam respeito de como as coisas devem ser, deveriam ser, ou deverão ser.

Argumentos práticos podem ser substantivos, os quais buscam considerações de natureza moral, política, econômica, social entre outras de ou institucionais, as quais são fundamentadas em regras e procedimentos preliminarmente estabelecidos. A argumentação jurídica é predominantemente institucional, recebendo por causa dessas afirmações o nome de “tese jurídica”, tese empírica a qual não é facilmente comprovada.

CAPÍTULO III – FONTES DO DIREITO

No capítulo 3, a obra demonstra a forma com que as fontes do Direito são utilizadas



dentro da argumentação e do raciocínio jurídico, analisando como elas se tornam elementos genuinamente funcionais. Com isso, as fontes principais abordadas pelo autor são listadas, visando a melhor compreensão durante o decorrer do capítulo, sendo elas:

- Fontes formais;
- Fontes materiais;
- Fontes obrigatórias;
- Fontes opcionais;
- Acúmulo de fontes.

FONTES FORMAIS E FONTES MATERIAIS

Analisando as fontes formais e materiais, o autor expõe que as dadas como materiais são as que possuem influência ou ações que definem a forma que o Direito surge e se desenvolve, como por exemplo a influência da mídia na sociedade. Observando a seguinte, é dito que as fontes formais têm status mais oficial, pois são os documentos (como leis e determinações legais) utilizadas pelos profissionais do Direito como artifício de decifração e solução para os imbróglis jurídicos encontrados. É colocado na obra que são das fontes formais do Direito retiradas as fundamentações para os silogismos jurídicos dos profissionais do Direito.

É exposto que algo pode ser ao mesmo tempo fonte material e formal, contando que cumpra com os requisitos de cada um simultaneamente, sendo pontuado também que alguns autores brasileiros só consideram fontes formais aquelas que estão colocadas e legitimadas na própria legislação, não incluindo em suas teorias ou obras aquelas que não estejam propriamente escritas no mais alto escalão das normas. Entretanto, abrindo a mente para além do que está explícito na constituição e utilizando como critério as práticas de vários agentes do Direito, é possível sim chegar a conclusões onde fontes formais não existentes nas leis oficiais se tornem legitimadas e válidas, sendo necessário apenas se desprender um pouco dos liames da estrita formalidade e especificidade do pensamento jurídico.

FONTES OBRIGATÓRIAS E FONTES OPCIONAIS

Analisando a parte da obra onde é desenvolvido o pensamento sobre Fontes obrigatórias e opcionais, é retificada a importância de reconhecer o complexo como tal, sem procurar executar simplificações incorretas quanto ao pensamento jurídico e realidade do Direito, pois isso leva a conclusões precipitadas e incorretas. Com tal aviso esclarecido, é exposto que as



fontes tidas como obrigatórias são as que os profissionais do Direito têm que impreterivelmente utilizar no cotidiano do fazer jurídico, enquanto as opcionais são aquelas tidas como pertinentes, porém que podem sim ser ignoradas com tranquilidade, sem risco de falhas ou deslizes frente as formalidades jurídicas.

É expresso como exemplo de fonte obrigatória as leis, que não podem ser simplesmente ignoradas. Por outro lado, as doutrinas por exemplo são tidas como opcionais por diversos teóricos jurídicos. Tal distinção traz uma visão de que decisões judiciais baseadas em fontes obrigatórias são mais sólidas e consolidadas, visto que são muito mais aceitas e tidas como genuínas pela comunidade jurídica.


ACÚMULO DE FONTES

Observando agora a visão da obra sobre o acúmulo de fontes, é apresentado que, na maioria das vezes, visando o convencimento de determinado sujeito, juiz ou figura de importância elevada para o contexto jurídico, o profissional do Direito procura basear seu ponto o qual defende na maior quantidade de argumentos convergentes possíveis, garantindo assim certa legitimação para sua conclusão. Aplicar o seu argumento sendo fundamentado na jurisprudência e em diferentes áreas de caráter jurídico o torna mais sólido e bem-visto.

Basicamente, é evidenciado que o acúmulo de fontes e bases argumentativas jurídicas complementa uma ideia ou conclusão com mais legitimidade e solidez. É relevantemente pontuado também no capítulo o fato de que em momentos nos quais a lei não é clara o suficiente para chegar a uma conclusão válida, a jurisprudência ganha um enorme peso, servindo como ferramenta direta na resolução de determinado caso jurídico.

O autor expõe que argumentos que acumulam fontes precisam ser entendidos como "complexos e divergentes", mostrando em seguida, aspirando exemplificar a colocação feita, um esquema onde 3 fontes divergentes possuem uma conclusão em comum, e com isso elas se acumulam e formam uma conclusão geral em conjunto. É dado como um possível exemplo para tais três fontes, aproximando do contexto jurídico brasileiro, a lei, a jurisprudência e a doutrina.

Diante de um conflito de leis ou normas causado pela pluralidade de fontes e argumentos jurídicos utilizados, é costumeiramente utilizado como método de resolução aquilo que se entende nas expressões latinas *lex superior*, *lex posterior* e *lex soecialis*, basicamente significando que são aplicados critérios cronológicos, de hierarquia e de especialidade na fonte em análise, chegando assim em uma conclusão aceitável e plausível para o imbróglio. É também



retificada a relevância da correlação entre as fontes utilizadas para fundamentar um argumento jurídico, visando uma conclusão sólida e válida.

CAPÍTULO IV – MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO JURÍDICA

Existem diferentes métodos que podem ser utilizados na interpretação das fontes do direito. Os variados métodos de interpretação podem ser tipificados como mais ou menos institucionais.

O QUE É INTERPRETAÇÃO

No âmbito jurídico a palavra “interpretar” possui dois significados distintos. O primeiro significado é mais abrangente e afirma que interpretar está relacionado a capacidade de discernir o sentido de um texto legal. No segundo significado, mais restrito, interpretar está relacionado a capacidade de distinguir o sentido de um texto legal que, diante de uma primeira análise é visto como difícil ou obscuro. Logo, interpretar no segundo significado implica em decifrar.

Interpretar, portanto, envolve discernir o sentido de um texto legal. A palavra “discernir” sugere que o sentido dos textos legais exista antes mesmo de o intérprete ler os textos e interpretá-los. O sentido já está presente no texto e o intérprete teria apenas de discerni-lo. Há diferentes métodos de interpretação jurídica.


FORMALISMO E NÃO FORMALISMO

O estudo dos métodos de interpretação está dividido em duas grandes classes, entre as quais há uma considerável diferença de grau.

Os métodos formalistas também conhecidos como métodos institucionais pragmáticos é aquele que se aplica à textos legais literalmente. Método também conhecido como “gramatical”, “textualismo” e “literalismo”.

Uma placa que proíbe a entrada de pessoas que não são funcionárias em um prédio público é um exemplo de placa textualista pois considera proibida a entrada de qualquer pessoa que não se encaixe no sentido literal da palavra funcionário.

O textualismo é um método pouco flexível. A sua aplicabilidade requer apenas o entendimento do sentido literal das palavras que compõe o texto. Logo, quando o sentido literal é objetivo não a possibilidade de recurso as considerações de natureza extralinguística (enfim, substantiva). Surgem críticas em relação a esse método de interpretação que dizem respeito a sua falta de sensibilidade em relação as considerações substantivas pertinentes.



Há também o método “teológico-objetivo”, o qual se apresenta como uma maneira de reagir contra a rigidez do textualismo, afirma que a interpretação de um texto legal deve ser feito observando a sua finalidade ou objetivos implícitos no texto. O utilizador deste método deve fazer valer o propósito que está por trás do texto, mesmo quando o propósito recomenda algo incompatível com o que é explicitamente prescrito pelo texto. O método teológico é menos institucional que o textualismo, não há procedimento consensual e precisa ser seguido para atribuição de um propósito ao texto legal.


Existe também o método “teológico-subjetivo” ou “histórico”, olha através do texto para seus fins subjacentes. Os fins em questão são formulados pelo próprio intérprete à luz do que ele considera mais razoável. São fins que os sujeitos reais, os quais estiveram por trás da criação do texto legal queriam buscar com a sua promulgação. Por ser um método que visa o propósito real, histórico, do autor do texto torna-se mais institucional que o método teológico-objetivo, o qual desenvolve a criação de um propósito pelo próprio intérprete. O método teológico-subjetivo, almeja dar mais margem à deliberação subjetiva. Fato que se justifica por duas razões relacionadas entre si.

O método teológico-subjetivo exige um tipo de pesquisa mais complexa (o que a torna mais facilmente adulterada por preconceitos ideológicos) do que o método textualista. No âmbito das questões jurídicas minimamente complexas, o método teológico-subjetivo necessita de pesquisas históricas acerca dos reais objetivos do autor do texto legal.

Por fim, há também o método sistemático, usado para fazer referência ao a um conjunto grande e diverso de estratégias argumentativas. Por exemplo, um decreto municipal que proíbe estacionar veículos em espaços praças públicas. Caso um indivíduo tenha dúvidas quanto a aplicabilidade da palavra “veículo” a bicicletas, um intérprete recorre a outros dispositivos dentro do mesmo decreto. O intérprete pode encontrar um dispositivo que efetivamente esclareça o sentido da palavra “veículos”, indicando por exemplo que se trata apenas de um veículo motorizado (o que deixaria de fora a bicicleta). Na ausência de um mecanismo esclarecedor, o intérprete poderia recorrer a jurisprudência, nesse caso, uma forma como os outros juízes tem entendido a palavra “veículo” em casos anteriores. O intérprete, pode ainda valer-se dos materiais que os juristas têm escrito a respeito da situação. Todos esses procedimentos descrevem o emprego do “método sistemático”.

INTERAÇÃO ENTRE OS MÉTODOS DE IMPRESSÃO

Os métodos de interpretação podem entrar em conflito, ocasionando leituras diferentes



de um mesmo texto legal. Os métodos também, podem acumular-se, comprovando-se ou completando-se.

Em caso de divergência, parece existir uma convenção tácita entre muitos juízes contemporâneos conferindo prioridade relativa aos métodos mais institucionais, com destaque para o método gramatical ou textual.

INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

A interpretação constitucional tem peculiaridades explicadas por características próprias do texto constitucional, como rijeza e linguagem vaga moralmente carregada. Essas características contribuem em parte para que a interpretação constitucional se torne menos institucional que a interpretação de outros tipos de texto legal.

Há uma tendência entre os juristas brasileiros constitucionalizar a interpretação de maneira geral. Essa tendência representa uma possível guinada substantiva na argumentação jurídica brasileira.

CAPÍTULO V – INTEGRAÇÃO DE LACUNAS

Diferentemente do capítulo 04, o qual aborda as diferentes interpretações da lei, o quinto capítulo do presente livro discorre acerca das alternativas à lei, ou seja, algumas outras fontes do direito na qual o profissional jurídico costuma se basear quando a lei não é clara. Dentro do capítulo quinto, será abordado diferentes recursos como as lacunas na lei, princípios, analogias, jurisprudências, doutrinas e costumes.

O QUE SÃO LACUNAS NA LEI?

Segundo diz o artigo 4º da lei de introdução às normas, se houver alguma lei lacunosa ou omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com os recursos das fontes do direito – princípios, analogias, costumes...

A palavra “lacuna” pode ser usada, nesse caso em específico, no seu sentido avaliativo. Se levarmos em consideração que o cenário/ambiente em que aquele fato aconteceu, podemos encontrar lacunas na lei, ainda que ela seja claramente expressa quanto à sua objetividade.

No presente capítulo, o autor expressa a ideia de “lacuna” e “omissão” como algo neutro. Nesse caso, surge uma lacuna na lei assim que ela não consegue regular claramente algum caso específico. Tal falta de clareza pode decorrer da vagueza, da ambiguidade ou de algum feito de um fenômeno linguístico.

PRINCÍPIOS

A palavra “princípios” é usada amplamente em literaturas jurídicas contemporâneas. Para começar a pensar acerca dos princípios, pode-se pensar que definir a palavra “princípio” é responsabilidade inteira de quem pretende utilizá-la.

Assim, podemos concluir que a argumentação baseada em princípios e os argumentos analógicos são menos institucionais quando comparados ao argumento que aplica um precedente com *ratio* clara.

ANALOGIAS

Na visão jurídica, a analogia não se refere a uma metáfora ou a algum tipo de figura de linguagem, mas sim de um argumento que pode ser representado possuindo a seguinte estrutura abstrata:

Esquema de analogia

1. Uma situação **A1** é juridicamente regulada da maneira **R**
2. **A1** é semelhante a outra situação **A2** no que tange às características jurídicas relevantes

J1, J2... Jn

Logo,

3. **A2** deve ser juridicamente regulada da mesma maneira **R**

Dessa forma, pode-se destacar que a primeira premissa constata o fato de tal situação jurídica seja julgada/regulada de determinada maneira, seja ela pela lei, jurisprudências ou qualquer outra fonte do direito dotada de autoridade jurídica vigente. O autor desta obra, neste capítulo, confia que não haverá controvérsia sobre isso, uma vez que o objetivo do argumento seria mostrar que a maneira consensual de regular a situação original deve ser estendida a uma nova situação.

Podemos exemplificar o esquema antes citado da seguinte maneira:

4. Quem dirige embriagado [SITUAÇÃO ORIGINAL] deve ser punido [TRATAMENTO JÁ DISPENSADO POR ALGUMA FONTE DO DIREITO].

5. Dirigir embriagado [SITUAÇÃO ORIGINAL] é semelhante a dirigir sob a influência de drogas [SITUAÇÃO DEBATIDA], uma vez que as duas substâncias comprometem a atenção do motorista [SEMELHANÇA JURÍDICAMENTE RELEVANTE].



Logo,

6. Quem dirige sob os efeitos de drogas também deve ser punido.

Dessa maneira, a analogia como fonte do direito é frequentemente usada para fins de interpretação e designação da lei, evitando que as lacunas existentes na legislação brasileira sejam usadas como argumentações não fundamentadas.

JURISPRUDÊNCIA

O tópico discute sobre os princípios da jurisprudência, seguindo o preceito do *common law*, sistema jurídico norte-americano e inglês, que necessitam de precedentes para determinações legais sobre as leis, baseando-se, na maioria das vezes, em um julgamento de acordo com acontecimentos passados e assim, abordam um princípio que vigora nesse sistema chamado de *stare decisis*.

Tal pretexto afirma que qualquer decisão jurídica e vinculativa, respeitando os casos similares, sendo aplicado tanto verticalmente quanto horizontalmente. Como o sistema brasileiro utiliza do *civil law*, o tópico demonstra a dificuldade do entendimento dos estudantes brasileiros sobre o *stare decisis*, pois necessita de interpretações para determinados casos e decisões tomadas por juristas não são outorgadas em normas positivas, mas são geridas por leis, por conta que uma decisão judicial não pode afetar as demais sem uma análise mais complexa e detalhada. A forma para uma decisão ser levada em conta e quando tal ação pode ser inferida como *ratio decidendi*, que é a forma da razão para tomar uma decisão judicial, e essas decisões são tomadas de forma enfática e clara, justamente para não haver tomadas de decisões equivocadas.

Outrossim, o texto aponta as controvérsias da utilização do *ratio*, que se dar por conta da forma errônea de apresentar e explicar o uso do *ratio* para o tribunal de júri transformando em uma opinião comum, desvinculando-se do seu papel de precedente, mas ainda é levado em conta mediante as provas do caso abordado usufruindo da plausibilidade do silogismo jurídico, e para exemplificar o silogismo é utilizado o caso de *Riggs vs Palmer*, o qual também apresenta o silogismo utilizado na defesa de *Riggs*, o procedimento comum afirma que o *ratio* corresponde a norma e sua adesão ao silogismo incompleto a justificação, sendo que mais de uma norma supre essa função. Para casos como *Riggs vs Palmer*, o procedimento comum recomenda o uso do *ratio* com a norma mais estreita, o texto apresenta quatro *ratios* possíveis de usos para esse caso, e justifica o quarto como o melhor e mais estreito para rebater o silogismo jurídico utilizado para a tomada de decisão no caso. O tribunal necessita deixar claro a norma do *ratio* utilizada,



para que não seja interpretada de forma equivocada por outra tribuna. Porém, para determinados casos é necessário o uso do *ratio* mais estreito, entretanto, não sendo excessivamente estreito para induzir a interpretação ao erro, mas também, o uso do *ratio* mais abrangente pode levar a interpretações equivocadas, inviabilizando o precedente.

COSTUMES

O tópico disserta sobre os costumes, sendo um tema curioso dentre os assuntos abordados no capítulo, pois de acordo com autor, só faz parte por conta da sua referência ao art. 4 da LINDB, tais recursos são bem comuns no sistema jurídico, segundo o texto, os costumes não são muito relevantes na tomada de decisões dos juristas. Os integrantes do poder judiciário inglês utilizam de leis não escritas, denominadas de costumes oficiais, que abrange o grupo seletivo, por conta de aspectos que não são regulados por via legislativa e judiciária. Retomando a afirmação de *stare decisis* do capítulo 3, sendo utilizado como exemplo de tal costume, não introduzindo as normas escritas e da jurisprudência inglesa, mas sim de tratar de forma vinculante os precedentes, sendo utilizado gradualmente pelos juristas britânicos. Para o âmbito internacional os costumes ocupam um papel fundamental, portanto fazem parte da tomada de decisões, porém, costumes populares não podem se contrapor aos costumes autoritários, ademais pode-se usar costumes populares como constitucionais podendo ser retratado como um hábito. O tópico apresenta os principais pontos para distinguir um costume de um hábito, utilizando a definição que hábito é a prática constante de determinado grupo social, usando como justificativa os alimentos consumidos pelos cariocas, e costumes é a prática de uma ação que deve ser seguida, o descumprimento e passivo de determinadas penalidades definida pela sociedade pertencente. Existem costumes que cada grupo social determina mais importante que outros, o tópico utiliza de exemplos de costumes como vestimentas, relação social e deveres, para reiterar a importância dos costumes para a sociedade e para a formação da norma jurídica, contudo, nem todo costume prevalece de norma exemplificando práticas que são proibidas pelo direito. A recepção de costumes pelo sistema jurídico provém de duas maneiras, a primeira é que os costumes podem ser relacionados às leis ou na jurisprudência, após isso a comunidade jurídica tenderá a fazer referências à fonte do direito. Em seguida, o tópico menciona como o direito utiliza dos costumes para argumentação, dissertando sobre a validade perante a sociedade e o tempo que o costume foi disseminado na mesma.

DOCTRINA

Introdutoriamente à perquirição do tema em questão, ocorre uma breve linha de



raciocínio feita pelo autor, onde é manifestado que artigos e obras produzidas por juristas são utilizados como fontes opcionais do Direito, e que no Brasil a doutrina não é determinada como artifício obrigatório a ser utilizado pelo Juiz em caso de lacunas na lei, mesmo que ela seja constantemente utilizada pelo magistrado.

É apresentado na obra o fato de que antigamente, em meados do séc. XX em países como a Inglaterra, existia uma espécie de perseguição moral e propriamente judicial contra os juristas que se relacionavam com o uso da doutrina, ocorrendo até mesmo a o bloqueio e impedimento de continuação da argumentação de advogados por parte de alguns juízes. Explica o autor que quanto mais resolutos e certos fossem os juízes sobre a necessidade de fundamentar suas decisões com base em fontes do Direito tidas como verificadas ou confirmadas, como lei ou a jurisprudência, menos utilizada seria a doutrina.

A doutrina é caracterizada na obra como qualquer pesquisa na área do Direito em si, sendo dividida nas academias em "Dogmáticas" (preeminência da argumentação de caráter institucional) e "Zetéticas" (foco nas questões filosóficas, sociais e econômicas do estudo jurídico). É explicado pelo autor que para um Juiz aplicar a doutrina em fazer jurídico de forma verdadeiramente institucional, ao menos uma de duas condições expostas deve ser satisfeita: ou existe consenso em relação a doutrina aplicada, ou o autor possui tamanha autoridade que tal doutrina é dada como fundamenta mesmo que permaneça com anuência dividida, sendo esta condição relativamente mais rara que a primeira no âmbito de ser encontrada.

Ao final do capítulo, são expostos os principais pontos tratados durante o segmento retratado da obra, sendo eles:

- Quando a lei peca em ser totalmente nítida, juízes tendem a aplicar outros artifícios, como costumes, doutrina etc. (Tais recursos sendo dessemelhantes quando às suas constitucionalidades.
- Um argumento fundamentado em princípios ou dado como analógico são menos institucionais que um argumento estabelecido em ratio clara.
- A doutrina pode ser legitimada e utilizada de forma institucional.
- O fator determinante para a legitimação de um Costume como argumento jurídico é critério baseado no consenso e na análise quanto às suas verdades e fundamentações. A doutrina deve andar de mãos dadas com o consenso para que seja satisfatoriamente estribada como ferramenta jurídica e de decisões judiciais.



CAPÍTULO VI - ARGUMENTAÇÃO TEÓRICA DO DIREITO

Embora o livro traga consigo conceitos e argumentos acerca do silogismo jurídico, o presente capítulo vem com a responsabilidade de enfatizar os argumentos teóricos formulados em defesa da premissa menor. Dessa maneira, serão destacados os conceitos de argumentação teórica substantiva, argumentação teórica institucional, inferência para a melhor explicação, verdade formal e vontade real e exclusões, ônus e *standarts* de prova.

ARGUMENTAÇÃO INSTITUCIONAL E ARGUMENTAÇÃO SUBSTANTIVA


A argumentação institucional e a substantiva são diferenciadas, neste capítulo, como uma distinção entre tipos de argumentação prática. No exterior da esfera institucional do direito, as pessoas apelam de forma mais livre e despreocupada às considerações que são relevantes às suas afirmações. Contudo, no interior de tal esfera burocrática do direito, a investigação sobre as fundamentações é estritamente engessada por normas e procedimentos que são pré-estabelecidos. Gulliver, de maneira exagerada, reclama que os advogados, ao defenderem uma causa, evitam, de forma cuidadosa, entrar no mérito da questão, que, por outro lado, são violentos e estrondosos no ato de discorrer sobre as mais diversas circunstâncias que não vem a pelo.

Por trás da simbologia de Gulliver, a ideia do autor é bastante plausível e disseminada entre as pessoas comuns. Por outro lado, personagens do sistema judicial, como advogados e juízes, nem sempre vão diretamente em fatos e documentos relevantes ao processo legal. Muitas das vezes, eles ignoram testemunhos demais provas que aparentam serem relevantes para suas alegações e, mesmo assim, continuam, suspeitamente, no processo, mesmo sem terem bons argumentos para defender seus interesses e de seus clientes. A verdade é que tais advogados prevalecem no processo em razão da outra parte que não consegue provar, rigorosamente e fundamentalmente, suas alegações.

O subcapítulo do capítulo 6 também aponta a existência do sistema **IME**, que consiste, basicamente, na ideia da relação entre hipóteses e fatos e serve, portanto, para ilustrar a diferença existente entre a argumentação teórica desenvolvida dentro e fora do ambiente do direito.

Estruturação do sistema IME:

Sendo **F** um conjunto de fatos e **H** a hipótese que melhor explica, ou até a única hipótese existente que explica **F**. Logo, **H** é, provavelmente, a verdadeira. Ademais, é importante saber



que a palavra “**provavelmente**” é empregada, nesse caso, pelo **IME** ser um sistema indutivo e não dedutivo.

Além de explicar o esquema **IME**, o capítulo também exemplifica e conclui que este mecanismo é frequentemente usado no dia a dia, inclusive na vida cotidiana, pelo qual é possível concluir algo sem ao menos ter alguma prova concreta, mas apenas pela probabilidade de que aquela hipótese seja verdadeiramente correta e se aplique em tal situação.

Em síntese, pode-se distinguir a argumentação teórica institucional e a argumentação teórica substantiva. A teórica institucional é pautada por regras, normas e procedimentos que são pré-estabelecidos, já a argumentação teórica substantiva é usada de maneira a apelar livremente às diversas considerações que os advogados julgam relevantes para a defesa de algum interesse sendo ele uma conclusão factual. Ademais, a argumentação teórica é, quase sempre, limitada por normas e procedimentos presentes no direito probatório, dando mais ênfase a regras relativas, ônus e *standarts* de prova.

CAPÍTULO VII – DESCOBERTA E JUSTIFICAÇÃO

Esse capítulo é responsável por enfatizar, não apenas os processos de descoberta e justificativa, mas também o viés e o atalhos cognitivos para criar uma argumentação jurídica, sendo a forma que os profissionais do direito usufruem para defender publicamente suas conclusões. Processo de descoberta e processo de justificação precisão dos meios empíricos para serem comprovados, esses meios são processos matemáticos ou evidências para que tais objetos de estudo possam ser utilizados como teoria científica. No texto aponta onde pode ser quase impossível a distinção entre descoberta e justificação, e essa pequena lacuna condiz quando o processo de formação é feito metodicamente dificultando a diferenciação de argumentos para apresentar a descoberta ou para justificá-la.

Além disso, o livro demonstra as diferenças entre descoberta e justificativa utilizados no campo do direito operando o esquema de **IME** - apresentado no capítulo 6 - mostrando um esquema geral usado diretamente para retratar as justificativas de conclusões teóricas fundamentadas no campo do direito.

Utilizando autores responsáveis por aprimorar o **IME** como Giovanni Tuzet o texto apresenta de forma direta a utilidade de tal estudo para tornar mais objetiva a descoberta e a justificação de novos objetos de estudos para que sejam usados nas argumentações jurídicas e defendidas publicamente por conta de suas ideias serem muitos detalhes, mas sim embasados no campo do direito.



O processo de descoberta e a formação mental da teoria sendo sistemático, levando o teórico a reconhecer a plausibilidade da tese, já o processo de justificativa decorre da ação de demonstrar por meio de argumentações a veracidade da tese. Adentrando no ponto de atalhos e vieses, o texto argumenta que o embasamento de uma ação decorre mediante uma posterior justificação, sendo sustentada expondo o posicionamento do ministro do STF, Marco Aurélio Mello, abrindo brechas para discussões entre contexto de descoberta e contexto de justificação. A decisão tomada- no caso mencionado- é comparada ao realismo jurídico norte-americano, que primeiro apresenta a pena e depois as leis que positivam tal pena.

Os realistas revolucionaram tal ideia partindo do princípio da ingenuidade dos juízes que tomavam suas decisões baseados no material jurídico, freando a parcialidade que era submetida às ações dos praticantes do direito tornando a justiça mais imparcial- segundo Jerome Frank- porém a ideia forjada pelos realistas partiu de uma hipótese em duas partes ,a primeira era que a maior partes dos juristas já tinham um posicionamento antes de analisar o material jurídico e a segunda era facilitar a busca um posicionamento jurídico para a tomada de decisão.

O texto aprofunda-se na primeira parte da hipótese realista, baseando-se no direito positivo afirma que a segunda parte não é plausível. Para entender como e feita a argumentação jurídica, Jerome Frank e Joseph Hutcheson afirmam que as decisões tomadas nos tribunais são frutos do posicionamento psicológico, palpites ou intuições, embora que os realistas não tenham feito pesquisas mais aprofundadas para tal afirmação, não foram cautelosos para o contexto de justificação. Entretanto, no texto aponta que a partir dos anos 20 - com os avanços nos estudos psicológicos - foi comprovado que a tomada de decisões é proveniente de impulsos para depois justificá-los.

No estudo das ciências cognitivas, as ações são divididas em dois sistemas, no primeiro, as tomadas de decisões são automáticas, rápidas, de maneira não intencional, porém no segundo, já é mais lento, intencional, buscando de forma correta seu embasamento perante o material jurídico. Mesmo que o sistema dois preencha os erros do sistema um, para Jonathan Haidt, psicólogo moral, depois de diversos experimentos observou a sobreposição do sistema um ao sistema dois, caracterizando uma correlação de soberania de um sistema ao outro. Para tal teste usou uma história ilustrativa de Julie e Mark e, posteriormente, fez diversas perguntas até chegar aos dados que aprofundou sua hipótese dos sistemas.

Com esse teste o autor aprimora três lições, a primeira foi que nesses casos as pessoas buscam uma resposta imediata, quem muitas vezes vem do instinto, para assim depois justificá-



las, a segunda afirma que o sistema em que as ações são drasticamente suscetíveis às emoções, sem levar em conta o material jurídico relevante ao caso, o terceiro já é a busca pela justificação das sanções cometidas pelos juristas, embasando suas emoções no material jurídico.

Essa pesquisa de Haidt tinha como finalidade os dilemas morais, porém o texto afirma que na maior parte dos casos os julgadores, por não estarem envolvidos no caso, buscam o material jurídico para se embasarem na tomada de decisões. O livro apresenta diversos casos em que é necessário o envolvimento sentimental da parte do julgador citando a fala do ministro do STF, Luiz Fux, que afirma a valorização da tomada de decisões - levando em consideração a parcialidade - mas, sobretudo, sem invalidar as provas relevantes ao caso, e vai além, dizendo que os sentimentos são a base da justiça. Indicando confiança na tomada de decisões, porém a necessidade de cautela para não usufruir do sistema um como atalhos e vieses exacerbados para tomada de decisões. O texto apresenta o conceito de atalho, retirado de diversos textos especializados utilizando a definição de heurística os mecanismos utilizados pelo sistema, sendo mais preciso o atalho e o meio utilizado para o alcance de uma resposta mais rápida de forma inconsciente ao invés de usar os atributos-alvos alcançados de maneiras mais minuciosas, facilitando a argumentação e a tomada de decisão.

Para a busca de veracidade, usufruíram de pesquisas feitas com juízes como objetos de estudo, proporcionando três exemplos mencionados no texto, pesquisados por psicólogos e cientistas cognitivos, que é o efeito ancoragem - consiste na busca por dados que comparados com os dados já existentes podem ser comparados, utilizando essas pesquisas anteriores como âncoras e usarem de parâmetros. O segundo tipo de atalho é chamado de efeito da atração física, afirma que ao ver uma pessoa bonita, que segue os padrões de beleza da sociedade, nos indaga a assumir que ela seja boa. O terceiro exemplo é chamado de status quo, apresenta que quando o julgador está com esgotamento mental ou físico opta pelo material já apresentado, obtendo assim sua justificativa.

4 REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE OBRAS E IMPLICAÇÕES

A obra Teoria da Argumentação Jurídica aborda a argumentação usada na esfera jurídica, as noções básicas e seus usos no dia a dia dos juristas e cientistas do direito. Nessa perspectiva, os primeiros capítulos abordam a respeito das formas de apresentação de um argumento ao leitor, assim como o método que deve ser utilizado para proporcionar a melhor compreensão do indivíduo em relação ao enunciado apresentado. Técnicas como a padronização de argumentos e a construção de argumentos complexos, os quais são baseados em



uma sequência de argumentos simples possibilitar ao criador do argumento a construção de argumentos bem estruturados que o possibilitaram convencer o seu leitor.

Há também, a justificação externa e a justificação interna, conceitos tratados nos capítulos que viabilizam a elaboração de argumentos com bases sólidas que defenderam uma conclusão. Além disso, vale pontuar que, no capítulo 3 da obra, o autor, de forma completa e rematada, propõe-se a expor diferentes fontes e artifícios do Direito, explicando suas relações, papéis e métodos de uso dentro do contexto da argumentação e do fazer jurídico.

Prosseguindo o raciocínio, o capítulo 4 decorre a respeito das técnicas de interpretação que podem ser utilizadas para a compreensão das variadas fontes do direito, o capítulo trabalha ainda com a questão do formalismo das fontes do direito. Acerca disso, o método formalista, também conhecido como gramatical, textualismo, formalismo, é um método institucional pragmático característico por ser um método pouco flexível e por sua aplicabilidade estar restrita a textos legais, não deixando espaço para interpretações subjetivas importantes que ampliam a compreensão do leitor em relação a determinado tema, para reagir ao método do textualismo surgem dois novos métodos de interpretação, o método “teológico-subjetivo”, o qual busca compreender o texto por meio da sua finalidade e os objetivos que não estão implícitos no texto e o método “teológico-subjetivo”.

Já no capítulo 5, são explícitas, de forma coesa e bem-disposta, outras formas de executar o Direito, em momentos em que a lei não se coloca como a luz guiadora e acaba apresentando lacunas. Diversos artifícios muito bem escolhidos pelo autor são apresentados, esclarecidos e contextualizados, visando o entendimento e a compreensão do leitor sobre como nem sempre a lei é utilizada de forma solitária na condução do fazer jurídico e do Direito como um todo.

Por fim, o livro discorre sobre a descoberta e a justificação de um processo jurídico, utilizando as formas práticas e científicas para determinar um pensamento referente a norma e suas interpretações para a conclusão de uma sentença, usufruindo de exemplos bem argumentados e dissertações para embasar as afirmações apresentadas, o direito utiliza-se de seus próprios vieses e atalhos cognitivos, refutados pelos pensamentos dos realistas do direito norte-americano, que de forma coesa partem em uma busca científica ao explicar os princípios para as tomadas de decisões dos juristas determinando, de forma incisiva pelo autor os principais acertos e erros da utilização da parcialidade para determinações de sanções.

RESENHA 7

ORWELL, George. **A Revolução dos Bichos**. São Paulo: Editora NS, 2021.

Bruno Vinicius Moraes Sousa⁶¹

1. SOBRE O AUTOR

Eric Arthur Blair, nascido em 25 de junho de 1903 na cidade de Motihari na antiga Índia Britânica. Teve sua educação infantil em colégios ingleses instalados na então colônia, e aos 20 anos serviu como policial na cidade de Burma, atividade esta que mudou sua perspectiva de vida.

Uma vez em contato com as classes sociais mais desfavorecidas, o ainda então Eric Blair retorna para a Inglaterra para o convívio das classes menos favorecidas financeiramente e é nesse período que nasce um dos maiores cronistas britânicos do século XX, George Orwell. Pseudônimo que ganhou fama mundial e confrontou os sistemas totalitários nas sociedades modernas.

Autor de grandes livros, vale ressaltar, 1984, A Revolução dos Bichos, e Na Pior em Londres e Paris.


2 SÍNTESE DA OBRA

O livro se inicia com a descrição da fazenda do Sr. Jones, e a forma opressora como o velho senhor, apegado ao álcool, tratava os animais que lá viviam. O mais inteligente dos animais que lá viviam era o porco Major que dá início ao que mais tarde será conhecido como revolução dos bichos.

Insatisfeitos com todo trabalho que tinham e o racionamento de comida, os bichos começaram a planejar uma forma de se libertarem de tamanha opressão. É aí que começa o plano coordenado pelos jovens porcos Bola-de-Neve e Napoleão. Os dois, com a ajuda do porco Garganta, organizaram o sistema de pensamento do falecido major e chamaram de Animalismo.

A proporção que o tempo vai passando o plano vai se consolidando e o sonho de uma vida justa e igualitária vai se consolidando no imaginário de cada animal. Até que conseguem expulsar o Sr. Jones da fazenda e estabelecer uma governança animalésca.

⁶¹ Graduado em Relações Internacionais, Rollins College, Estados Unidos; Graduando em Direito, Centro Universitário do Pará, Brasil - Turma: DI2NA.



Uma vez que os animais estabelecem o domínio, a ganância entre eles começa a intervir em seus relacionamentos, até que Napoleão se torna o grande ditador da fazenda dos bichos, e demanda ainda mais trabalho de cada um, e com piores condições alimentares.

3 REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE OBRA E IMPLICAÇÕES

Diante das sociedades estabelecidas nos últimos séculos vemos que durante a história mundial ditadores surgiram com discursos de libertadores, assim como foi com os porcos que eram considerados animais cultos e inteligentes. O autor faz um paralelo brilhante entre a fazenda dos bichos e a realidade do povo faminto diante da luxúria das altas classes sociais.

Para mim o mais incrível é como um livro de 1945 ainda é tão atual, e como as pessoas buscam heróis, porém não enxergam que podem estar diante de ditadores modernos.

A crítica social à exploração do trabalho do homem para que meia dúzia de pessoas possam viver vidas de privilégios é colocada pelo cronista de forma suave e certa, retratado no momento em que os porcos se mudam para a casa do Sr. Jones e começam a andar em duas patas.

O perigo de nos tornarmos aquilo que mais odiamos está diante de cada ser humano, assim como esteve diante do porco Napoleão, que usou de seu conhecimento para escravizar com mentiras e manipulação os animais da fazenda.

Uma profunda reflexão para cada leitor.

RESENHA 8

SANDEL, M.J.; **Contra a perfeição: Ética na era da engenharia genética**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

Conceição de Maria Rodrigues Cruz⁶²

Dayane dos Santos⁶³

Juli Vitória Obalski Sampaio⁶⁴

1 APRESENTAÇÃO DO AUTOR E DA OBRA OBJETO DA RESENHA

Michael Sandel, filósofo de renome; atual professor de Harvard e professor-visitante na Sorbonne em Paris, nasceu em Minneapolis ,Estados Unidos, em 1953 e dentre suas conferências seu curso *Justice* é muito popular e influente, aglomerando por apresentação uma média de 1000 ouvintes. tal visibilidade originou a obra JUSTIÇA: o que é fazer a coisa certa, com alcance internacional e um documentário em 2011 pela BBC4.

Na obra; *Contra a perfeição: Ética na era da engenharia genética*, Sandel, expõe de maneira erudita e ainda assim acessível alguns dilemas morais acerca das descobertas recentes e dos impasses persistentes da engenharia genética, abordando questões polêmicas como o melhoramento, o controle genético e suas implicações éticas ou ainda a utilização de células-tronco e a ética embrionária. O livro adveio como consequência principalmente de discussões realizadas no conselho de Bioética criado por George W. Bush, ex-presidente dos Estados Unidos, no ano de 2001. E tal leitura proporciona uma introdução incisiva e abrangente ao tema.

2 SÍNTESE DA OBRA

O livro, que conta com o total de 158 páginas, dispõe de 5 capítulos e um epílogo, (a respeito da utilização de células-tronco). Na primeira parte Sandel, discorre sobre o melhoramento genético e a ética por trás do tema, apresentando diversos casos e situações hipotéticas que visam indagar o leitor e suscitar questões como: **o que é inquietante no fato de encomendar crianças com determinados traços específicos?** ou ainda, **se por meio dos avanços tecnológicos a biotecnologia eliminasse a chamada loteria genética, tal precisão eliminaria também as implicações morais existentes?** outrossim, o capítulo aborda a clonagem humana e a revolução genômica com suas novidades: aprimoramento muscular ultracapacidade de memorização e outros que antes eram vistos como possibilidades para a cura

⁶² Discente do CESUPA, curso de Direito da turma DI2NA.

⁶³ Discente do CESUPA, curso de Direito da turma DI2NA.

⁶⁴ Discente do CESUPA, curso de Direito da turma DI2NA.




de doenças ou prevenção hoje são observadas como uma espécie de arianismo comercializável, conduzindo o legente após a discussão dos temas anteriores ao questionamento central: como tais praticas são ou podem reduzir nossa humanidade, e ainda qual o preço que pagaremos pela perfeição encontrada?

Ademais, no capítulo seguinte o foco é direcionado para os chamados atletas biônicos, explanando experimentos e situações reais nos quais os atletas, músico(a)s, dançarino(a)s, profissionais submetem-se em busca de melhores resultados nas atividades realizadas, isto é procurando por melhoramentos que tornem seus desempenhos superiores às demais pessoas normais, visando assim, vantagens. Aqui o autor argumenta sobre os aspectos humanos da capacidade de agir livremente (por meio do esforço) e como o melhoramento o ameaçaria.

Para mais, levantando teses acerca da escolha dos pais, no capítulo 3 o enfoque será principalmente na intenção que conduz os progenitores a uma alteração genética, pois ver os filhos como objetos projetados, frutos de suas vontades não seria semelhante a escolha de amigos ou parceiros, isto é, fundamentado nas qualidades julgadas atrativas? Michael trata também da situação em que os ascendentes desejam melhorar os descendentes visando poupar esforços ajudando na conquista do sucesso e questionando então qual seria a diferença entre oferecer tal auxílio por meio da educação ou fornecê-la por meio do melhoramento. E se, por um lado, a educação é um recurso aceito e por muitos até incentivado, por que pela modificação genética tal atitude seria reprovada?

Por conseguinte, Sandel na penúltima divisão traz destaque a eugenia, apontado um contexto histórico e os acontecimentos da segunda guerra mundial como pano de fundo para um aprimoramento genético da humanidade perguntando se ainda existiria algo de errado em coordenar e controlar a carga genética das gerações seguintes, se, para tal obtenção não, se, utiliza-se como método a força coercitiva? e contrastando com o que ele chama de a nova eugenia, a eugenia de livre mercado, e a eugenia liberal quais os riscos de um supermercado genético selecionado? criticando a eugenia e propondo que é preciso uma diferenciação ética e clara entre a cura e melhoramento conforme explica o autor.

Concluindo então a obra, Michael Sandel reserva o último capítulo para esclarecer parte de suas opiniões, a exemplo da vida como uma dádiva, um dom inalienável e as objeções que gradativamente foram incorporadas nos capítulos anteriores, trazendo à tona argumentos pessoais voltados à discussão da ética na genética humana e a maneira como a mesma afeta nossa forma de pensar e agir. Como nossas escolhas podem atingir as próximas gerações;



evidencia ainda, a influência positiva e negativa da ciência neste âmbito, tratando-se da perda do talento em prol do domínio, ou seja, as crianças, geneticamente melhoradas pelos pais, estariam como diz Sandel em dívida e não em dádiva com os progenitores, pois a dívida que se tem, pelo próprio destino acerca do futuro dos filhos, se reveste em prejuízo e a vida que antes seria uma dádiva perde essa característica, o que de acordo com o autor a partir do ponto que o melhoramento extrapola do vício do indivíduo e torna-se um hábito ou um modo de vida justificável, tem-se então uma questão de ética. Somado a isso, menciona-se ainda o acesso a partir da página 110 ao epílogo que de forma breve introduz noções básicas acerca da utilização de células-tronco e experimentos e a visão particular do autor.

3 CONSIDERAÇÕES

A obra *Contra a perfeição*, em termos gerais é uma leitura recomendada, tendo em vista a responsabilidade com a qual o autor discorreu sobre os mais diversos dilemas subsequentes ou contrastantes acerca das descobertas genéticas e tratando-se da modificação de genomas. Ressaltando porém o caráter introdutório da obra, isto é, que a mesma lança bases e incita de maneira restrita, isso também levando em consideração o limitado número de páginas, o que todavia, não significa uma obra simplória visto que, dentro das delimitações do próprio Sandel, o mesmo, de maneira admirável consegue enlevar os temas abordados de tal modo que a leitura é capaz de transitar dentro do âmbito acadêmico, bem como fora dele. Salientando ainda que os dados apresentados por Sandel são inteiramente comprovados atribuindo então ao livro seriedade e credibilidade, por fim é válido também citar a abertura que se tem para o aprofundamento e acréscimo das questões introduzidas neste livro em outras obras, ou seja, o livro apesar de recomendado não é a obra mais indicada para tratar do assunto em sua totalidade até mesmo porque este não se propõe a isso, mas de forma suficiente cumpre com a maioria das expectativas e exigências que se propõem.



RESENHA 9

HESSE, Hermann. **Demian**. 57ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2021.

Ester Regina Furtado Monteiro⁶⁵

1 APRESENTAÇÃO DO/A AUTOR/A DA OBRA OBJETO DA RESENHA

Autor de obras aclamadas como "O lobo da estepe", "Sidarta" e outras, Hermann Hesse nasceu na Alemanha, na cidade de Calw, no dia 2 de julho de 1877. Começou sua carreira como livreiro, o que lhe deu a oportunidade de publicar sua primeira poesia. Em 1946, Hesse foi aclamado com o Prêmio Nobel de Literatura. Veio a falecer em 1962, pouco após completar 85 anos.

O livro, composto de um prólogo e oito capítulos, tem como temas principais o autoconhecimento, a independência do pensamento, a capacidade de formar por si os próprios conceitos de "certo", "errado", "moral" etc, e, por fim, uma valorização da individualidade do homem como ser. Acompanhado o relato de Emil Sinclair, protagonista, é possível perceber a sua evolução e seu amadurecimento como indivíduo, os quais são, como ele admite, influenciados por seu íntimo amigo Max Demian.

2 SÍNTESE DA OBRA

No prólogo da obra, Sinclair, já um homem adulto, reflete sobre as questões mais subjetivas ao homem, afirmando a relevância de cada um e como existe, em cada um, a possibilidade de chegar a si mesmo. A cada indivíduo, explana, cabe a tarefa de encontrar o seu verdadeiro eu e interpretá-lo.

O primeiro capítulo é o início da história de Sinclair. Segundo o protagonista, na tenra idade de dez anos, sua visão de mundo ainda era marcada pela infantilidade, a inocência; naquela época, para ele, o mundo ainda era separado, como dia e noite o são, sendo, não coincidentemente, o nome do capítulo "Os dois mundos". O mundo iluminado era onde Emil vivia, porém, ao encrencar-se com Franz Kromer, sua visão de realidade é abalada, pois já não mais pertencia ao mundo iluminado. Há, aqui, uma ruptura no status que que vida do protagonista, o qual começa a perceber o quão realmente puro e bom era seu mundo antigo, há certo desejo de retornar à inocência, à pureza.

⁶⁵ Discente do curso de Direito no Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA).



Embora no segundo capítulo, Max Demian, introduzido neste capítulo, tenha conseguido livrar Sinclair de Kromer, o protagonista da obra percebe que não existe um retorno completo à sua antiga vida. Sinclair até afasta-se de Demian, pois: "Era, como Kromer, um tentador, ele também me enredava ao "outro mundo", ao mundo perverso e sombrio, do qual não queria mais nada saber" (HESSE, 1919, p. 55). A principal discussão desse capítulo é quanto a história de Caim e Abel, já que Demian argumenta que Caim era mais forte que seu irmão, e, por ser diferente dos outros, possuía uma marca, a famosa "**Marca de Caim**"; há uma exploração de que, talvez, não fossem a verdade e a pureza que tornasse um homem superior aos outros, mas sim sua distinção destes.

Já no capítulo terceiro, Sinclair conclui que seu retorno ao mundo iluminado não era o suficiente para si, pois estava tendo sonhos, desejos e aspirações que partiam do mundo sombrio. Em coincidência com esse conflito interno, há uma reaproximação entre Demian e Sinclair. Na introdução deste capítulo, Sinclair relata perceber que as principais motivações de mudança, os principais impulsos para evoluir, partiam do mundo sombrio. Há também uma discussão sobre como é necessário que um desejo, uma vontade, seja realmente intrínseca ao indivíduo para que se torne realidade.

No quarto capítulo, Sinclair relata como, ao mudar de colégio, passou um período mergulhado no mundo sombrio para, somente após achar uma mulher a qual imagem venerar, Beatrice, voltar ao mundo iluminado. Aqui, vê-se a ida de um extremo ao outro, fato comum durante a juventude. Sinclair, como um jovem normal, se perder para se encontrar, e erra para aprender a acertar.

No quinto capítulo, é apresentada ao leitor a figura de Abraxas, uma entidade a qual reúne em si o divino e o demoníaco. Após admirar o fogo com Pistorius, um organista cujo jeito de tocar música o impressiona, Sinclair reflete brevemente sobre a natureza, e como o ser humano também tem papel de criador do mundo. Apontam-se neste capítulo os limites da personalidade, sobre como essa é conjunto de fatos anteriores mesmo ao período da evolução humana, Há toda uma trajetória da humanidade contida em cada indivíduo, mas isso não necessariamente reduz a individualidade de cada um, bastando o uso da própria consciência para evitar tal estagnação existencial.

No sexto capítulo, ao perceber quão antiquado era Pistorius, Sinclair afasta-se de seu guia, reconhecendo que ele o auxiliou a evoluir além de si. Abraxas novamente é citado, sendo uma figura a qual julga não sonhos e pensamentos, independentemente de sua origem, mas sim



a falta de individualidade, ou seja, o capítulo, como o livro, ratifica a celebração à individualidade. Não só isso, mas novamente é frisado que, não importando o resultado, é dever de cada homem buscar e achar o seu verdadeiro eu.

No sétimo capítulo, Sinclair reencontra-se com Demian e conhece a mãe deste, Eva, com a qual já havia sonhado. Sinclair apaixona-se por Eva, embora também a veja como uma figura maternal. É a primeira vez que Sinclair se sente em pura harmonia com a luz e a sombra de seu ser. Convivendo com Demian, Eva e diversos outros que carregam a marca de Caim, ou seja, são distintos do resto da sociedade, Sinclair se sente como no fim de uma jornada. É dito que para esse grupo, a humanidade ainda não foi atingida, é na verdade um ideal, algo o qual não tem imagem ou valores definidos. Demian declara que algo terrível irá ocorrer e que irá renovar o mundo.


No oitavo capítulo, o último, Demian e Sinclair são convocados, em momentos distintos, para a guerra, e Sinclair, ao tomar um tiro, deseja tão intensamente a presença de Eva ou Demian que consegue atrair Demian para seu campo de batalha. Numa última conversa, Demian declara que está dentro de Sinclair, ou seja, já não precisa estar fisicamente presente para ajudá-lo. Sinclair encerra seu relato declarando que consegue ver sua imagem semelhante a de Max Demian, o que deixa explicitamente claro para a audiência a grande influência deste na vida do protagonista.

3 REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE OBRA E IMPLICAÇÕES

A obra é indubitavelmente digna do prêmio Nobel de literatura com o qual foi agraciada, haja vista que Hermann Hesse conseguiu representar em sua obra o processo quase universal de amadurecimento do indivíduo e da evolução de sua visão do mundo.

Embora possa parecer enigmático que o nome do livro não seja o do protagonista, tal fato é totalmente compreensível quando se considera o desenvolvimento da obra, pois Sinclair mesmo admite a influência que Demian exerce em sua vida, estando fisicamente presente ou não. É ele tão protagonista quanto Sinclair.

Hesse, por meio de sua escrita cativante e, até mesmo, poética, consegue desenvolver uma obra capaz de encapsular o processo confuso, turbulento e caótico que é a transição da infância à adolescência e da adolescência à vida adulta; Sinclair comete erros e deixa-se levar para extremos para conseguir encontrar-se e entender-se, sendo isso experiência quase universal da maioria dos humanos. Não só isso, como o livro celebra a independência individual, havendo certo encorajamento para que o indivíduo não se deixe prender a noções ou sonhos alheios, na



verdade, é preferível que cada um chegue a tais conclusões e conceitos, como "certo" e "errado", por conta própria.

O livro é indicado para todas as audiências, mas especialmente para os adolescentes e jovens adultos que podem achar certo conforto ao ver o protagonista crescer e amadurecer no decorrer da história, via erros e acertos que não são duramente rechaçados, mas vistos como partes da vida. É o livro perfeito para quem quer achar a si mesmo, para quem deseja mais do que se vê superficialmente na sociedade, é para todos que voam em direção a si mesmos sem temer onde podem chegar.

Dessarte, "Demian" pode até não ser considerada a magnum opus de Hermann Hesse, mas é certamente uma das obras mais complexas quanto à juventude, sendo sua leitura uma experiência certamente envolvente e enriquecedora.

RESENHA 10

GRAHAM , Benjamin. **O Investidor Inteligente: O Guia Clássico Para Ganhar Dinheiro Na Bolsa.** 4. ed. atual. Rio De Janeiro: Harper Collins, 2021.

Felipe Dourado da Silva⁶⁶

Apresentação Do Autor Da Obra:

Benjamin Graham , autor dessa obra magnífica “O investidor inteligente”, nasceu no dia 9 de maio de 1894 em Londres, na Inglaterra, tendo como nome de batismo Benjamin Grossbaum. Entretanto, durante o surgimento da primeira guerra mundial, foi obrigado a mudar de sobrenome, uma vez que os alemães tinham colocado diversos nomes sob suspeita, então com apenas um ano de idade, Benjamin, teve que se mudar para Nova Iorque, Com apenas 20 anos, se formou pela Universidade de Columbia, Seus ótimos resultados acadêmicos fizeram com que ele fosse convidado para ser professor de Inglês, Matemática e Filosofia, mas recusou as ofertas e preferiu se aventurar em Wall Street.

Síntese Da Obra:

O livro “O investidor inteligente”, considerado por muitos o melhor livro de investimentos existente, cita ao longo de suas páginas conceitos que levam o investidor a ter um grande sucesso no mundo dos investimentos, protegendo os investidores de erros substanciais e desenvolvendo estratégias de longo prazo. No capítulo 1, Benjamin, fala sobre a diferença entre investimento e especulação, mostrando aos leitores sobre a importância em você investir e não especular e os resultados que um investidor inteligente pode esperar, para, graham, “o investidor inteligente” é um realista que vende para os otimistas e compra dos pessimistas.

No capítulo 2, Benjamin, faz uma analogia entre o investidor e a inflação, os investidores que dependem de uma renda fixa sofrem à medida que o custo de vida aumenta. Os proprietários de ações, por outro lado, têm a possibilidade de que a perda do poder aquisitivo do dólar possa ser compensada por aumentos de dividendos e dos preços de suas ações.

No capítulo 3, “um século de história do mercado acionário: o nível dos preços das ações no início de 1972” o autor, cita que a carteira de ações ordinárias do investidor representará um pequeno corte transversal naquela instituição conhecida como mercado acionário. O investidor,

⁶⁶ Graduando Em Direito pelo CESUPA.



deve ter uma ideia baseada em estudos, sobretudo, das principais oscilações em seu nível de preços e das diversas relações do mercado.

No capítulo 4, Graham, aborda sobre a política de investimentos e o investidor defensivo, Benjamin, recomenda que o investidor defensivo deva buscar diversificar ao máximo sua carteira de investimento, tal diversificação tem de ser, entre empresas que estejam preparadas para qualquer situação que o mercado possa enfrentar.


Em seu capítulo 5, Graham, descreve, o investidor defensivo e as ações ordinárias, tal investidor tem por obrigação buscar estabilidade nos lucros das ações. No capítulo 6, aprendemos com Graham a política de investimentos para o investidor empreendedor, ele cita que o empreendedor tem uma abordagem negativa na hora de investir, o investidor empreendedor, tem por obrigação, comprar ações subvalorizadas ou seja com preços inferiores. Portanto, diferentemente do capítulo 6, Graham aborda o lado positivo do investidor empreendedor no capítulo 7.

No capítulo 8, o autor, fala sobre o “investidor e as flutuações do mercado” a importância de você ter uma mente forte para estudar aquilo que você está vivendo para que você possa passar por todos os períodos de sazonalidade do mercado. No capítulo 9, Benjamin, ensina aos seus leitores como investir em fundos de investimentos, ensinando desde princípios a serem estudados até grandes empresas.

No capítulo 10, Benjamin, trata sobre o investidor e seus assessores, a importância entre você ser um grande investidor e ter um bom assessor para te ajudar. No capítulo 11, Graham, trás uma análise de valores mobiliários para o investidor leigo, investidor “leigo” é aquele que não tem conhecimento, Graham, se preocupa em trazer uma análise completa para que as pessoas possam entender.

No capítulo 12, Benjamin, demonstra suas considerações sobre os lucros por ação, começando pelo “jogo dos números” onde Graham, fica surpreso com a capacidade das companhias e de seus contadores para flexibilizar os limites da “probidade”. No capítulo 13, Benjamin apresenta uma comparação entre quatro companhias listadas na bolsa. No capítulo 14, Graham demonstra a escolha de ações para um investidor defensivo. Diferentemente do capítulo 15, onde Graham demonstra a escolha de ações para um investidor empreendedor.

No capítulo 16, Graham fala sobre as emissões conversíveis e bônus de subscrição. No capítulo 17, Benjamin demonstra quatro estudos de caso extremamente instrutivos. No capítulo 18, o autor faz uma comparação entre oito pares de companhias. No capítulo 19, Benjamin, fala



sobre, acionistas e administradores e a política de dividendos. No capítulo 20, Graham, encerra, falando sobre a “margem de segurança” como conceito central.

REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE A OBRA E IMPLICAÇÕES:

Considero esse livro como o melhor livro de investimentos que eu já li, além de tal livro ser reconhecido por muitas pessoas conhecidas como Warren Buffet e Armínio Fraga Neto, ele é na minha opinião o que a de mais completo no mundo dos investimentos, ele acaba por transparecer todas as dificuldades que você vai percorrer até chegar no seu sucesso com verdades e ensinamentos que toda pessoa que já investiu ou que tem vontade de entrar no mundo dos investimentos deve saber, o autor apresenta todos

Os ensinamentos que obtive ao longo de sua carreira nesse mundo tão vasto e expõem tudo aquilo que aprendeu durante tantos anos.



RESENHA 11

MORAIS, Fernando. **Transamazônica**. 6027. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970. 135 p.

Gabriel Bernardes da Silva⁶⁷
André Victor Silva de Araújo⁶⁸


Fernando Moraes, jornalista desde 1961, trabalhou nas redações do Jornal da Tarde, Veja, Folha de São Paulo e TV Cultura. Um resumo de suas obras tange variados temas que vão de Geopolítica, biografias, jornalismo literário a ditadura, como exemplo a sua “Magnum Opus” “A Ilha”, que se tornou uma das obras mais importantes de sua carreira, e renomado enxerto jornalístico sobre o tema, que o autor fará uma análise sobre a ilha de cuba, utilizando-se de sua experiência jornalística, para contar o que vivenciou, e que será de suma importância para a formulação de seu pensamento político, bem aliado com movimentos sociais de esquerda, presente em todas as suas outras obras posteriores. Outro enxerto literário que mostrará as principais características de seu pensamento, “Olga” no estilo jornalismo literário, contará a história de uma militante exilada na ditadura, com bastante enfoque sobre a situação política da época.

Já se passaram mais de 50 anos da construção de um dos maiores empreendimentos da ditadura militar. Redigida pelos jornalistas Fernando Moraes, Ricardo Gontijo e o economista Roberto de Oliveira Campos, a obra Transamazônica a obra documentou aquilo que na visão dos militares e demais dirigentes do Brasil naquela época entendiam como a conquista de um novo país dentro da nação brasileira. Iniciada durante a gestão do Presidente Emílio Garrastazu Médici, sob o lema de “integrar para não entregar”, os 5.269 quilômetros de estrada percorridos pelos jornalistas, da cidade de João Pessoa até a cidade de Lábrea, cortando sete estados de biomas distintos, que na teoria dos governantes naquele período era uma conquista ao povo, uma obra que traria benefícios a população, expôs um contexto de mazelas sociais que não deveriam ser elucidados pelos repórteres de maneira crítica na redação.

Eles deveriam esquecer o posicionamento político em relação ao governo e não trazer dúvidas/indagações aos leitores. Saíram de João Pessoa com destino ao último quilômetro de estrada possível fotografando e registrando a fome, doenças, cidades empobrecidas pela seca onde os habitantes já não tinham mais ideia de como sobreviver e que muitas vezes nem os

⁶⁷ Graduando em Direito do Cesupa, turma D12NA - Centro Universitário do Estado do Pará.

⁶⁸ Graduando em Direito do Cesupa, turma D12NA - Centro Universitário do Estado do Pará.



próprios prefeitos teriam coragem de residir e estradas que existiam nos mapas e fora deles não passavam de caminhos empoeirados.

De certa forma o governo conseguirá ocupar a Amazônia, no entanto, ficou em aberto o questionamento se a integração nacional, o desenvolvimento e a transferência de riquezas de uma região a outra realmente eram os interesses do governo e se isso realmente se concretizou. Somado as mazelas durante aquele período, a obra também chegou a ser palco de conflitos entre operários e tribos indígenas que habitavam na região em que a estrada foi cortada e inclusive as moléstias, haja vista que os indígenas não tinham defesas naturais em seus organismos para doenças como tifo, tuberculose, caxumba, verminoses e outras provenientes de centros urbanos que poderiam contaminá-los mesmo que os operários estivessem com vacinas e saúde em dia.

O livro buscou enquadrar a construção da rodovia quanto a suas dimensões políticas, econômicas, militares e psicossociais. O resultado político e militar da obra foi consideravelmente satisfatório, entretanto, no ponto de vista econômico e social foi constatado uma desequilibrada alocação de recursos o que pouco trouxe benefícios para a comunidade local, também pode ser observado o desmatamento sem controle, a concentração de terra e recursos minerais nas mãos de poucos.

Diante dos notórios impactos socioeconômicos e ambientais da obra, que ainda hoje está inacabada, o governo federal continua veiculando em meios de comunicação a conclusão de trechos desde que as obras iniciaram. Atualmente, as populações locais que trabalham no campo ainda procuram reivindicar seus espaços entre grandes latifundiários e garimpeiros habitantes da região que é palco de diversos conflitos agrários.



RESENHA 12

MIRAGEM, Bruno. **Teoria geral do direito civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Isane Cristina Farias⁶⁹

1 APRESENTAÇÃO DO/A AUTOR/A DA OBRA OBJETO DA RESENHA

Professor da faculdade de direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professores permanentes do programa de Pós-graduação em direito da UFRGS (PPGD/UFRGS). Doutor e Mestre do direito Advogado e Parecerista. Dessa forma, sua obra baseia-se na história milenar, por marcas firmes da tradição jurídica é compreender a teoria do Direito civil, aplicado nas Normativas do direito privado e introduzido o direito civil.

2 SÍNTESE DA OBRA

De início, no capítulo o autor explana a origem do nome direito e o sentido da frase que a **onde há sociedade a direito** no qual relaciona direito como obrigação, direito reais, direito e sucessão, dimensão ética entre outros elementos que consiste o direito civil e como estudar o direito civil e como uma sistema privado.


No capítulo II contextualiza a história do direito civil historicamente nas concepções da roma clássica, na universalização do direito humano no contexto privado nos elementos constitucionais que legitima o direito civil unificando o sentido público e privado nos capítulos posteriores Dessa forma, seção VI relaciona a personalidade do indivíduo em que momento ele adquire deveres e obrigações até o capítulo VII.

Diante do exposto, a partir da cláusula VIII até a XV vem tecendo os bens jurídicos, portanto, demanda um concluinte de origem histórica até os dias atuais os termos e deveres do estado com os indivíduos e os indivíduos com estado.

3 REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE OBRA E IMPLICAÇÕES

No capítulo VI, descreve a pessoa e a personalidade do direito civil na qual a Personalidade é a aptidão genérica para ser titular de direitos e deveres na ordem civil, a aquisição de personalidade da potencialidade à relação do seu titular com os demais em relações jurídicas, ou seja, que nem toda tem personalidade ao nascer deve haver uma aptidão no sentido de ter plena consciência dos seus deveres bem relacionados no texto no qual a igualdade dos

⁶⁹ Graduação de Direito pelo Centro Universitário do Pará (CESUPA) DI2NA.



direitos civis. Além disso, evidencia o domicílio trata de reconhecimento jurídico de uma pessoa em um determinado lugar referido na página 334 no qual descreve os termos convenientes de lugar onde o indivíduo recebe intimações e responde esta gerido no âmbito público e privado no qual e pagamento de obrigações e ainda intervém do domicílio legal que é fixo por lei definido no artigo 70 do código civil.

Outrossim, vale ressaltar outro aspecto relevante no livro como Confissões (é manifestação expressa sobre fato realizada sobre quem a ele deu causa ou dele tenha participado), Documento (algo, independentemente do material ou meio que se produza, físico ou eletrônico que informe fatos e vontades), Testemunha (pessoas que não sejam parte da relação jurídica ou do processo no qual venha depor, condição de terceiro não interessado é decisiva para a própria função probatória que se reconheça à testemunha) relevante para o caminhamento do processo relevantes no texto.

4 REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ABREU FILHO, José . **O negócio jurídico e sua teoria geral (de acordo com o novo Código Civil)**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado. Prefácio. In: TEIXEIRA DE FREITAS, Augusto. Teixeira de Freitas, **Consolidação das leis civis**, v. 1. Brasília: Senado Federal, 2003.



RESENHA 13

MCQUISTON, Casey. **Vermelho, Branco e Sangue Azul**: um romance entre a Casa Branca e o Palácio de Buckingham. São Paulo: Seguinte, 2019.

Marco Antonio Marques Maia⁷⁰

1 APRESENTAÇÃO DO/A AUTOR/A DA OBRA OBJETO DA RESENHA

Casey McQuiston é uma autora norte americana, nascida em Louisiana, Estado no sudeste dos Estados Unidos. Estudou jornalismo na Louisiana State University, exerceu cargos em revistas por anos e trabalhou como freelancer, até se lançar enquanto autora de romances, em 2019, lançando o livro Vermelho, Branco e Sangue Azul, seu primeiro romance, que se tornou um best-seller mundial.

Ao longo de seus textos e entrevistas, a autora se diz apaixonada por comédias românticas alegres e escapistas. Atualmente, vive em Nova York e está produzindo sua terceira obra, prevista para ser lançada em maio de 2022. Além disso, a autora se apresenta abertamente como bissexual e queer, buscando sempre trazer representatividade em seus textos e garantir a inclusão de todos os públicos. Em muitas de suas entrevistas, também, a autora torna público o fato de ter TDAH e compartilha o impacto disso na sua escrita.

2 SÍNTESE DA OBRA

A obra Vermelho, Branco e Sangue Azul, atualmente um best-seller mundial, é composta por quinze capítulos, nos quais a autora desenvolve, de maneira gradativa, um romance homossexual, entre o filho da presidente dos Estados Unidos e o príncipe da Inglaterra, um romance pouco provável de se consolidar, diante das condições e cargos políticos ocupados pelos personagens principais. A história se desenvolve entre as sedes governamentais de cada país, isto é, entre a Casa Branca, em Washington, nos Estados Unidos e o Palácio de Buckingham, em Londres, na Inglaterra.

O texto se inicia fazendo menção aos personagens, uma breve descrição sobre eles, suas famílias e os respectivos contextos que vivenciam. Um fato interessante é que Alex, o filho da presidente, se descobre bissexual ao longo da história, enquanto o príncipe Henry, se assume homossexual. Desde que essa temática LGBTQ+ começa a se desenvolver mais profundamente,

⁷⁰ Graduando em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará – CESUPA, turma DI2NA (2º período, noturno).



quando acontece o primeiro beijo entre os dois, fato que faz Alex pensar sua sexualidade e causa ainda mais conflito para o príncipe, diante da necessidade que lhe é imposta de manter sua sexualidade em sigilo em nome da família, mais fechada a essas questões e tradicional, que até então desconhece essa informação oficialmente.

É importante mencionar, para fins de contextualização, que antes de acontecer esse primeiro contato romântico entre o casal, eles tinham um profundo desentendimento, que culminou inclusive numa briga física entre os dois, que chegaram a derrubar o bolo do casamento real do irmão mais velho de Henry, o Príncipe Philip. Diante do grande conflito internacional criado pelos dois e agravado pela mídia, os assessores de ambas as instituições e países formularam um plano, no qual Alex e Henry passariam um tempo juntos, na tentativa de enganar a mídia e fingir que eles eram, na verdade, grandes amigos e que o ocorrido no casamento não passou de um grande mal-entendido.

O plano não apenas funcionou, como aproximou os dois, ao ponto de, a princípio, eles serem reconhecidos internacionalmente na mídia como melhores amigos, filhos das mais famosas famílias do mundo e os rapazes mais cobiçados também. Ao desenvolver dessa aproximação, a constatação de Alex acerca da sua sexualidade e o caminho que as relações entre os personagens tomam, eles se apaixonam profundamente e tem a oportunidade de conhecer um ao outro de maneira mais íntima, conhecendo suas essências, gostos e informações que não são divulgadas ou não verdadeiramente reveladas a qualquer um.

Em seguida, após meses de trocas de mensagens em fusos horários diferentes, viagens cuidadosamente programadas, tanto pessoais quanto de trabalho, conversas sobre acontecimentos, sentimentos, desejos, afeto, apoio e outros fatos, não resta dúvida, eles estão profundamente apaixonados, constataam que sempre estiveram, até mesmo quando não se identificavam, quando pareciam não se gostar. Mas, diante da posição ocupada por eles, esse romance parece ser impossível, o que gera muitos conflitos pessoais e enquanto casal para eles.

Nesse contexto, por meses eles mantém esse romance as escondidas, as vezes em um continente, as vezes em outro, se vendo pessoalmente de meses em meses, seguindo com as possibilidades que tinham, mas sempre e cada vez mais constantemente, mantendo contato via e-mail ou ligação, contando com a segurança dos circuitos de informação das instituições das quais fazem parte.

Nos meses que antecedem as eleições presidenciais nos Estados Unidos, tanto o partido da mãe de Alex, quanto o casal e os circuitos de informações e segurança nacionais são vítimas



de uma invasão, ordenada pelo candidato do partido opositor. Nessa ocasião, Alex e Henry são expostos na mídia e então seu romance se torna público, o que gerou muitas consequências positivas e negativas não só para eles, mas também para aqueles que os cercam.

Por fim, resumidamente, juntos eles enfrentam os entraves impostos pela sociedade e seus ciclos sociais, inclusive famílias e aprendem a lidar com as adversidades que surgiram a partir disso, lutando para garantir o seu espaço, respeito e, enfim, executarem seus projetos de vida. Eles terminam juntos, tendo apoio familiar e de uma grande massa popular mundial, sobretudo das comunidades das quais eles fazem parte, se tornando importantes personalidades na representatividade LGBTQ+, tanto na ficção, quanto para aqueles que leem o livro e se identificam.

3 REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE OBRA E IMPLICAÇÕES

Diante do exposto, no que se refere ao livro Vermelho, Branco e Sangue Azul, é possível observar fatos que versam muito fielmente às situações enfrentadas pelas pessoas, sobretudo relacionado à comunidade LGBTQ+, fora da ficção, o que causa muita reflexão e, para alguns, um sentimento de identificação.

Abordar temáticas desse tipo, trazer essa representatividade no conteúdo do livro, certamente foi uma grande realização para a autora, por conta de sua orientação sexual, e também uma grande ideia que provavelmente teve grande influência em tornar essa obra um best-seller mundial.

O mais importante de tudo isso, na minha opinião, é ler o livro e poder identificar de forma autêntica a realidade vivida por muitos casais que passam por essa situação, fato que versa muito com as ciências sociais, com o Direito, psicologia, e diversas outras áreas do conhecimento, fomentando uma reflexão acerca do preconceito, da homofobia e muitas outras questões que precisam ser explanadas, conhecidas e repensadas pela sociedade.

Eu considero essa obra um verdadeiro romance, cheio de passagens engraçadas, muitos conflitos dramáticos e pessoais, mas necessários e verídicos. Certamente, uma obra que eu recomendaria para todos aqueles que buscam uma leitura relaxante, lúdica e ao mesmo tempo rica em abordagens relacionadas a questões de identificação, autoconhecimento, autenticidade, aceitação e outros assuntos, levando em conta o público a que se destina e a classificação indicativa de idade.



RESENHA 14

ORWELL, George. 1984. 1°. São Paulo: Cia Das Letras, 2017.

Maria Clara de Castro Farias⁷¹

Autodeterminado George Orwell (Eric Arthur Blair) nasceu em 1903 na Índia no período imperialista, filho de britânicos, se formou em jornalismo na Inglaterra e trabalhou com críticas de livros durante grande parte da vida. Um dos maiores escritores do século XX autor de histórias como *A revolução dos bichos*, *Dias na Birmânia* e claro sua maior obra *1984*, inspirado na Europa pós-guerra, essa distopia muito realista foi seu último trabalho até em 1950 vir a falecer de tuberculose.

Sua obra prima começa logo em seu primeiro capítulo, apresentando Winston, personagem principal da trama, vivendo como refém da grande máquina que é o poder do Estado em 1984, controlando a sociedade e o ditando o modo de vida. No decorrer da história vê-se o protagonista cada vez mais inconformado com essa atmosfera de coletividade falsa que o governo vigora e decide nos seguintes capítulos 5, 6 e 7, Winston transgredir as regras ditatoriais impostas e por baixo dos olhos do Big Brother e da Polícia do Pensamento começa uma busca por um ideário de independência e individualidade. Porém o livro choca os leitores com um final perturbador, sem otimismo e nenhuma mensagem final de esperança o desfecho de Winston é chocante e aquele que buscava individualidade acaba por fim se tornando a peça mais dedicada do sistema.

Em primeira análise o livro pode vir a causar um espanto para quem não é familiarizado com a escrita, uma vez que mesmo sendo um livro de ficção a escrita do autor e sua linearidade transformam a história em uma espécie de *experimento* como se o leitor estivesse analisando um animal em um laboratório, é antes de tudo, dura e difícil de manter a atenção.

Porém, independente disso o desfecho se mantém de maneira frenética, um livro muito bem narrado com detalhes importantes e digno de leitura não apenas pela sua crítica social, mas também pela análise factual que a história tem com seu contexto, dessa forma para entender o livro, o leitor precisa estar familiarizado com as decorrências da Europa do século XX, especialmente o que houve na Alemanha e na antiga URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas).

⁷¹ Graduanda em Direito pelo Centro Universitário do Pará (Cesupa).



De certa maneira, um dos grandes defeitos do livro, infelizmente, é que para manter essa crítica social certa e essa analogia com a história, o personagem principal acaba sendo uma caricatura, um homem que carrega em si um ideário de liberdade mas contudo, não consegue se conectar com ele como se conectaria com um personagem típico de um romance ou de um suspense por exemplo, mas isso não é de tudo um defeito, pois, como leitor, sente-se tremenda empatia por Winston e por outros personagens que se apresentam com ele e durante mais da metade do livro o autor cria uma lacuna, um clima misterioso sequencial que faz o público acreditar em um final mais próspero do que de certa forma recebe.

Logo, o livro é uma ótima experiência para quem tem em mente os já citados acontecimentos e para quem gosta de visualizações da realidade diferentes das feitas pela mídia, um livro com uma temática ainda muito recente e recomendado a todos que estão dispostos a uma visão crítica do mundo contemporâneo.



RESENHA 15

DWORKIN, Ronald M. **Levando os direitos a sério**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Marília Costa Rodrigues⁷²

RESENHA CRÍTICA

Ronald Myles Dworkin, um dos maiores teóricos e filósofos do direito contemporâneo, nasceu em Worcester, cidade do estado norte-americano de Massachusetts, no ano de 1931. Dworkin graduou-se em Filosofia pela Universidade de Harvard em 1953, na qual teve contato com outros grandes teóricos como W.O Quine e John Rawls. Posteriormente, estudou no Magdalen College da Universidade de Oxford em que obteve o M.A em Jurisprudência⁷³. Em 1956 recebeu o Masters em Yale; e o LLB⁷⁴ na Faculdade de Direito de Harvard em 1957. Em seguida, tornou-se estagiário de Learned Hand, um renomado juiz a quem Ronald demonstrava visível admiração, de modo a falar em diversas ocasiões acerca de como Hand o influenciou sobremaneira e de colocá-lo na posição de seu **eterno mentor**⁷⁵. No ano de 1959 foi aprovado no exame da ordem (New York Bar Association) e trabalhou por mais de dois anos como advogado no conhecido escritório Sullivan and Cromwell. Assim, sua carreira acadêmica teve início oficialmente em 1962, quando tornou-se professor assistente de Direito na Yale Law School, em que foi indicado posteriormente para ocupar a Cátedra de Jurisprudência, substituindo Hart, de quem era orientando e, no entanto, foi alvo de suas maiores críticas. Após sua aposentadoria em Oxford, Dworkin trabalhou como professor de filosofia na New York University (NYU), local em que, juntamente com Thomas Nagel, coordenou o famosíssimo e igualmente conceituado Colóquio sobre Filosofia do Direito, Filosofia Política e Pensamento Social. Durante sua vida, escreveu mais de cem artigos e mais de dez livros, dentre os principais estão: *Levando os Direitos a Sério* (1977); *Uma questão de Princípio* (1985); *O império do Direito* (1984); *Virtude Soberana* (2000); *Justiça para Ouriços* (2011). Ronald Dworkin escreve de forma complexa, visivelmente brilhante, discorre sobre assuntos como eutanásia, aborto, pornografia, sistema de cotas e muitas questões socialmente relevantes através de seu conceito

⁷² Graduanda em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA), turma DI2NA.

⁷³ Um Master of Arts (MA) é uma pós-graduação que normalmente inclui algum estudo das humanidades e geralmente é concedido após um a dois anos de curso.

⁷⁴ Consiste no título de bacharel em Direito, o LLB já foi quase universalmente o primeiro diploma de direito profissional nos Estados Unidos.

⁷⁵ Importante citar que essa era uma relação recíproca, Hand expunha diversas vezes que Dworkin havia sido seu melhor estagiário e, inclusive, escreveu uma carta recomendando-o para a suprema corte.



de democracia e liberdade de expressão, além de ser um crítico ferrenho do positivismo jurídico, pois acredita que há uma relação crucial entre direito e moral (âmbito em que ele discorre sobre princípios e regras) e do utilitarismo, defendendo que ambos são **o grande problema dos EUA** e expando de maneira incisiva o projeto de reinterpretação do liberalismo clássico, conhecido como liberalismo igualitário, o qual tem a igualdade como sua principal prerrogativa e protege, acima de tudo, os direitos e garantias individuais, propondo a desintegração do tradicional sistema do liberalismo atrelado ao positivismo e ao cálculo utilitarista.

Em sua obra (objeto de análise dessa resenha), o autor é inicialmente claro e direto, na introdução do livro, quanto ao seu principal objetivo: criar uma teoria liberal do direito, pautada não somente em uma visão descritiva acerca dele, aduzindo que os direitos individuais são trunfos políticos que os indivíduos em sociedade detêm. Assim, o literato visa analisar, descrever e prescrever o direito, evidenciando sua relação necessária com a moral, a existência de direitos subjetivos que antecedem o direito positivado (princípios) e afirma que uma teoria jurídica não deve tratar os dilemas morais como mera técnica jurídica. Para isso, no capítulo do livro intitulado como Teoria do Direito, ele discorre sobre os defeitos do positivismo jurídico, com enfoque no positivismo hartiano, alegando que existem certos problemas técnicos que não encontram resolução ampla e clara na técnica jurídica costumeira e nem embasamento geral quanto a forma de proceder frente a isso, urgindo a necessidade de enfrentar tais perplexidades conceituais por meio do que seriam os princípios e a significação de sua aplicabilidade, uma vez que, tais controvérsias resultariam em tal discussão, como um ciclo vicioso. Dessa forma, ele apresenta as perspectivas de Hart frente a conceitos jurídicos como o de infração, e afirma que tal visão dogmática é insuficiente, criticando a chamada teoria do direito analítica que é desvinculada da teoria do direito ética, argumentando que diversas vezes os juristas acabam aplicando métodos doutrinários convencionais sem entender plenamente a sua acepção, ou seja, eles entendem que é moralmente errado punir alguém por alguma infração que não cometeu, no entanto, não é essa concepção em si definitiva para o caso concreto, e sim o que estiver disposto na dogmática jurídica, abrindo pressuposto para que um indivíduo seja punido injustamente, por isso, o autor defende que deve haver uma análise moral do conceito de infração. Dessa forma, ele analisa que as tradições clássicas de teorias do direito ignoraram a preexistência de princípios morais, dando enfoque tão somente em discussões esquematicamente formais, o que impossibilita uma visão completa do direito como ele é e como deve ser.

Ademais, nos temas seguintes denominados de Modelos de Regras I e II, Dworkin



direciona com maior intensidade suas críticas ao positivismo de Hart, iniciando por classificar a regra de reconhecimento hartiana como um teste de pedigree, pois que, tal regra condicionava a validade do direito a uma origem, tornando irrelevante o conteúdo, o que faz com que o autor tenha embasamento para criticar fervorosamente a formalidade clássica dos positivistas, uma vez que, direitos injustos poderiam passar adiante com um verniz de legitimidade. Posteriormente, Dworkin desenvolve seu argumento de que, mesmo em casos difíceis, há apenas uma resposta correta (a qual seria de acordo com a sua visão política de liberal igualitário), criticando o fato de Hart deixar a discricionariedade judicial muito ampla, o que ele chama de **discricionariedade em sentido forte**, pois dessa maneira, algumas arbitrariedades poderiam surgir do judiciário, no qual interesses políticos, econômicos ou pessoais seriam capazes de interferir em decisões importantes, favorecendo certo grupo ou indivíduo e cerceando direitos de outrem. No entanto, a discricionariedade em sentido fraco poderia ser tolerada, dado que inevitavelmente há a necessidade de um julgamento (imparcial) por parte do aplicador das leis.

Outrossim, Dworkin também expõe princípios e regras e os diferencia, utilizando como ponto de partida sua tese da obrigação, a qual desaprova novamente o fato de serem considerados direitos e obrigações como tais, somente se estipulados formalmente, ao que ele chama de **ponto cego do positivismo**, pois desconsidera os princípios como padrões jurídicos. A partir disso, o escritor instaura a necessidade do reconhecimento de direitos subjetivos que são naturais (pois independem de positividade formal) e inegociáveis (não podem ser violados em prol de uma maioria), para isso, faz uso de dois casos em que ambos não tinham uma norma precisa para classificar suas condutas, porém, partindo de preceitos morais, chegou-se a uma aplicabilidade justa e equânime. Conforme o autor, além de regras, tem-se princípios que regem a sociedade, não havendo entre eles hierarquia e, sim, o vislumbre de um sistema integrativo, em que as regras, apesar de terem natureza e aplicabilidade diferentes dos princípios, servem como meio de instrumentalização desses.

Conforme Dworkin, os princípios tornam-se sobremaneira imprescindíveis a luz dos casos difíceis (hard cases), sendo esse o título do capítulo quatro de seus escritos. Logo, os casos difíceis são aqueles que apresentam controvérsia moral, necessitando, conforme o autor, de interpretações a partir de princípios que existem independente de normas positivadas, podendo, inclusive, a partir da resolução de um caso dessa forma, ser instrumentalizado em regra. Na ocasião dos casos difíceis, Dworkin acredita no protagonismo do judiciário para a proteção de direitos individuais, inclusive, cria um modelo de jurista com capacidades sobre-



humanas que resolve casos específicos com **a única resposta correta**, a quem ele chama de Hércules. Há ainda no decorrer de sua obra, que resultou da coletânea de diversos artigos e textos do autor, reflexões sobre o conceito de democracia, o qual ele entende por ser interpretado de forma equivocada quando diz-se que é o governo de uma maioria pois, assim, classificaria-se como a tirania da vontade majoritária e não a de todos plenamente, já que uma minoria ficaria à mercê dessas vontades ditas superiores. Com esse fim, apresenta-se a ideia de direitos como um trunfo, ou seja, uma salvaguarda que os indivíduos possuem contra o estado e/ou a maioria.

Assim ele segue desenvolvendo sua ideia dos direitos, passando pela diferenciação entre argumentos de princípio (direitos individuais) e argumento de política (coletivo; utilitarista), criticando o originalismo judicial em sentido estrito (pois afirma que a sociedade está em constante evolução), reafirmando a importância da liberdade de expressão em uma sociedade democrática, expondo a linha tênue de suas limitações através da teoria do dano (deve ser exterior; visível e a terceiros) e, por fim, desenvolvendo em maior grau a ideia de liberalismo igualitário, sobre o que o autor alega ser o capitalismo (mercado) o meio pelo qual as liberdades, os direitos e as garantias individuais serão melhor vivenciadas e, como forma de atenuar as desigualdades, propõe o uso de políticas públicas, que funcionariam como uma métrica social promovendo a igualdade, a exemplo do sistema de cotas, o qual ele não enxerga como compensação histórica e sim, como justiça redistributiva, possibilitando a ocupação de espaços de poder pela diversidade que compõe a sociedade e, conseqüentemente, influenciando diretamente na sua autoestima (uma ideia, de certa forma, de representatividade).

Entretanto, apesar de reconhecer que Ronald Dworkin é um notável teórico e filósofo do direito moderno, e que são inegáveis as suas contribuições para uma nova forma de pensar e fazer o direito, acredito haver certos equívocos em algumas formas de pensar do autor. Porém, levo em consideração o contexto sócio-político em que ele estava envolvido, bem como sua posição privilegiada como homem norte-americano branco e com bons recursos financeiros. Ao ler tal escrito, inquietou-me o fato de o autor colocar o mercado como um espaço onde as experiências de liberdade e igualdade seriam plenamente vividas, já que a noção de que o capitalismo se retroalimenta justamente de desigualdades e de minorias historicamente oprimidas através do patriarcado, colonialismo e qualquer uma dessas condutas que considero como sendo socialmente deficitárias (racismo, homofobia e etc.), são há muito debatidas e seus resultados indiscutíveis e relevantes, assim, concluo que não existe a possibilidade de **sermos todos iguais** e termos todos as mesmas oportunidades, em um esquema onde não possuímos os



mesmos recursos e estamos inseridos em um sistema que precisa da desigualdade e competição para manter-se forte.

Outrossim, o fato de ele desconsiderar o sistema de cotas como uma compensação histórica e tratá-la como mero aparato pecuniário é uma afronta para os grupos socialmente organizados de resistência que tem levado, com muito custo, o seu legado e sua história (quase que apagada de nossos livros escolares) e reivindicam até hoje os seus direitos, uma luta que está longe de acabar.

Obviamente, entendo que o contexto do autor é outro, e que sua teoria foi voltada para os Estados Unidos objetivando a respectiva sociedade liberal imperante em seu território, porém, insisto em minhas ideias e acredito que elas refletem de igual maneira no referido país e, tendo em vista que o arcabouço teórico abrangeu além da América do Norte, de forma a ser pensada nos moldes brasileiros, onde temos discordâncias ainda mais gritantes, tais afirmativas tornam-se mais ferrenhas. Além do mais, o conceito de liberdade de expressão e a teoria do dano de Dworkin acabam por ter parâmetros que não alcançam a realidade dos fatos, visto que, um discurso de ódio, por vezes, fere sem precisar agredir e deixam marcas imperecíveis.

Por fim, no geral, a obra é, sem dúvidas, crucial para quem deseja iniciar os estudos na área de filosofia e teoria do direito, ressaltando que muito da teoria de Ronald será aperfeiçoado em outros escritos posteriores, deve-se iniciar as aprendizagens visando obter uma perspectiva além das clássicas já propostas, que insistem em separar o direito da moral para fins técnicos, pois incita reflexões sobre temas como interpretação jurídica, fazendo-nos questionar o que há além da dogmática jurídica, apresentando-nos aos princípios preexistentes e suas aplicabilidades, tirando-nos uma espécie de venda dos olhos.

Com isso, Dworkin revolucionou as perspectivas de justiça, ancorando sentidos mais subjetivos a situações anteriormente tratadas com mera tecnocracia. Além de que, sua apresentação de direitos como trunfos é, também, revolucionária e trouxe contribuições reais para o cenário jurídico atual. Por fim, devo reafirmar que são instigantes as descobertas feitas dentre as quinhentas e sessenta e oito páginas dessa obra, incluindo o interessantíssimo projeto de reinterpretação do liberalismo, Dworkin realmente objetivava levar os direitos a sério. No entanto, estejam atentos e fortes, tudo deve ser lido com uma visão crítica, buscando absorver suas colaborações, mas, ao mesmo tempo, perceber suas incongruências, com a mente aberta para aprendizados, reflexões e inferências próprias.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

JUNG, Luã Nogueira. **Levando Dworkin a sério**: uma revisão (crítica) da teoria do direito de Ronald Dworkin. Orientador: Fabio de Castro. 2014. 32 f. TCC (Graduação)- Ciências jurídicas e sociais da faculdade de Direito, Pontifca Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2018/09/luca_jung.pdf. Acesso em: 26 mar. 2022.

PUCSP. Enciclopédia jurídica, [s.d]. Página inicial. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/126/edicao-1/ronald-dworkin---teorico-do-direito>. Acesso em: 26 marc. 2022.

GRUPO DE PESQUISA PROF.MEDINA. Professor Medina, c2013. Página inicial. Disponível em: <https://professormedina.com/2013/02/20/em-memoria-de-um-ourico-uma-breve-exposicao-da-trajetoria-intelectual-de-ronald-dworkin/>. Acesso em: 27 marc. 2022.

MITTELBAACH, J. C. S. Tribuna universitária, c2020. Página inicial. Disponível em: <https://tribunauniversitaria.com.br/blog/patriarcado-colonialismo-e-capitalismo-sistemas-que-se-retroalimentam/amp/>. Acesso em: 27 marc. 2022.

MASTERSTUDIES. Master studies jurisprudence, [s.d]. Página inicial. Disponível em: <https://www.masterstudies.com/MA/Jurisprudence/amp/>. Acesso em: 26 marc. 2022.

HARVARD. Havard law school library, [s.d]. Página inicial. Disponível em: <https://asklib.law.harvard.edu/faq/115308>. Acesso em: 26 marc. 2022.



RESENHA 16

ROXIN, Claus; **Derecho Penal – Parte General – Tomo I - Fundamentos. La Estructura de la Teoria del Delito**. Madrid: Civitas, 2009.

Matheus Oliveira Jucá⁷⁶

Nascido em 15 de maio de 1931, no norte da Alemanha, em Hamburgo, Claus Roxin terminou seu doutorado, em 1957, com uma tese sobre as chamadas elementares de dever jurídico e se habilitou como livre-docente, em 1962, com uma sobre autoria e o domínio do fato. As suas obras foram apresentadas à Faculdade de Direito da Universidade de Hamburgo, as quais foram orientadas pelo Dr. Heinrich Henkel. Sob influência de Henkel, Roxin passou a pensar nas bases de reformulação do Processo Penal alemão, no entanto, foi a obra de Welzel que o levou a fixar como ponto central de suas reflexões o Direito Penal Material

No livro, Claus Roxin cita suas teses principais e introdutórias do Direito Penal, seguindo como dogmática para o estudo prático. No capítulo 1 da obra, o autor cita, na seção 1, os fundamentos penais, caracterizados como **Não há pena sem lei** e **Não há delito sem lei**, com o objetivo básico de explicar a importância da norma constitucional existir antes mesmo da ação, para que assim o ato infracional possa ser considerado como crime e possa ser punível com as medidas cabíveis de cada lugar onde está sendo aplicada.

O mesmo fundamento está presente no Artigo 1º do Código Penal brasileiro na forma de **Não há crimesem lei anterior que o defina**. Muito importante destacar, também, que Roxin cita as 4 consequências do Princípio da Legalidade, compostas pela Proibição da Analogia, Proibição do Direito Consuetudinário para agravamento da pena, Proibição da Retroatividade e a Proibição das Leis Penais e Penas Indeterminadas, todas essas, segundo o autor da obra, temo objetivo de melhor explicar o que é, de fato, o princípio penal, sendo impostas as duas primeiras para o juiz e as duas últimas ao legislador. Tal gama penal à luz de Claus Roxin mostra o leque denso de informações e preceitos fundamentais criados para facilitar o entendimento e o estudo de criação e cumprimento de normas.

Claus Roxin, em sua obra **Derecho Penal, Parte General, Tomo I, Fundamentos. La Estructura de La Teoria Del Delito**, cita diversos princípios como o da legalidade, anterioridade da lei penal, irretroatividade da lei penal, taxatividade, humanidade, responsabilidade pessoal, individualização da pena, intervenção mínima, subsidiariedade,

⁷⁶ Graduando em Direito (Turma DI2NA).



ofensividade, fragmentariedade, proporcionalidade, *ne bis in idem*, culpabilidade, insignificância, exclusiva proteção de bens jurídicos, responsabilidade pelo fato e adequação social. Esses princípios demonstram relevante importância para o Código Penal(CP) de diversos países inclusive o CP brasileiro, entretanto há uma certa indiferença entre os princípios da legalidade, que diz que não há crime nem pena sem lei, e o princípio da anterioridade penal, que diz que não há crime nem pena sem lei prévia, uma vez que ambos falam sobre a mesma situação, porém o conceito anterioridade penal descreve de forma maisprecisa o funcionamento do código penal quando se trata do acontecimento do crime. Desse modo, é notório a desnecessidade e a imprecisão desse princípio que, analisando por outro ponto de vista, fere um dos princípios citados pelo autor que se trata da taxatividade que descreve que a lei deve ser determinada, certa e precisa, sendo perceptível que o terceiro ponto citado na descrição de taxatividade não se concretiza no princípio da legalidade.



RESENHA 17

SAGAN CARL. **COSMOS**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Ronildo Morais da Fonseca⁷⁷

1. APRESENTAÇÃO DO/A AUTOR/A DA OBRA OBJETO DA RESENHA

Carl Sagan (1934-1996) nasceu em Nova York no dia 9 de novembro, foi professor de astronomia e ciências espaciais na Universidade Cornell. Autor de dezenas de estudos da área, foi agraciado com várias medalhas e prêmios por suas contribuições ao desenvolvimento e a divulgação da ciência. Um fato relevante na sua vida foi que desde a década de 50, Carl foi consultor da NASA, orientando sobre projetos de viagens para lua. Carl tinha um pensamento focado na Ciência, voltado quase exclusivamente para o cosmos, onde obteve grandes descobertas e contribuições no estudo de vida nos planetas.

2. SÍNTESE DA OBRA

Primeiramente, a obra foi em sua origem uma série de TV elaborada pelo próprio Carl Sagan, onde ele apresentava o programa juntamente com a sua esposa Ann Druyan. No livro o autor busca trazer no começo de sua obra alguns aspectos introdutórios para seu estudo, no qual tenta mostrar seus estudos sobre 14 bilhões de anos de evolução cósmica, explorando tópicos como a origem da vida, o cérebro humano, hieróglifos egípcios, missões espaciais, a morte do sol, a evolução das galáxias e as forças e indivíduos que ajudaram a moldar a ciência moderna.

Concomitante a isso o livro traz como abordagem um cunho não tanto técnico pois ele tenta fazer com que jovens que tem interesse nesse universo cósmico possa usa-lo como porta de entrada para esse mundo de incertezas e razões descomuns (como o próprio autor cita no capítulo 3)

Como efeito conclusivo o livro em seu último capítulo, responde uma pergunta muito intrigante, “Quem fala em nome da Terra?” tal questionamento é respondido de uma forma que só o Carl conseguiria, fazendo uma abordagem sobre tudo que outrora havia falado e deixando o leitor com ‘um gosto de querer descobrir mais’

⁷⁷ Graduando em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará; Graduando em Educação Física.

3. REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE OBRA E IMPLICAÇÕES

O que faz a obra ser tão especial está ligado ao fato de que todos aqueles que buscam saber o seu lugar no espaço conseguem encontrar um esclarecimento nessa obra, fazendo que ao mesmo tempo que tenha um caráter acadêmico ao validar suas teses com comprovações científicas e demonstrações feitas por experiências realizadas por ele em sua carreira, também é um grande livro para pessoas que apenas tem ‘cede’ por esse tipo de experiência literária.

Esse livro é um daqueles que deveria ser lido por todos, já que infelizmente nos vivemos um grande analfabetismo científico que assola a sociedade, pois ainda há pessoas que negam provas óbvias como a evolução dos seres e até mesmo se questionando se a terra é ‘esférica’. Carl traz um esclarecimento para tudo isso, já que em seu livro ele conta a história da ciência e como a evolução do pensamento humano vem mudando de acordo com o passar dos anos, relatando grandes descobertas e experiências que guiaram a ciência para a forma de como a conhecemos hoje em dia.

Além de tudo Carl mostra como é fascinante o nosso sistema solar e mostra relatos de pesquisa no qual mostram a possibilidade de vida em Marte e Vênus, dados importantes para essa tese foram trazidos pelas sondas por ele em conjunto com a NASA enviaram para esses lugares, e ainda acredita em um futuro promissor para a ciência, onde ele espera que logo possamos efetivamente fazer esse contato com essa civilização ainda desconhecida. Pena que infelizmente estamos longe desse ato e até então não sabemos quando isso irá acontecer, mas como Carl, a esperança é a última das forças, o que nos resta é esperar pelos próximos capítulos da história da nossa tão pequena e frágil humanidade.



RESENHA 18

ORWELL, George. **A Revolução dos bichos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Benedito Mutran Neto

RESENHA CRÍTICA

George Orwell, pseudônimo de Eric Arthur Blair, foi um escritor e jornalista inglês, nascido em 1903 na Índia Britânica. Trabalhou para a Polícia Imperial na Birmânia e lutou na guerra Civil Espanhola. Foi considerado um dos maiores cronistas ingleses do século XX, mas também com grande importância literária para a cultura popular e política contemporânea.

Embora adepto do socialismo utópico idealizado por Karl Marx, as obras de Orwell são marcadas por análises críticas relativas às injustiças sociais, à manipulação política das massas, desvirtuadas pelo totalitarismo implantando por Josef Stalin na antiga União Soviética, notadamente no livro, a Revolução dos bichos, primeiro grande sucesso do autor, escrito em 1945 – em plena segunda guerra mundial.

A revolução dos bichos é considerada um clássico da literatura moderna. Trata-se de uma lúdica crítica ao socialismo soviético, narrada em forma de uma fábula, satirizando a ideia de uma rebelião dos animais, liderada por porcos, contra o Sr. Jones, o fazendeiro e proprietário de uma granja.

Eles enxergam o Sr. Jones como uma pessoa muito rigorosa; um homem que maltrata os animais, quer pelo trabalho excessivo, quer pela pouca alimentação.

O Major Porco, o ideólogo dentre os bichos, diante daquela vida oprimida, passa a transmitir aos outros animais os mais relevantes princípios de uma revolução, na qual o Sr. Jones não faria mais parte do comando da granja, que passaria a ser liderada pelos animais, em torno da concepção do Animalismo.

O Animalismo trata-se de uma analogia ao sistema socialista, onde todos os animais seriam detentores da propriedade comum e os meios de produção seriam coletivos, com a finalidade de atingirem a igualdade entre eles, em uma sociedade desprovida de classes.

Poucos dias depois dos primeiros ensinamentos, o Major Porco, já em idade avançada, falece. Em seu lugar, assume o comando da revolução, os jovens porcos, Bola de Neve e Napoleão. Com a piora da situação alimentar negligenciada pelo Sr. Jones, o ideal da revolta



avança a passos largos, até que os animais expulsam o Sr. Jones da granja que passa a ser batizada pelos animais de Granja do Solar.

Os animais possuíam pouquíssima instrução que, apesar do esforço dos porcos dotados de mais inteligência, tentam passar aos outros conhecimentos de leitura, porém a ignorância principalmente dos patos, ovelhas e galinhas não permitia que esses lessem sequer a letra A do alfabeto.

Neste contexto, houve a tentativa frustrada, através dos novos líderes, de ensinar os sete mandamentos da revolução por eles protagonizada aos animais da granja, cujos lemas eram: qualquer coisa que anda sobre duas pernas é inimiga; qualquer coisa que ande sobre quatro patas, ou tenha asas, é amigo; nenhum animal usará roupas; nenhum animal dormirá em cama; nenhum animal beberá álcool; nenhum animal matará outro animal e todos os animais são iguais.

Diante da total incapacidade da grande maioria dos bichos em aprender a ler, os porcos procuraram simplificar aqueles mandamentos, transformando-os em apenas uma única frase: quatro pernas bom, duas pernas mau.

Foi então que as primeiras dissensões passaram a ocorrer, quando Sr. Jones tentou retomar a granja. Bola de Neve que era tido pelos outros animais como aquele que procurava trabalhar arduamente sempre pelo bem-estar de todos, enfrenta os humanos com muita coragem, tornando-se uma espécie de herói em virtude da expulsão do antigo proprietário da granja.

Sucedo que Napoleão havia arquitetado um plano para assumir a liderança da Granja do Solar e se livrar do seu antigo companheiro, Bola de Neve. Este último era favorável à construção de um moinho de vento para geração de energia para a fazenda, enquanto Napoleão se mostrava contrário.

Aproveitando-se da tentativa de invasão pelos humanos, o porco Napoleão expulsa Bola de Neve, acusando-o de traição. As graves acusações perpetradas por Napoleão, passam a se constituir uma mácula indelével para a imagem de Bola de Neve que nunca mais foi visto.

A partir daquele momento, Napoleão, antes, aparentemente, contrário à construção do moinho, se apropria da ideia de Bola de Neve e passa a comandar o início das obras. Agora, sob nova e autoritária liderança, Napoleão e os demais porcos modificam as regras originais da revolução, passando, por exemplo, a morar na casa que fora do Sr. Jones.

Os porcos então alteram os antigos mandamentos que passam a serem transmitidos aos



outros animais, da seguinte forma: animais não dormem em cama com lençóis; animais não ingerem bebidas alcoólicas em demasia; animais não matam animais sem razão; igualdade para os animais, menos para os mais iguais que os outros.

E o escolhido foi o porco Garganta, graças à sua destacada capacidade de convencimento, para a importante tarefa de manter todos os animais unidos e, conseqüentemente, vivos os ideais revolucionários, embora as condições de vida na Granja do Solar tenham claramente se deteriorado, desde o início da revolução.

O que antes era terminantemente proibido, como negociar com os seres humanos exploradores, passa a acontecer sob a liderança de Napoleão e os porcos, os quais acusam Bola de Neve de ter criado essa falácia a fim de prejudicar a todos na granja.

Os porcos passam a explorar e escravizar os demais animais no trabalho diário, sobretudo, na construção do moinho, em troca de quantidades risíveis de ração. O hino da revolução é extinto, sob a alegação de que aquela sociedade formada por animais atingiu seu auge, agora sob a liderança de Napoleão.

Tanto tempo já havia se passado, após a expulsão do Sr. Jones, que os animais já nem mais lembravam da bradada igualdade, idealizada originalmente pelo Major Porco, mormente em decorrência dos discursos altamente persuasivos do porco Garganta.

Agora, os porcos passam a andar em duas pernas, tal como os homens. Instalam-se definitivamente na antiga casa do seu antigo morador, ostentando uma vida luxuosa, regada de bebidas alcoólicas e jogos de cartas com os Srs. Frederick e Pilkington, agricultores vizinhos à granja, todos celebrando os ótimos negócios por eles realizados e o progresso econômico estritamente daquela nova casta abastada formada pelos porcos.

Enquanto isso, os demais animais da Granja do Solar – àquela altura os que ainda não haviam desaparecido - assistem passivamente aquela obscura situação, onde não mais conseguiam distinguir quem eram os homens e quem eram os porcos.

As ovelhas, apesar de sua pouca instrução e até mesmo da sua peculiar estupidez, passam a recitar um novo lema: quatro pernas bom, duas pernas melhor, o que resume de forma simples, mas precisa, a realidade que se deturpou ao longo do tempo, de uma nova sociedade composta por animais, dantes idealizada e construída com base em uma revolução, baseada nos princípios ideológicos difundidos pelo Major Porco.

Os personagens do romance criados pelo autor remetem a alguns personagens



históricos, sendo o Major Porco, por sua retórica socialista utópica, retratando as figuras de Karl Marx e Vladimir Lênin, mas sobretudo, aqueles envolvidos na Revolução Russa de 1917, como Leon Trótski, um dos líderes ideológicos da revolução, representado na figura de Bola de Neve e Josef Stalin reproduzido pelo personagem de Napoleão, outro líder da revolução, este de característica ardilosa e autoritária.

A Revolução dos bichos é uma obra prima, escrita em forma de fábula por George Orwell em 1945, marcada por uma simplicidade única e de um brilhantismo e criatividade excepcionais, ao retratar algumas peculiaridades humanas do cotidiano de uma sociedade, encarnadas por animais em uma pequena fazenda, tais como: totalitarismo, disputa pelo poder, manipulação política das massas, desconstrução de reputações, conflitos sociais e de classes.

Por ser defensor dos ensinamentos pregados por Karl Marx, de um tipo de socialismo imaginário, que supostamente subsistiria de forma democrática e igualitária, o autor, ao contrário, antevê de uma maneira até profética, com décadas de antecedência, o colapso e a falência de um sistema político-econômico, especialmente pelo fato do livro ter sido escrito em um período em que a União Soviética, sob a liderança de Stalin, tornava-se uma figura política influente, como uma das duas superpotências, em contraposição à democracia capitalista norte-americana, países estes que assumiram o protagonismo ideológico, econômico e bélico mundialmente, ao final da segunda guerra mundial.



RESENHA 19

RAMALHO, Amanda Maia Ramalho (org). **O Contrato de Vesting**. Belém do Pará: Editora Lumen Juris, 2021.


Fábia Seguin Dias Sabado

1 APRESENTAÇÃO DO/A AUTOR/A DA OBRA OBJETO DA RESENHA

A advogada, professora universitária, empreendedora e graduada em direito pelo Centro Universitário Cesupa, Amanda Maia Ramalho, sempre teve a paixão pela escrita inserida em sua vida. A atual estudiosa de direito empresarial diz ter o hábito de ler desde a infância, e foi seguindo esse padrão que na juventude começou a publicar nas redes sociais textos buscando a compreensão do seu ponto de vista aos mais diversos assuntos. Nascida em Belém e tendo o seu refúgio nos livros, Amanda teve como referência profissionais os professores Felipe Prata Mendes e Fabrício Vasconcelos de Oliveira - até então atuantes na mesma universidade qual ela cursara graduação e ministra aulas. Além disso, sua trajetória acadêmica - relatada de forma breve mas emocionante - busca transmitir de forma objetiva o contrato de *vesting*, tanto em seu ponto de vista original - pensado inicialmente nos Estados Unidos - quanto sua aplicação posterior no Brasil. Logo, a autora citada inicia suas explicações visando uma forma prática de conceituar esse novo contrato e aspecto jurídico de forma que auxilie, em especial, empreendedores quando seus desejos forem utiliza-lo de forma correta no mercado brasileiro, por exemplo.

2 SÍNTESE DA OBRA

Na introdução da obra, a autora inicia a apresentação do contrato de *vesting* apresentando conhecimentos, aspectos e modalidades gerais referentes a sua aplicação. Além de apresentar suas cláusulas especiais e básicas, conceitua e visa construções legais, doutrinárias e jurisprudenciais. Ademais, nota-se um grande enfoque na diferenciação do modelo jurídico e cultural vivenciado pelo Estados Unidos em paralelo ao contexto brasileiro, uma vez que os negócios com base em startups configurou-se antecedente em um país em detrimento ao outro - e conseqüentemente ocasionou a tardia inserção de profissionais adequados na área. No capítulo seguinte, nota-se exemplificado o conceito de *vesting*, cuja definição se dá por envolvimento entre dois indivíduos, seja ela verbalizada ou contratual - sendo a estratégia contratual usada para colaborar com desenvolvedores que não possuem renda



monetária para a contratação de um serviço profissional, por exemplo. Portanto, observa-se a criação de um novo estilo de negociação.

Todavia, como em todo contexto do mercado empresarial, é necessário ressaltar os riscos do contrato, sendo o principal deles a possibilidade do lucro não ser suficiente para suprir as despesas. Além disso, o enfoque no segundo capítulo se dá dividido por tópicos: núcleo de boa fé e desistentes de boa fé; fidelização ao projeto; modalidades; cláusulas especiais; direito de preferência e anti-diluição; restrição ao direito de transferência de ações; direito de "arrastar" e direito de acompanhar ou de acompanhamento; direitos de escolher diretores e direito de restrição de atividades; aceleração de vesting e por fim, o *vesting* reverso. Posterior a isso, destaca-se o empreendedorismo, a inovação e as startups como a "porta de entrada" do *vesting* no Brasil. Sendo as startups sociedades iniciantes no mercado e dispostas a propor ideais revolucionários.

3 REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE OBRA E IMPLICAÇÕES

O empreendedor é alguém que por meio de uma ação organizada coloca produtos inovadores no mercado, visa o lucro, a nova forma de negócio e o autointeresse. Na obra da autora isso se destaca de forma clara e positiva, uma vez que os investimentos - ainda que uma pequena parcela populacional se faça presente na área - continua em crescimento no Brasil. Diante desse cenário, o livro em questão resalta a necessidade do direito em meio a sociedade empresarial, não somente por questões jurídicas, mas também morais, visto que essa influência se dá de forma direta considerando o papel do mercado na sociedade. Portanto, sociedades que adquirem o modelo das startups tendem a se basear em uma forte proteção de ambos indivíduos envolvidos.

Em fase inicial do empreendedorismo, é idealizado um projeto, mas não de imediato concretizado. Seguindo a linha de raciocínio onde as startups surgem, o contrato de *vesting* é utilizado para facilitar a realização "fora do papel" de tais ideias por meio de acordos de fundadores ou acionistas. À vista disso, definiu-se o *vesting* como "um acordo entre a companhia e seus funcionários, que prevê uma aquisição progressiva de direitos da companhia." Visando isso, busca-se sempre uma maior interação de seus funcionários com a empresa, priorizando o conhecimento de nicho específico e conhecimentos do cenário local.

Conclui-se que o contrato de *vesting* é um método utilizado por empresas em um novo cenário nacional e internacional, visando facilitar e auxiliar na praticidade de talentos para o desenvolvimento de seus negócios, mesmo sem renda monetária suficiente. Enfatiza-se que no



Brasil ainda não há uma regulamentação específica sobre o contrato, entretanto, o mercado atual nacional encaminha-se de forma positiva para a utilização desse recurso inovador em corporações, uma vez que a criação de relações sociais desenvolvidas ocasionaria em bons incentivos ao comércio e economia local, quais teriam a participação crescente de indivíduos e conseqüentemente investimentos maiores na área - não desconsiderando as adaptações necessárias para inseri-lo de forma constitucional na legislação, afinal, o direito distingue sua forma de organização de acordo com a cultura, padrão e conduta social de cada país.



RESENHA 20

KAFKA, Franz. **A Metamorfose**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Gian Carlo Magela Cabral Falcão⁷⁸
Leticia Farias Viana⁷⁹

Apresentação do autor


Franz Kafka, 1883, República Tcheca, foi um dos escritores mais importantes do século XX. Formado em Direito pela Universidade de Praga, criou várias obras que dão ênfase à mentalidade humana e como isso afeta o indivíduo. Apenas algumas obras de Kafka foram publicadas durante sua vida: as coleções de contos *Considerações* e *Um Médico Rural*, e contos em revistas literárias. Os trabalhos inacabados de Kafka, como os romances *O Processo* e *O Castelo*, foram publicados postumamente pelo seu amigo Max Brod que ignorou o desejo de Kafka de ter seus manuscritos destruídos.

Resenha Crítica

A *Metamorfose* é um livro intrigante que relata um dos aspectos mais importantes da sociedade moderna, o valor social de um indivíduo. Logo no início do livro, Gregor Samsa, um caixeiro-viajante de boa vida, acorda em um dia nublado e percebe que se tornou um inseto. Essa reviravolta, dita no início da obra, surpreende o leitor que, ao avistar essa realidade para o personagem, encontra uma situação de extrema estranheza e curiosidade. No entanto, mesmo com essa nova realidade, Gregor não se importa muito consigo, ele apenas pensa em como chegará ao trabalho, já que estava atrasado, e como irá prover para a sua família agora que, talvez, tenha que viver como um inseto pelo resto da vida. Com o passar do tempo, o caixeiro-viajante não consegue sair da cama e sua família começa a perguntar o que estava acontecendo, até que o gerente chega na casa do protagonista e avista a criatura bizarra em que ele se transformou, deixando a casa rapidamente e nunca mais o visitando. Ao decorrer do livro, Kafka mostra que a família de Gregor acaba, aos poucos, parando de vê-lo como um ser humano e um membro familiar, tornando-o, aos olhos deles, um empecilho para o desenvolvimento da vida de seus familiares. Gregor se torna cada vez mais solitário e até sua irmã, que no início era tratada como pura pelo protagonista e de bom coração, acaba abandonando-o. No fim, Gregor

⁷⁸ Aluno do curso de Direito do Cesupa.

⁷⁹ Aluna do curso de Direito do Cesupa.



acaba morrendo após uma briga e escutar seus familiares discutindo sobre se o inseto ainda era Gregor e como seria melhor se ele apenas tivesse morrido.

Kafka, com essa obra, mostra o valor que os indivíduos possuem no mundo. No livro, é dito que Gregor virou um inseto, mas esse não é o principal motivo para a reprovação familiar e social dele. Depois do acontecimento, ele virou um inválido, alguém que não podia mais prover para a família e para a sociedade, tornando-se um problema, um lixo para ser jogado fora. Gregor, com o pensamento tão conectado com essa sociedade, não se importa consigo, não consegue pensar em como resolver seus problemas e como tratá-los para o seu bem, ele pensa apenas em como manter-se, como irá trabalhar, como será útil para sua família, que era sustentada por ele, e como conseguirá, mesmo com todas as adversidades, vencer. Mas o problema tornou-se inerente a ele, e a sociedade, olhando apenas para a utilidade e como os indivíduos podem produzir e consumir, não estava disposta a ajudá-lo. Kafka mata o seu personagem no fim pois ele não era mais necessário, ele havia se tornado um ninguém, a morte era a melhor e única opção para ele na sociedade em que vivia.

O livro é curto de fácil e rápida leitura. Mas nem por isso deixa de ser algo complexo e estonteante. A percepção psicológica que o autor demonstra em Gregor Samsa, ao discorrer sobre o fato de que virou um inseto e suas implicações na sua vida e na de seus familiares, é espetacular e uma aula de psicologia. Além disso, o fim, com a morte e do protagonista, é muito bom e digno de reflexões.



RESENHA 21

NEVES, José Roberto de Castro. **Medida por medida**: o Direito em Shakespeare, 6 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

Isabella Arrais Maroja de Souza⁸⁰
Larissa Cristina Feliz da Silva⁸¹
Lívia Yasmin de Andrade Resende⁸²

CREDECIAIS DO AUTOR

José Roberto de Castro Neves é advogado, professor de Direito Civil da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), mestre em Direito pela Universidade de Cambridge, Inglaterra e doutor em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Autor de diversos livros, entre eles, *Medida por Medida – O Direito em Shakespeare*; *A Invenção do Direito e Direito das Obrigações*, todos já com variadas edições. O mestre apresentou a palestra: “O Direito em Shakespeare” e realizou o lançamento do livro “O mundo é um palco – Shakespeare 400 anos: um olhar brasileiro”.

SÍNTESE DA OBRA

No prefácio, o professor usa da persuasão, característica de um bom advogado, para convencer o leitor do quão interessante e transformador será ter a experiência de consumir o exemplar, alegando redirecionar o olhar sobre o mundo. Depois de te incitar a ler, ele apresenta suas notas a cada edição lançada, explicando seu desejo de fazer com que William Shakespeare – referido como bardo - seja compreendido pela sua genialidade através de uma interpretação inteligente, a qual será sabiamente executada por ele nas próximas páginas. Então, formula uma cronologia das peças shakespearianas, assim como, uma cronologia da vida do bardo e principais acontecimentos históricos da época, com o intuito de contextualizar o interlocutor. Em seguida, aprofunda um pouco na história do dramaturgo, citando até mesmo suspeitas atuais de que ele nunca existiu. Posteriormente, começa a analisar as obras separadamente em capítulos. Finaliza a obra, portanto, com suas considerações de por que um advogado deve ler, incentivando o intelecto pessoal e profissional.

⁸⁰ Graduanda em Direito pela Centro Universitário do Estado do Pará.

⁸¹ Graduanda em Direito pela Centro Universitário do Estado do Pará.

⁸² Graduanda em Direito pela Centro Universitário do Estado do Pará.



REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE OBRA E IMPLICAÇÕES

O livro é uma análise crítica de numerosas peças shakespearianas, vinte e seis no total, apresentando uma relação direta entre elas e aspectos jurídicos pontuados pelo autor. Ele direciona essa obra, principalmente, aos estudantes de direito, alegando ser uma forma de incitar o interesse e o prazer de “explorar o maior dramaturgo de todos os tempos”. Em primeira análise, somos apresentados a Shakespeare, um homem que nunca frequentou qualquer universidade, filho de pais analfabetos, que apesar disso, criou cerca de 1.800 neologismos, os quais possuem inúmeras interpretações feitas desde meros apreciadores, até filósofos renomados como Nietzsche. Instigante, não? Por isso há muitas teorias que propõem que o tão famoso escritor poderia ser apenas um pseudônimo de um aristocrata, que teve acesso a esse intelecto todo, porém, nada se faz comprovar. Logo chega-se ao início da apresentação das obras. No título de cada capítulo, que corresponde às peças analisadas, José incorpora uma lição provinda do que será abordado na leitura desse, como em “Júlio César: a Retórica”, pois a obra retrata a maneira decisiva em que o bom dialeto se comporta na posição de poder, trazendo um conflito entre os protagonistas Marco Antônio e Brutus, em uma situação que será promulgado um novo rei para a cidade, após a morte do representante; os diálogos mostram a natureza volúvel da vontade popular, praticamente um títere nas mãos de sábios oradores, por isso, a “retórica” do título vem à tona. Nesse sentido, o professor comenta os excertos, pois os capítulos são construídos intercalando versos de Shakespeare às explanações, permitindo o leitor a ter contato direto com as obras. São inseridas explicações do que estava acontecendo no período histórico de cada conto, facilitando a compreensão dos valores legais presentes neles (como o porquê de uma lei ser considerada justa na época). Além disso, são citados vários artigos da Constituição ao longo do livro, vinculando-os também, aos contos. Um exemplo disso é claramente identificado no capítulo “Ricardo III: a Moral”, no qual o rei oferece seu reino por um cavalo enquanto se encontra em estado de perigo, no entanto, o autor adiciona que é garantido no Art.156 do Código Civil, a anulação de proposições extremamente onerosas quando o remetente está premido da necessidade de salvar-se. Dessa maneira, é transmitido tanto o conhecimento provindo das obras do dramaturgo, quanto o das leis constitucionais, importantes a toda a população. O que me chamou muita atenção no volume, foi a conexão que o autor gerou de acontecimentos tão antigos – Shakespeare nasceu há quase 500 anos – à atualidade, demonstrando a forma temporal que o direito assume, na qual situações consideradas “normais” narradas em períodos passados são colocadas em contraposto a leis contemporâneas que as consideram injustas, prevenindo assim, o acontecimento delas. Isso é



visto no conto “A Megera Domada”, em que a protagonista demonstra sua negação em unir-se ao seu proposto noivo, no entanto, essa manifestação é ignorada e o casamento é efetuado pelo pai da moça. De encontro a isso, é apresentada a obrigação atual legal de cancelar a cerimônia em caso de não consentimento de alguma das partes. Diante do exposto, não possuo considerações negativas ao livro, exceto a sensação de repetitividade em alguns momentos, com a excessiva vontade de se fazer compreender, no entanto, despercebida na maioria das vezes. Eu, particularmente, consumi o exemplar antes de cursar a faculdade de Direito, e declaro que ele me incitou mais interesse do que já tinha nessa área acadêmica, de modo que quando comecei a cursar, já tinha noção de alguns conceitos prévios, assim como, aprendi leis durante a leitura, o que me foi bem útil. Portanto, depois de ler e compreender Medida por Medida: o Direito em Shakespeare, concluí que José Roberto de Castro Neves superou seus objetivos, visto que além de apresentar o bardo para muitos, principalmente para a nova geração vigente, ele mostrou, efetivamente, como a literatura pode ajudar a todos nós, juristas ou não, a melhor compreender o mundo, o Direito que é aplicado, e a nós mesmos; nessa conformidade, a reflexão sobre a sociedade em que estamos presentes é muito estimulada, gerando respostas sobre o fenômeno jurídico e suas implicações.



RESENHA 22

OST, François. **Contar a Lei**. As Fontes do Imaginário Jurídico. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

Ivan Delaquis Perez Filho⁸³

Nascido em Bruxelas no ano de 1957, François Ost é um filósofo do Direito e jurista. Graduado pela Universidade Católica de Lovaina, Ost é o pioneiro da análise do Direito na literatura, inspirando-se em diversos autores como Franz Kafka, Honoré de Balzac, Henry David Thoreau, Ernest Kantorowicz além de muitos outros, usando de suas ideias e escritos para criar sua principal obra: *Contar a Lei*, *As Fontes do Imaginário Jurídico*, aplicando seus conhecimentos do Direito na forma como os livros são escritos com o tempo, ganhando em 2006 o Prix quinquennal de l'essai de la Communauté française (prêmio que ocorre de cinco em cinco anos para população francesa).

Na atualidade, François Ost trabalha como Vice-reitor e professor titular da Universidade Saint-Louis na Bélgica, além de ser professor titular na Universidade de Bruxelas e de Genebra na Suíça. Tirando os seus trabalhos como docente, Ost é membro fundador do Instituto dos estudos da Justiça na Bélgica, além de ser presidente da Fundação pelas gerações futuras em Namur, sendo um reflexo de seus trabalhos na sociedade.

Primariamente, é mister pontuar que Ost em sua obra *Contar a Lei*, trabalha com a ideia da Teoria do Direito contado, isto é, a compatibilidade entre as leis, normas e a Literatura, que apesar de diferentes, visto que a literatura trabalha com infinitos tipos de diferentes pensamentos com a criação de personagens imaginários e idealizados, enquanto o Direito trabalha com códigos, e como a realidade realmente funciona tendo como principal elemento, o indivíduo, podem se conectar, sendo apresentado no prólogo de seu livro.

Tal pensamento é fundamentado na sua ideia de divisão do “Direito da literatura” e “Direito como literatura” que respectivamente estuda a forma como a lei trata o fenômeno da escrita e aborda o discurso da lei com as formas da análise literária.

Essa relação é visível em todos os capítulos do livro, começando pelo primeiro, ao citar a fuga dos hebreus do Egito segundo a Bíblia, Ost especifica a existência de uma lei maior,

⁸³ Graduando do Centro Universitário do Estado do Pará (Cesupa).



como apresentada pelos Jusnaturalistas, tendo relações com os direitos individuais das pessoas e o começo da lei escrita.

No segundo e terceiro capítulo, o autor utiliza de dois livros da Grécia Antiga para sua pesquisa começando respectivamente pela citação do início dos julgamentos e decisões judiciais ao falar sobre a Oréstia, entrelaçando com o começo da invenção da Justiça, tendo em foco específico o início do abandono da Lei do Talião, que trabalha com as ideias de vingança fornecida pelo Estado enquanto no terceiro capítulo de seu livro, quando ao analisar *Antígona* de Sófocles, Ost aponta a semelhança entre o enredo do livro e a ideia de desobediência civil, criada por Henry David Thoreau visto que *Antígona*, ao desobedecer as ordens do rei Creonte de forma pacífica ao sepultar o seu irmão, apresenta a mesma ideia do filósofo americano que a desenvolveu no século XIX.

Em seu terceiro capítulo, o jurista aproveita de duas histórias com diversas versões diferentes, sendo elas a de *Robinson Crusoe* e como a propriedade privada funciona e deve ser protegida, analisando seu comportamento isolado na ilha com o intuito de proteger o que é dele e a história do doutor Fausto, que fez um pacto com o diabo, sendo o conteúdo do contrato variado entre suas diversas versões, mas com algo claro em mente, sobre como um contrato funciona, além das diversas formas de encontrar brechas e ilegalmente quebrá-los.

No seu último capítulo, Ost destina uma extrema importância ao escritor Franz Kafka, ao comparar seus diversos escritos como: *Na Colônia Penal*, *O Processo*, *a Metamorfose* e *Cartas ao Pai*. Dessa forma, comparando sua trágica vida a forma que ele escreve, sendo de uma profundidade histórica constante, como, por exemplo, durante o seu livro “*O Processo*” quando ele se aproveita dos artifícios históricos processuais da idade média, aplicando-o a sua época, visto que o protagonista K é processado sem saber o motivo, fazendo com que até o fim do livro ele indague e pesquise a respeito, não achando a resposta.

François Ost demonstra sua genialidade ao ser pioneiro da teoria do Direito contado, visto que misturar a história do Direito e sobre como ele funciona usando do contexto histórico dos livros foi algo nunca antes de fato disseminado com tamanhos detalhes, analisando juridicamente cada livro apresentado e se aproveitando das ideias de filósofos anteriores a ele, tratando a lei como um palimpsesto, sendo improvável a existência de leis sem antes existir normas anteriores, sendo imprescindível o elemento histórico para justificar essas regras prévias.



RESENHA 23

TZU, S. **A Arte da Guerra**. 3. ed. São Paulo: Ciranda Cultural, 2019.

Marco Alec Arnour Fagundes⁸⁴

1 APRESENTAÇÃO DO AUTOR DA OBRA

Sun Tzu viveu entre os anos 544 e 496 a.C. na China, foi um importante general e estrategista militar. Supõe-se que Sun Tzu era natal de Ch'i, com a formação acadêmica de filósofo chinês. Por volta dos 21 anos Sun Tzu migrou para Wu por motivos profissionais, Sun Tzu foi selecionado para ser general e estrategista, tendo uma carreira militar de sucesso, a sua obra mais famosa foi **A Arte da Guerra**, reunindo um conjunto de estratégias e conselhos bélicos, que podem ser adotados em diversas situações do dia a dia.

2 SÍNTESE DA OBRA

O livro **A Arte da Guerra**, é dividido em 13 capítulos, onde o autor apresenta diversos aspectos e menções de como enfrentar uma guerra. Sun Tzu sempre afirma durante o livro que, a guerra junto com as armas, é um mau agouro e que deve ser evitada a todo instante: **A suprema arte da guerra é derrotar o inimigo sem lutar.**

No primeiro capítulo, o autor cita cinco fatores fundamentais durante a guerra: influência moral; meteorologia; terreno; comando; doutrina. No segundo capítulo, menciona-se diversos cenários que podem ser encontrados, sendo a vitória a principal essência. No terceiro capítulo, o autor ressalta que a matança não é prioridade e que dominar o inimigo sem combater é o ápice do cúmulo de habilidade, também se ressalta cinco fatores essenciais para vencer qualquer guerra, sendo: ataque; estratégia; aliança; exército; cidades.

Do quarto ao sexto capítulo, ressalta que um bom comandante somente avança terrenos, se o que já foi conquistado, estará em segurança, este fator é uma das formas para não criar oportunidades ao inimigo. Destaca-se a força normal e extraordinária, a força necessária é mínima, mas os resultados são imensos, a fraqueza é um grande conceito a ser descrito, sendo possível apresentar uma **fraqueza fingida** para enganar o adversário.

No sétimo capítulo, Sun Tzu cita manobras, sendo importante para iludir o inimigo. Chegando perto do fim, no oitavo capítulo, o autor comenta nove variáveis em frente a uma organização de tropas, destacando-se quatro vantagens: estrada; luta; local e terreno. No nono

⁸⁴ Graduando em Direito. Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA).



capítulo, Sun Tzu menciona a movimentação dos exércitos: **um exército confuso conduz o adversário à vitória.** Esta reflexão pode ser considerada na atualidade comparada à concorrência entre as empresas, onde aquela que não possui boa liderança pode falir.

Do capítulo 10 ao 13, o autor indica diferentes tipos de terrenos, situações que as tropas em guerra podem enfrentar, uso do ataque de fogo para tirar proveito do inimigo, e por fim, Sun Tzu faz questão de mencionar no foco de obter espiões como fonte de informação sobre o inimigo descrito, sendo um fator crucial para estratégia, no qual o autor prioriza ao longo do livro.

3 REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE OBRA E IMPLICAÇÕES

De forma geral, o enredo aplicado no livro torna sua leitura interessante, prendendo a atenção do leitor, apresentando diversos aspectos no conflito direto, tais como, motivação, agilidade, união, estratégia e criatividade, que mesmo sendo de um filósofo, que viveu há muitos anos, pode proporcionar reflexões para o mundo contemporâneo, principalmente onde houver competição.

A divisão nos 13 capítulos, seguindo uma linha de atuação, torna o livro um guia para quem esteja interessado em conhecer os principais elementos, e como podem ser usados, para alcançar vitória em um cenário repleto de concorrência, que pode ir além de uma situação de guerra. Dando destaque para o conhecimento do oponente, forças e fraquezas, estratégias ofensivas, comando e responsabilidade.

Conhecer e seguir esses conceitos foi tão importante, para a época em que o livro foi escrito, para alcançar vitórias gloriosas, como também podem servir de base para uma atuação com êxito, em um cenário repleto de incertezas e desafios, similar ao enfrentado atualmente pela sociedade, o que constitui uma verdadeira batalha. Por fim, é importante mencionar que na própria guerra é descrita como um mal necessário, porém, devendo evitada em qualquer situação.



RESENHA 24

LEE, Harper. **O Sol é Para Todos**. Alabama: J.B. Lippincott & Co, 1960. 296.

Mayara Souza do Amaral⁸⁵

1. APRESENTAÇÃO DA AUTORA DA OBRA OBJETO DA RESENHA

Harper Lee nasceu na cidade de Monroeville, estado do Alabama, Estados Unidos, no dia de 26 de abril de 1826, onde passou boa parte de sua vida até a adolescência. A autora estava cursando Direito em virtude do desejo de sua família para tal, visto que seu pai era advogado, contudo, em 1949, quando possuía 23 anos de idade, mudou-se para Nova Iorque, local que começou a trabalhar em uma companhia aérea e nesse período já tinha iniciado a escrever seus textos.

Diante disso, continuou escrevendo durante sua estadia em Nova Iorque, quando apresentou seu manuscrito de um romance sobre o racismo no sul dos Estados Unidos, a editora americana J.B. Lippincott & Co. Harper solicitou que fosse refeito. Harper trabalhou mais dois anos em sua escrita e finalmente em 1960 com 34 anos a obra “O Sol é Para Todos” foi lançada e logo se tornou um sucesso, muitos dos personagens do livro foram inspirados em pessoas de sua família e suas vivências durante a vida, portanto, possui traços autobiográficos. O livro tornou-se um grande clássico americano, ganhou adaptação para o cinema com três Oscar no currículo e garantiu o Pulitzer de literatura no ano seguinte. O título “O Sol é Para Todos” é a versão em português, o título original “To kill a mockingbird”, foi traduzido para mais de 40 idiomas sendo um livro muito lido até hoje.

2. SÍNTESE DA OBRA

O livro tem como tema central racismo e injustiça social. Nesse contexto, a história é passada na década 1930 no Sul dos Estados Unidos sobre um advogado que defende um homem negro acusado de estuprar uma mulher branca. É dividido em 3 partes, sendo que a primeira parte ambienta o leitor com a cidade chamada Maycomb, personagens e estrutura social do local que é dividido entre as tradicionais famílias brancas de classe média e alta e de outro lado os negros que diferentemente dos brancos possuem menos condições sociais, vida humilde e realizavam trabalhos braçais. O detalhamento se dá também na vida dos moradores como o vizinho misterioso Boo e a casa dos Radley que raramente são vistos e fazem com que as

⁸⁵ Mayara Souza do Amaral. Acadêmica de Direito no Centro Universitário do Pará (CESUPA).



crianças fantasiem sobre a vida de seus vizinhos. O início do livro retrata muito das aventuras de verão das crianças Scout, seu irmão Jem (filhos do Atticus) e Dill sobrinho de uma vizinha enquanto incomodam seu vizinho suspeito aos olhos deles Boo, mas com tantos rumores os jovens nunca ultrapassam a linha.

A segunda parte retrata após diversas tentativas dos pequenos indivíduos estabelecerem contato com Boo, eles encontram outros assuntos os quais focar. Depois disso, entra um dos aspectos mais importantes do livro dado que começa a história de Tom Robinson, homem negro acusado de estuprar uma mulher branca que pertence a uma família que vive em condições de vida precária. Atticus torna-se advogado de defesa de Tom o que não obteve uma boa repercussão entre os moradores da cidade, a partir desse ponto a narradora dessa obra começa a perceber com clareza as diferenças sociais uma vez que sua família inteira é criticada e alvo de comentários maliciosos por seu pai estar defendendo um homem negro. Após isso, o julgamento é feito e apesar de ficar claro a inocência do sujeito, ele ainda é condenado.

Em sua terceira e última parte, a obra retorna com um personagem muito mencionado no início, Boo que depois do julgamento de Tom, salva os filhos de Atticus, uma vez que Mr. Ewell tenta se vingar matando as crianças do advogado por defender um homem negro acusado de estupro, Boo acaba matando Mr. Ewell enquanto salva a prole de Atticus. O encerramento do livro acontece com uma conversa entre Boo e Atticus.

3. REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE OBRA E IMPLICAÇÕES

Após uma breve síntese da obra, percebe-se o quanto a trama de Lee gira em torno de três pontos: desigualdade, racismo e injustiça. Ao começar com a visão das crianças ao decorrer da obra, os jovens mostram ter opinião própria, leem jornal com seu pai Atticus e debatem sobre as questões da cidade o que dá a sensação contrária do que se esperava da autora, dado que ao pegar o livro para ler pode imaginar-se que por ser uma criança narrando a obra perde profundidade, mas creio que a visão de alguém tão nova, tão confusa, porém ao mesmo tempo tão imersa com os acontecimentos do mundo dos adultos traz mais singularidade ao livro. Tais aspectos levam a talvez a parte a mais crucial da obra que é o julgamento de Tom.

O julgamento de Tom é um dos momentos mais tensos e dolorosos da história, a injustiça se escancara, a pobreza, o preconceito e a ignorância não se escondem por trás da pequena cidade de Maycomb, a autora sucede em mostrar os anseios de Scout ao não entender por que um homem inocente é considerado culpado apenas por sua cor da pele assim como não entende o olhar pedante do promotor diante do acusado, tais dúvidas da Scout põe o leitor em



uma reflexão profunda diante do que é exposto. O acusado foi preso até durante o julgamento depois injustamente condenado mesmo após a excelente defesa de Atticus. Logo, o júri preso em sua onda de ignorância movidos pelo alvoroço do clamor público, enraizados em seu preconceito que domina a região o consideraram culpado, quando o homem não era, aos olhos do povo da pequena cidade da década de 1930 no Sul dos Estados Unidos a voz de um branco obtinha mais valor que a voz de um negro mesmo que este seja inocente.

Após isso, o advogado visita seu cliente na prisão e falando para ele que irá levar o caso para o Tribunal Superior e pedir por liberdade ou um novo júri, contudo não havia como se garantir nada, o acusado desiludido e desacreditado desiste, tenta fugir da cadeia e é morto a tiros pelos guardas da penitenciária.

Como final do livro, Mr. Ewell -pai da vítima de estupro- tenta se vingar de Atticus ao tentar matar os filhos do personagem, Boo chega e ao salvar as crianças acaba matando Mr. Ewell. O objeto tem como encerramento uma conversa entre Boo e Atticus que ele explica para sua filha por que Arthur (Boo) não seria condenado por assassinato, porque seria como matar um rouxinol fazendo clara referência ao título do livro original “To kill a mockinbird”. Nesse contexto, um rouxinol representa inocência e ao matar um rouxinol seria como matar a inocência por si própria, muito se discute sobre a atitude de Atticus nessa parte, se traz discussão acredito que a autora cumpriu seu ponto em escrevê-la, obras foram feitas para serem interpretadas.

Nesse cenário, não há final feliz, Harper Lee tão pouco promete ao público um, a escritora mostra infelizmente a realidade de uma história em que a inocência não possui valor quando não é ao menos considerada.



RESENHA 25

GOMES, Laurentino. **1808** – Como Uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. 2ª edição. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

Joaquim Simões
Laila Beatriz Lima
Lucas Sampaio

1- APRESENTAÇÃO DO AUTOR DA OBRA

O Laurentino Gomes é um jornalista e escritor brasileiro, nascido em Maringá no ano de 1956. Se formou em jornalismo na Universidade Federal do Paraná e se pós graduou em administração na Universidade de São Paulo. Em 2007 ele inicia sua vida como escritor publicando o livro apresentado e dando início a uma trilogia sobre a história do Brasil, que teve um enorme sucesso e abriu portas para a criação de uma nova sequência que se compactou em 2019, chamado Escravidão e há outros dois livros que estão sendo planejados para os próximos anos.

Sua finalidade com a escrita da obra está ligada a resgatar historicamente a vida da Família Real, tentando contar da forma mais realista possível; e tem uma vontade de trazer essa história de forma leve e didática, tornando-a mais acessível, por muitos se interessarem, mas não possuírem o ânimo de pesquisar a bibliografia dos anos de 1808-1821. A sua versão infantil tem ilustrações sobre vestimentas, lugares e pessoas, para que o leitor se sinta cada vez mais naquela época, como uma forma de transportador para lá.

2- SÍNTESE DA OBRA

O livro é de âmbito histórico, relatando e detalhando a história de D. João VI, que sofria ameaças de invasões vindas de Napoleão Bonaparte, que por não ter cumprido o Bloqueio Continental com a Inglaterra, resolve se isolar em sua colônia mais bem sucedida da época, o Brasil, se tornando o lugar em que toda a família portuguesa foge, fazendo o novo lugar do governo português, e Laurentino dá ênfase que nunca tinha ocorrido, até o momento, na história; tanto o fato de ser para uma colônia quanto a fuga. Napoleão Bonaparte, que em 1807, era a pessoa com o poder absoluto da Europa, manda os seus exércitos acabarem com os reinos vizinhos, tendo uma onda de sorte com todas as vitórias, a única conquista que ainda não conseguira fazer até o momento é da Inglaterra. Tendo em vista isso, Napoleão resolve decretar o bloqueio continental, que fecharia os portos dos Estados europeus aos produtos britânicos e,



obviamente, todos os Estados europeus aceitaram a ordem, com exceção de Portugal, que havia feito um acordo com a Inglaterra.

Ou seja, o atual rei de Portugal, D. João VI, tinha duas opções a escolher: ceder às pressões de Napoleão e aderir ao bloqueio continental ou aceitar a oferta dos ingleses e embarcar juntamente com sua corte para o Brasil. Caso ele resolvesse concordar com a proposta de Napoleão, os ingleses bombardeariam e sequestrariam a frota portuguesa e pegariam todas as suas frotas marinhas. Por ter sido uma viagem feita às pressas, mesmo com a vontade de vir ao Brasil há muito tempo, sofreram com muitos desastres naturais que dificultaram bastante a viagem, nessa mesma viagem eles combinaram um local, ilha de Cabo Verde, que era onde os navios poderiam atracar e serem reparados caso houvesse qualquer problema; após a solução do problema, deveriam continuar a viagem que tinha rumo ao Rio de Janeiro.

Com essa chegada, a primeira decisão tomada pela Família Real Portuguesa foi a abertura dos Portos às “nações amigas”, com destaque a Inglaterra, para que conseguissem fazer trocas econômicas, já que era um lugar totalmente novo e, conseqüentemente, desconhecido; houve a criação da Universidade de Medicina, apresentação de algumas técnicas agrícolas e a criação de um laboratório; estabeleceram também algumas das instituições no país, tais como: Gazeta no Rio de Janeiro, Supremo Conselho Militar e Justiça, Intendência Geral de Polícia da Corte, Conselho de Fazenda e Corpo da Guarda Real, Biblioteca e Museu Nacional, e por fim, o Jardim Botânico.

Houve alguns períodos considerados conturbados, como todas as revoltas feitas de âmbito separatista/ abolicionista, entre elas: Conjuração Baiana e Inconfidência Mineira, a sociedade exigia que a Família Real cuidasse desse assunto, fazendo com que tornassem o Brasil mais parecido como o que conhecemos, um país político e com intervenção da sociedade em suas decisões; estavam acontecendo algumas revoltas em Portugal, especificamente em Porto, e em 1820 houve uma obrigatoriedade de retorno à metrópole, sendo assim, D. João VI volta e deixa a colônia nas mãos de seu filho, D. Pedro I com apenas 6 anos de idade e consegue governar apenas com 14 anos, após muitos períodos regenciais. Entretanto, para desespero de seu filho, quando partiu resolveu pegar todo o dinheiro do Banco que havia trazido em 1808, fazendo com que D. Pedro tivesse a função de melhorar a economia da colônia, por conta de todas as exigências da metrópole em relação à colônia, Brasil resolve se separar, havendo uma separação de metrópole e colônia. Com essa separação, se dá início ao processo de Independência no Brasil.



3- REFLEXÃO CRÍTICA

O capítulo 3, que considero um dos mais expositivos e realistas, fala sobre a vida de D. João VI, explicando o porquê seu apelido de porco, conhecido por ser medroso, religioso e indeciso, sempre havendo ridicularização dele, por sua forma de se vestir e falar, que era muito diferente dos outros portugueses; e graças a ele, temos um território enorme e com muitas riquezas relacionada a fauna e flora. Ele e sua esposa, Carlota Joaquina, sempre estiveram em um pé de guerra, viviam se separando, mas não o divórcio em si, porque ele a religião estava em primeiro lugar. Extremamente chamado de tonto por todas as decisões que tomou no Brasil, mas ele conseguiu se livrar de Napoleão, que sempre foi conhecido por sua inteligência e estratégias, então acho que deveriam mudar essa visão de D. João VI, porque a verdade é que ele não era um bom líder, mas sempre soube o que era melhor para conseguir se beneficiar, conseguindo separar seu cargo com a sua vida pessoal.

O livro é bem explicativo e cativante, típico de história que deixa o leitor concentrado e com vontade de ler até o fim, mesmo já sabendo o final, gosta do fato de ser tão explicado e detalhado. Ao lermos a obra, possuímos muito conhecimento e prazer sobre toda essa sua história; aborda vários aspectos importantes para os estudantes e apreciadores dessa vertente histórica, com essa leitura também percebemos que o Brasil continua estagnado em diversos aspectos, como as questões raciais, saúde e educação. Fala sobre a importância de explanar também o desamparo que os escravos sofreram após a abolição, vários não tinham lares e alimentos, resultando em muitas mortes. Seu grande desafio é despertar o interesse do leitor, o que ele consegue com a sua linguagem fácil e a forma que ele faz termos interesse em nossa própria história, mesmo que já saibamos. Fala bastante sobre a vida de D. João VI e seu relacionamento com sua esposa, que não gostava dela e seu casamento com ela foi piorando cada vez mais com o passar dos anos, já que se casaram por interesses, para juntar Portugal e Espanha e se tornarem uma potência forte da época, o que não aconteceu.

Com esse livro percebemos que as aulas de história nunca foram totalmente fiéis ao que realmente aconteceu, aprendemos de forma muito superficial. Linguagem fácil e transmitida com eficácia, de forma que percebamos o quão aprendemos de uma forma que é diferente do que realmente é, não tendo a problematização toda que víamos, nos fazendo apenas entender todas as fases. Trouxeram tudo que havia e era normal em Portugal, desde seus costumes alimentícios à sua forma de falar e pensar, nos fazendo questionar o que seria o Brasil hoje se D. João VI não houvesse escolhido a nossa colônia para se mudar com os seus parentes.



RESENHA 26

O PODER e a lei. Direção: Brad Furman, Produção: Scott Steindorff, Sidney Kimmel. Estados Unidos: Lakeshore Entertainment, Lions Gate Entertainment, 2011. DVD.

Jéssica do Carmo Brandão⁸⁶
Marcella Nunes Alves Fernandes⁸⁷

1 APRESENTAÇÃO DO/A AUTOR/A DA OBRA OBJETO DA RESENHA

Michael Connelly, autor da série “O poder e a lei”, nascido em 21 de julho de 1956, na Filadélfia, é um dos nomes com maior referência da literatura policial moderna. Sua mãe era uma grande admiradora de ficção policial e foi ela que o apresentou a esse mundo fictício policial. Seu fascínio pelo crime e pelo mistério se intensificou ainda mais quando se mudou para a Flórida, quando se deparou com um crime ocorrido em sua frente. Formou-se em jornalismo e comunicação na Universidade da Flórida, em 1980.

2 SÍNTESE DA OBRA

O protagonista do filme, Mick Haller, advogado criminalista, não perde nenhuma oportunidade de conseguir dinheiro, incluindo de casos fáceis. Era casado com a promotora que se chamava Maggie e com ela teve uma filha, porém o casamento não teve sucesso devido a problemas relacionados ao trabalho que concediam devido aos seus cargos. Em um certo dia, um importante caso foi direcionado para Mick, no qual era uma uma proposta de defender um cliente jovem e rico, Louis Roulet, acusado do espancamento brutal da prostituta Reggie Campo. O acusado tentou convencer Mick que aquilo tudo foi armação para incriminá-lo, acusando a mulher de ela mesmo ter armado a situação de ter sido espancada para tirar o proveito de Louis, querendo assim uma grande indenização. No começo Mick Haller chegou acreditar na inocência de seu cliente, porém descobre uma a ligação entre ele e Louis, que no passado ele fez um inocente chamado Jesus Martinez confessar-se culpado do assassinato de uma prostituta para evitar a pena de morte, quando na verdade foi Louis quem a matou.

Desse modo, Mick vai atrás de um investigador que se chama Frank, a fim de buscar provas que provem a culpa de Louis no caso anterior, mas eis que seu investigador é morto com

⁸⁶ Estudante de direito.

⁸⁷ Estudante de direito.



a própria arma de Mick, que foi roubado de sua própria casa, e passando a fazer parte da suspeita de morte do amigo.

Nesse entrave, a situação de Mick começa a ficar complicada quando a polícia encontra mais evidências na morte de Frank, e o advogado resolve apelar para uma amiga que tem contatos e consegue informações que precisa para incriminar Louis da morte da primeira prostituta. O julgamento continua e a prostituta violentada que gerou a acusação é chamada para depor mas sua versão é desqualificada já que sabia das posses de Louis estando interessada nisso financeiramente.

Mick consegue livrar Louis, ao desqualificar o depoente, já que descobriu que ele mentiu no tribunal num caso de delação também.

Com essa derrapada, Ted é obrigado a desistir do caso e Louis acaba livre. Mas ao sair da sala do julgamento, é preso novamente sob os olhos de sua mãe e advogado da empresa, pelo crime de homicídio da primeira prostituta, dadas as evidências entregues por Mick secretamente.

Revoltada, a mãe de Louis cai até a casa de Mick e tenta matá-lo, revelando que foi ela que assassinou Franck, confirmando assim a história de Val (John Leguizamo) – um agente que monitora os presos e suas tornozeleiras – de que Louis não matou o investigador. No embate, Mik é atingido no braço mas consegue disparar contra Mary, que cai.

Ao sair do hospital, agora redimido mediante seus colegas, depois da prisão de Luís e soltura de Jesus, Mick continua seu trabalho ao lado de Earl (Laurence Mason) – seu chofer particular – e sendo abordado pela gangue de motoqueiros, a quem deve um favor por terem espancado Louis, volta aos casos de origem duvidosa

3 REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE OBRA E IMPLICAÇÕES

A trama relata a realidade de muitos profissionais de área jurídica que usam as suas habilidades para se beneficiar de alguma forma desonesta e imoral, esse entrave se aplica perfeitamente no filme quando aborda não só a questão de confiabilidade de advogado e paciente (não lembro o nome dos termos para advogado e a pessoa que vai atrás do advogado), mas também a desonestidade do Louis ao pedir para um advogado para tentar ganhar o caso a qualquer custo. A realidade desse filme se assemelha a muitas pessoas que preferem escolher o caminho errado, do que arcar com as consequências de enfrentar a sociedade e suas normas.



RESENHA 27

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes: Um novo foco sobre o crime e a justiça**. São Paulo: Palas Athena, 2008.

Julianne Dutra da Costa

1 HOWARD ZEHR.

Howard Zehr, também conhecido como “o pai da justiça restaurativa”, nasceu no dia 2 de julho de 1944, nos Estados Unidos, o autor é um dos pioneiros da justiça restaurativa, além de atuar em prol da sua implantação em busca por respeito e dignidade para todos. Professor e escritor, Howard Zehr é também consultor, conferencista e multiplicador internacional, atendendo a profissionais de direito e instituições no mundo todo.

Atualmente, o escritor é professor de Sociologia do curso de graduação em Transformação de Conflitos da Eastern Mennonite University em Harrisonburg, Virgínia, nos Estados Unidos da América, com objetivo de criar profissionais mais reflexivos, além de ser o co-diretor do Center for Justice and Peacebuilding. Ademais, criou a iniciativa que hoje é chamada Centro de Justiça Comunitária, o primeiro programa de reconciliação entre vítimas e infratores nos Estados Unidos e continua atuando dentro do sistema de justiça criminal, dando suporte ao trabalho com vítimas. O professor vem orientando seu trabalho de pesquisa para o estudo das vítimas, a justiça restaurativa e da sua aplicação nos casos de violência grave.

2 SÍNTESE DA OBRA.

Em primeira análise, a obra se trata de apenas mais um livro, uma série de palavras agrupadas em 1990 que foram traduzidas do inglês para o português, tal qual o pensamento encontrado dentro da obra. Entretanto, ao longo da leitura, assumimos uma nova maneira de analisar a justiça e, gradativamente, compreendemos do que a justiça restaurativa se trata.

Durante parte da obra, observamos um caso como quaisquer outros que residem em nosso sistema penal, um roubo com mão armada que acabou com uma vítima ferida. Em seguida, uma verdadeira troca de olhares ocorre nos capítulos seguintes, e a confusão está no momento em que ficamos entre o olhar da vítima e o do seu agressor, porque neste momento nos perguntamos “quem é o verdadeiro culpado?”.

“O rapaz traumatizado que cometeu o delito transformou-se num criminoso e foi, portanto, tratado como uma abstração, através de estereótipos. A moça ferida tornou-se uma



vítima, mas suas necessidades provavelmente receberam pouca ou nenhuma atenção. Os eventos se tornaram um crime, e o crime foi descrito e tratado em termos simbólicos e jurídicos estranhos às pessoas envolvidas. Todo o processo foi mistificado e mitificado, tornando-se assim uma ferramenta útil a serviço da mídia e do processo político”, disse Zehr, dentro de sua obra.

Mais comumente, a sociedade observa aqueles que ficam contra a lei com revolta e, seguindo esse mesmo raciocínio, eles esquecem da vítima, porque ao invés de pensar nas necessidades às quais ambos possuíam previamente, assim como as necessidades criadas pelo ato danoso, ou seja, tudo aquilo que os trouxe até o momento do crime, desde o momento em que o infrator rompe com as obrigações as quais estão interligadas ao modelo de sociedade vivido pelo mesmo, sem contar nas obrigações existentes e a própria moral adotada pelo indivíduo.

Vivemos em uma sociedade que trata a prisão como sendo a solução e a retirada de sua liberdade como o que aqueles que cometem crimes merecem. Nesse viés, são lançados apenas castigos e duras punições para que eles aprendam o que devem fazer. Entretanto, após sua saída, muitos são marginalizados e nunca conseguem se adaptar à realidade fora da sela.

Por isso, a justiça restaurativa é nada mais e nada menos do que uma nova forma de ver a justiça, uma sugestão aos pressupostos de um crime, onde focamos nossas lentes na reparação e cura das lacunas da sociedade antes e depois de cada crime, interessados na cerne da problemática e assim criamos novos caminhos a serem seguidos na busca por soluções e resolução de problemáticas da justiça.

3 REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE OBRA E IMPLICAÇÕES.

O conceito de justiça restaurativa apresentado pelo autor demonstra uma nova maneira de compreender a justiça, afastando-se do foco em apenas punições e linhas de raciocínio que tratam as leis como mais um pedaço de papel.

Na justiça restaurativa, existem três princípios básicos dentro dessa terminologia. Em primeiro lugar, porque quando qualquer pessoa sofre danos, há necessidade. Em segundo lugar, temos as obrigações, onde nos perguntamos “ De quem é a obrigação de reparar o dano e fazer o que é certo?”. E, por último, o princípio de compromisso, no qual as pessoas que foram impactadas de alguma forma deveriam ser incluídas na solução.



A Justiça restaurativa trouxe como obrigação a necessidade de corrigir os erros, caminhando para além das partes envolvidas e as unindo com a comunidade na busca por soluções que promovam reparação, reconciliação e segurança. Este é um pensamento inovador, analisando o verdadeiro entrave e trazendo a restauração de relacionamentos sociais, a reorganização dos envolvidos e o fortalecimento da comunidade, utilizando-se de um pensamento da completude do crime, como uma questão coletiva.



RESENHA 28

AS VANTAGENS de ser invisível. Direção: Stephen Chbosky. Produção: John Malkovich e Stephen Chbosky. Pittsburgh, Pensilvânia: Summit Entertainment, 2012. Disponível em: <https://play.hbomax.com/page/urn:hbo:page:GYUAWewus5pWewgEAAAAT:type:feature>. Acesso em: 20 mar 2022.

Ana Beatriz Moreira Ferreira⁸⁸
Gabriela Alvarenga Mártires Coelho⁸⁹
Vinicius Machado Duarte⁹⁰

1. APRESENTAÇÃO DO AUTOR DA OBRA

O escritor e diretor norte-americano, Stephen Chbosky nasceu em 25 de Janeiro de 1970 em Pittsburgh, Pensilvânia. Ele recebeu seu diploma de Bacharel em belas artes pela *University of Southern California* em 1992. Seu primeiro filme foi *The Four Corners of Nowhere*, em 1995, em que foi escritor e diretor. O filme foi premiado no *Chicago Underground Film Festival*.

A sua obra *As Vantagens de Ser Invisível* foi, inicialmente, um romance literário publicado pela MTV/*Pocket Books* em fevereiro de 1999. O livro teve sucesso após sua publicação, o que tornou Chbosky bem conhecido no cenário literário. Posteriormente, tornou-se um projeto cinematográfico, em que o autor trabalhou como produtor executivo ao lado do produtor John Malkovich.

Outras exemplos de obras que Chbosky participou são *Extraordinário* (2017), *A Bela e a Fera* (2017) e *Querido Evan Hansen* (2021).


2. SÍNTESE DA OBRA

O filme, que se passa em Pittsburgh, na Pensilvânia, apresenta a história da vida de Charlie, um adolescente que acaba de entrar no ensino médio e enfrenta as dificuldades de um aluno do primeiro ano. Charlie conhece dois alunos do terceiro ano, Patrick e Sam, por quem Charlie possui um interesse amoroso até então não correspondido. Enquanto sai com o casal de irmãos, cria mais amizades: Alice, Brad e Mary Elizabeth. Ao decorrer da longa metragem, torna-se evidente que os problemas enfrentados por Charlie não são os que qualquer adolescente enfrentaria. Através de notas que o protagonista escreve ao seu melhor amigo, ele expõe a sua

⁸⁸ Universitária do Curso de Direito em CESUPA (Centro Universitário do Estado do Pará).

⁸⁹ Universitária do curso de Direito em CESUPA (Centro Universitário do Estado do Pará).

⁹⁰ Universitário do curso de Direito em CESUPA (Centro Universitário do Estado do Pará).



experiência do dia a dia. Em uma família composta pelos pais e dois irmãos, Chris e Candace, Charlie lamenta intensamente a morte de sua tia Helen, por quem demonstra ter muita afeição. Durante as recaídas de Charlie, ele tem flashbacks de eventos traumáticos em sua vida. Charlie demonstra ser uma pessoa muito observadora e tímida, que não participa socialmente como os outros adolescentes ao seu redor. Percebe-se que ao conhecer o professor de inglês Bill Anderson e os amigos Patrick e Sam, Charlie apresenta uma melhora em sua disposição para conviver socialmente. O personagem nutre uma paixão por livros, a qual compartilha com seu professor e expõe o desejo de tornar-se um escritor. Em uma noite de diversão dirigindo com os amigos, Charlie finalmente descobre a sensação de felicidade. Decide então aproximar-se cada vez mais deles, principalmente de Sam, ajudando em seus estudos. Dessa forma, encontra muitos interesses parecidos com os de Sam, o que faz o protagonista apaixonar-se mais. Entretanto, evidencia-se que é uma paixão platônica, ao passo que Sam se envolve amorosamente com Craig. A vida amorosa de Charlie torna-se uma confusão quando ele se relaciona com Mary Elizabeth, ainda nutrindo sentimentos por Sam. Tal confusão prejudica seu relacionamento com seus amigos. Ao afastar-se deles, Charlie se encontra tendo mais recaídas, em um estado deprimido durante semanas. Quando o protagonista ajuda Patrick em uma briga de escola, as relações normalizam-se, e Charlie aparenta melhorar novamente. Com o passar dos meses, o adolescente encontra-se obrigado a se despedir de seus queridos amigos que vão para faculdade. A sua personalidade extremamente altruísta mostra ser um problema, ao observar que Charlie sempre prioriza a felicidade de pessoas que ele ama acima de sua própria, o que resulta em uma recaída extremamente perigosa quando Sam vai embora. O desfecho do filme mostra Charlie aprendendo a lidar com seu passado e sua nova vida no segundo ano do ensino médio, sem seus amigos, porém com o apoio e intervenção de sua família e médicos.

3. REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE A OBRA E IMPLICAÇÕES

A obra tem uma visão romântica-adolescente, com traços indie/alternativo. Apresenta uma trilha sonora bem recheada de músicas majoritariamente rock/rock indie, que casam perfeitamente com o cenário melancólico da trama. O elenco é composto por identidades já bem conhecidas pelo público, principalmente pelo meio adolescente e jovem-adulto, como Ezra Miller, Logan Lerman, Nina Dobrev, Emma Watson entre outros. Como esperado, entregam uma ótima performance, com a atmosfera jovem e intensa necessária para dar credibilidade à trama. **As Vantagens de Ser Invisível** aborda uma temática extremamente necessária sobre saúde mental, prevenção ao suicídio e empatia, principalmente na atualidade, em que as pessoas têm tendência a serem mais individualistas e sofrem muito com doenças mentais, como a



conhecida como **mal do século**, a depressão. Mostra também a necessidade de normalizar ajuda médica e educação sexual aos adolescentes, e expõe a supervisão dos pais como crucial no processo. É um filme que desperta e imerge o espectador em uma reflexão sobre os elementos discutidos.

Artigos





ARTIGO 1

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA E DEFINIÇÃO DO CRITÉRIO ESPACIAL DO ISS

Carlos Egger Carvalho Miranda Junior
Fábio Natel Louzada
Luciano Cavalcante de Souza Ferreira

RESUMO

A arrecadação tributária é base essencial para composição do orçamento público e através deste garantir políticas públicas. A Constituição Federal atribui aos Entes federativos a capacidade de tributar, e de como tributar. Os detalhes, na maioria dos casos, são legislados por Lei Complementar, que explicam algo à constituição. Dentre os impostos de competência municipal temos o Imposto Sobre Serviços que, encontra na territorialidade fator essencial para arrear ou não sobre a prestação do serviço. O presente artigo apresenta uma solução já existente, mas não aplicada, para mitigar a perda de receita de muitos municípios que não estão próximos ou em grandes centros empresariais.


PALAVRAS-CHAVE: ISS; Territorialidade; Competência tributária.

INTRODUÇÃO

Com a evolução do ambiente negocial e as facilidades tecnológicas para concretização de negócios, os municípios enfrentam relevante perda de receitas tributárias oriundas do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) para diversos centros com maior concentração empresarial em razão de serviços que podem ser prestados simultaneamente no território de mais de um município, utilizando-se, por exemplo, mecanismos virtuais.

A competência tributária do ISS é atribuída ao município onde está localizado o estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, salvo exceções previstas no artigo 3º da Lei Complementar 116/2003, ao que o imposto será devido no local onde ocorreu o fato gerador, ou seja, a execução do serviço. Em alguns casos esse serviço poderá ser executado, simultaneamente, em mais de um município, o que poderá gerar um privilégio no recebimento da receita tributária por um município em detrimento do outro território em que também ocorreu a prestação do serviço.

Considerando que a regra-matriz da incidência tributária é composta pelos aspectos material, espacial, temporal, pessoal ou subjetivo e quantitativo, deve-se dar ênfase ao aspecto espacial para determinar a municipalidade que terá capacidade tributária ativa nesta perspectiva de incidência.



O presente trabalho é formado a partir da base metodológica bibliográfica, aplicando crítica e comparação entre formas de arrecadação e compensação de impostos, para ampliação da autonomia de entes federativos.

1. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA NO ISS

Segundo Leandro Paulsen (2018), o conceito constitucional de serviços é a prestação de esforço humano que entrega a outrem bem material ou imaterial, com habitualidade, visando lucro e sob regime de direito privado.

Enquanto a comercialização de serviços é alcançada pelo ISS, o ICMS atinge a comercialização de mercadorias e dos serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.


No caso do ICMS, é muito comum a aquisição de mercadorias e serviços em que fornecedor/vendedor está em um estado da federação (origem) e o comprador está em outro (destino), momento no qual a receita tributária será gerada ao estado **vendedor**, ao passo que o estado **comprador** não obteve qualquer receita, sendo que houve participação deste na geração daquela riqueza. É neste momento que é observada a possibilidade da cobrança do Diferencial de Alíquota, representado pelo rateio entre esses Entes, da produção da arrecadação do ICMS, tornado assim mais justa a distribuição da receita para ambos os estados, de origem e de destino (GASSEN, 2013).

Tal situação não ocorre necessariamente na tributação do ISS em questões semelhantes.

Contudo, solução similar pode ser apresentada ao ISS em situações semelhantes de prestações de serviços pluri-territoriais, pois adquirimos, mesmo sem notar, serviços de outros municípios como por exemplo: a) uma aula ou palestra remota (professor trabalhando em um município e os alunos espalhados em diversos outros municípios); b) serviços laboratoriais (contratação e coleta de material biológico em um município e sua efetiva análise clínica em outro município); c) de lavanderia (contratação e entrega da roupa em um município e a efetiva lavagem em outro município).

A partir da legislação atual (LC nº 116/2003), nessas situações apenas um dos municípios terá competência tributária para arrecadar o ISS, a despeito dos serviços terem também sido prestados além de seu território.

Sob o ponto de vista da isonomia, os dois municípios têm direito à arrecadação pois não se constituiria o fato gerador daquela prestação de serviços sem o patrocínio de sujeitos



localizados em dois territórios fazendo parte do mesmo liame prestacional de serviços (aluno e professor, contratante e contratados).

Para garantir a autonomia, enquanto elemento básico do pacto federativo, consoante artigo 18 da CRFB, a receita é imperativa para custear o orçamento público, uma vez que para patrocinar direitos e garantias de seus munícipes, o município fá-lo-á sempre com garantias de recursos pois comprovadamente a administração estatal é dispendiosa.

O modelo utilizado para o ICMS, com promoção e acompanhamento do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), pode ser usado para aprimorar esse passo importante para uma divisão mais equânime da receita tributária do ISS dos municípios e consequentemente uma maior justiça social.


O Diferencial de Alíquota do ICMS (Difal) por definição é a repartição da receita tributária do ICMS nas operações interestaduais a um não contribuinte deste imposto, em que os estados de origem e destino do produto comercializado arrecadam, **alíquota interna** do estado destinatário e a alíquota interestadual do estado remetente.

Para explicar o Difal, criaremos determinado caso exemplificativo com os seguintes detalhes: 1. o vendedor está situado no estado de São Paulo e o comprador no estado do Pará, portanto, em estados distintos; 2. o comprador não é contribuinte de ICMS; 3. A alíquota de ICMS que incide em operação interna é de 17% e interestadual (origem SP e destino PA) é de 7%, para este caso; o valor do produto vendido foi de R\$ 100,00.

Dito isso, ICMS do estado de origem = R\$ 100,00 X 7% = R\$ 7,00. ICMS do estado de destino = R\$ 100,00 X 17% = R\$ 17,00. Difal = R\$ 17,00 – R\$ 7,00 = R\$ 10,00. Portanto, o valor de R\$ 7,00 é recolhido ao estado de São Paulo e R\$ 10,00 recolhido ao estado do Pará, pelo vendedor.

Com essa mesma estrutura e para facilitação de controle e fiscalização, a propõe-se a repartição de 50% da arrecadação para cada município, origem e destino, sendo de responsabilidade do contribuinte do ISS o recolhimento, e a fiscalização sendo exercida de forma solidária pelos Entes competentes.

Para evidenciar a desproporcionalidade, podemos usar a estimativa de arrecadação *per capita* do ISS dos municípios brasileiros no ano de 2019, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que mostra em primeiro lugar o Município de Barueri – SP com



arrecadação de R\$ 5.305,54 e o último lugar o Município de Lábrea – AM com arrecadação de R\$ 0,04. A capital Belém – PA está na posição 425º com arrecadação de R\$ 287,50.

CONCLUSÕES

Este é o cenário do desbalanceamento da receita tributária do ISS, em que o maior arrecadador se distanciará cada vez mais do menor, com maiores investimentos sociais e autonomia, sendo que o reflexo do exposto será a realidade daquela sociedade.

A busca de justiça social se inicia com a distribuição equitativa da arrecadação, que irriga o orçamento público para garantir o seu custeio e assim garantir o patrocínio de políticas públicas que assegurem ao cidadão os direitos e garantias constitucionalmente previsto.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. **Lei Complementar nº116, de 31 de julho de 2003**. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp116.htm. Acesso em: 30 de abr. 2022.

GASSEN, Valcir. **Tributação na origem e destino: tributos sobre o consumo e processos de integração econômica**. 2. ed. rev. e mod. São Paulo: Saraiva, 2013

PAULSEN, Leandro; MELO, José Eduardo Soares de. **Impostos federais, estaduais e municipais**. 11.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de direito tributário brasileiro**. 17.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

KASSOUF, Roberto Gonçalves. **O Critério Espacial da Regra Matriz de Incidência Tributária do ISSQN e o Superior Tribunal de Justiça**. 2014. 47. Monografia (Especialização) – Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, Especialização em Direito Tributário, Campinas, 2014. Disponível em: <https://www.ibet.com.br/wp-content/uploads/2017/07/Roberto-Gon%C3%A7alves-Kassouf.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2022.



ARTIGO 2

DOAÇÃO DE ÓRGÃO E TECIDOS E A AUTORIZAÇÃO PARA DOAÇÃO POST-MORTEN: DOAÇÃO CONSENTIDA E DOAÇÃO PRESUMIDA EM RELAÇÃO BIOÉTICA E BIODIREITO

ORGAN DONATION AND TISSUES AND AUTHORIZATION FOR POST-MORTEN DONATION: CONGENITAL DONATION AND PRESUMED DONATION IN BIOETHICAL AND BIOLAW RELATION

Isane Cristina Farias⁹¹

RESUMO

De início, a doação de órgão de órgão e tecidos post mortem é um debate de consentimento da família e o indivíduo deixar explicitado para o seu consentimento ou não de ser um doador com a sua morte encefálica e de em suma relevância deste discussão em uma medida de deixar a autonomia do indivíduo em questões de decisão sem intervenções internas que podem mudar sua decisão , a importância do laços familiares entra em vigor, deixando claro que não é só preceitos religiosos ou estado de conservação do corpo para o sepultamento e moralidade e a relevância de salvar outros indivíduos, os artigos nele representado , ratificam que em última instância foram expresso em testamento e o consentimento da família.

PALAVRAS-CHAVE: Doação; presumida; consentida; autonomia.

ABSTRACT


At first, the donation of organ organ and tissues post death and a debate of consent of the family and the individual leave explicit for their consent or not to be a donor with his brain death and to the very relevance of this discussion to a extent of leaving the autonomy of the individual in matters of decision without internal interventions that may change his decision , the importance of family ties comes into force, making it clear that not only religious precepts or state of conservation of the body for burial and morality and the relevance of saving other individuals, the articles represented therein, ratify that ultimately were expressed in will and the consent of the family.

KEY WORDS: Donation; presumed; consent;autonomy.

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo aborda a discussão sobre a doação de órgãos e tecidos na autonomia do indivíduo e da família em doar ambas as perspectivas bioéticas e morais que irão discorrer sobre esse trabalho e no intuito de elaborar um discernimento do quanto a autonomia do indivíduo e

⁹¹ Graduanda em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA) turma DI2NA.



importante no ciclo da doação diminuindo o poder da autonomia da família no poder de decisão.

Na elaboração da pesquisa levou-se em consideração o assunto controvertido que relacionaria as vertentes do debate acerca do ato decisivo do consentimento da família.

Esse trabalho demonstrará os objetivos da autonomia privada em como empregar a relação de doador de órgãos e tecidos uma perspectiva intrinsecamente do indivíduo em deixar explícito a sua vontade

A pergunta problema da pesquisa envolve discutir de que forma a morte encefálica interfere na autonomia dos sujeitos relacionados em questão?

São os desdobramentos da questão que entrará em vigor do norteamento do ser como autônomo sem intermédio de coração externo.

A pesquisa foi utilizando a metodologia de revisão bibliográfica, com fontes primárias e secundárias (SARGENTO, 2016).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 DEFINIÇÃO DE DOAÇÃO PRESUMIDA E CONSENTIDA

Inicialmente vale ressaltar que no Brasil que a norma constitucional brasileira adota a doação de órgão consentida que seria a doação de tecidos autorizada pela família do falecido no momento da constatação da morte encefálica se o indivíduo não tiver expressado oralmente para a família e em testamento e dever da família a decisão em consentir ou não, está expresso Lei nº 10.211.

Art. 4º A retirada de tecidos, órgãos e partes do corpo de pessoas falecidas para transplantes ou outra finalidade terapêutica, dependerá da autorização do cônjuge ou parente, maior de idade, obedecida a linha sucessória, reta ou colateral, até o segundo grau inclusive, firmada em documento subscrito por duas testemunhas presentes à verificação da morte. (BRASIL, 2001, online).

Além disso, temos a doação premiada que está diretamente relacionada e extinta no Brasil no qual pressuposto que todo sujeito era doador, não teria o vínculo da autorização da família e do mesmo, ou seja, todo indivíduo que não tivesse expresso em identidade ao para familiares o seu não consentimento e tivesse qualidades para doar na ausência era previsto o imediato ato de doar.

2.2 AUTONOMIA DO INDIVÍDUO E DA FAMÍLIA

Ademais, é imprescindível a autonomia da família no momento da doação, a qual está relacionada a questões adversas. Logo, diante do momento do luto, como o estado mental desses familiares estará afetado, para dispor de uma decisão imprescindível no qual afetará a vida de outros seres que estarão salvos com esse ato faz necessário. Assim, a bioética é um dos instrumentos de tentar explicitar essa importância de moralidade e ética em atos controversos. Diante do exposto vale ressaltar o livro **Dignidade da pessoa humana** que trás a autonomia privada do indivíduo.

“A autonomia privada responde à faculdade do indivíduo de fazer implementação e escolhas concernentes à sua própria vida ela expressa a autodeterminação individual”. (SARMENTO, 2016, p.140)

O sujeito no qual detentor de sua individualidade e volitiva destaca a importância de deixar expresso em vida vontade de auto determinado o seu consentimento ou abstenção de ser doador, destaca o Sarmiento (2016, p. 141):

A independência do indivíduo é a capacidade de agir do formato da moralidade, do sujeito de fazer escolhas conscientes e sem intervenções externas, nos quais são atos sem vínculo de coação ou grave ameaça no qual o indivíduo é auto determinado e traz objetivos consigo.

Portando, diante das vertente apresentadas a doação de órgão e tecidos redireciona a um ponto de fato de questões de autoria de medidas de intervenção de relevância do debate entre o sujeito e os familiares

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo os objetivos desse debate foi finalizado com em suma importância do debate bioético com o desenvolvimento autônomo do indivíduo e determinado em deixar expressamente em vida sua vontade de ser doador ou não. Em síntese, vale ressaltar que as característica que dá preservação da integridade aqui debatida aqui reverbera a doação de órgão post mortem na erradicação da doação presumida em 2001 em a doação consentida trazendo mais entraves na doação no brasil a família em seu profundo luto pela perda qual é a medida de intervenção dos médicos em pedirem a doação já que a morte encefálica no qual todos os outros órgão estão funcionando só e a morte presumida do encéfalo.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.211, de 23 de Março de 2001. Institui o Código Civil. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**: seção 3, Brasília, DF, ano 2001. Disponível em: L10211 (planalto.gov.br)

MUNDO DOS ADVOGADOS. **Conheça a lei de doação de órgãos e transplante no Brasil**. Atualidades sobre advocacia. 20 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.mundoadogados.com.br/artigos/conheca-a-lei-de-doacao-de-orgaos-e-transplante-no-brasil>. Acesso em 26 abril 2022

REVISTA VEJA SAÚDE. **Decreto de Temer muda regras de doação de órgãos**. Veja. 19 de outubro de 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/decreto-de-temer-muda-regras-e-dificulta-doacao-de-orgaos/>. Acesso em 24 abril de 2022

SARMENTO, Daniel. **Dignidade da pessoa humana**. Belo horizonte, v. 140, n. 141 p. Fórum, 2016.

SENADO NOTÍCIAS. **Projetos mudam legislação de 24 anos para facilitar doação de órgãos**. Agência Senado. 02 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/02/02/projetos-mudam-legislacao-de-24-anos-para-facilitar-doacao-de-orgaos>. Acesso em 26 de abril de 2022.



ARTIGO 3

O SEXISMO ESTRUTURAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS PARA AS MULHERES DO SÉCULO XXI

Dayane dos Santos⁹²
Juli Vitória Obalski Sampaio⁹³
Marco Antônio Marques Maia⁹⁴
Marília Costa Rodrigues⁹⁵

RESUMO

A presente pesquisa busca analisar, de forma geral, os impactos do sexismo institucionalizado na vida das mulheres, em suas esferas sociais e econômicas. Dessa forma, tem como objetivo principal gerar a reflexão acerca de tais consequências negativas advindas da sociedade patriarcal em que estão inseridas, analisando o contexto com um viés global. Para isso, questionamentos serão feitos a fim de nortear questões que envolvem o comportamento masculino quando se trata de assuntos feministas, a posição da sociedade quanto ao tema, bem como os impactos diretos que exercem na vida da mulher no século XXI. Com tal intuito, o artigo a seguir abordará questões controvertidas socialmente, como sexo e sexualidade, liberdade feminina, orientação sexual e também de que forma tais assuntos podem afetar a vida psicológica, social e econômica da mulher.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade sexista; Feminismo; Machismo institucionalizado; Sexismo; Mulheres.

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, é importante expor que ao falar-se de feminismo e luta das mulheres, deve-se compreender primeiramente o sexismo, visto que este, por ser uma forma de discriminação e objetificação de corpos baseados em pressupostos de gênero, constitui um dos maiores objetivos comuns entre as correntes feministas: a sua abolição. O fato de ele existir em nossa sociedade, reforça a dicotomia clássica de dominador e dominado, ao passo que enxerga as mulheres como inferiores aos homens (nos mais diversos aspectos) baseado tão somente em seu gênero, o qual lhe foi socialmente imposto. Assim, é de extrema relevância os debates e compreensões acerca de tal tema para que se possa compreender efetivamente todo o histórico de opressão feminina e o quanto seus impactos repercutem em todas as esferas de suas vidas.

⁹² Graduanda em Direito no Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA), Turma DI2NA.

⁹³ Graduanda em Direito no Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA), Turma DI2NA.

⁹⁴ Graduando em Direito no Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA), Turma DI2NA.

⁹⁵ Graduanda em Direito no Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA), Turma DI2NA.



Dessa forma, este trabalho tem como objetivo demonstrar o quanto a vida em sociedade, especialmente a da mulher, sofre com as reverberações que advêm do sexismo estrutural, desde o machismo, até as desigualdades sociais e de gênero, dado que a imersão de mulheres ao comportamento sexista (gerado pelo sexismo institucionalizado sistêmico) acarreta em graves consequências para a almejada liberdade feminina, uma vez que, devido a formação da mulher ser condicionada a uma sociedade sexista, estas reproduzem naturalmente os mesmos comportamentos sexistas, já que tais condutas são consideradas hábitos tidos como normais em meio a sociedade patriarcal.

Logo, de que forma pode-se identificar e presenciar o sexismo institucionalizado e suas consequências?

Para o desenvolvimento do raciocínio, tem-se como base principal a obra **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras** (HOOKS, 2021), a obra referida suscita questionamentos e estabelece posicionamentos essenciais acerca do tema apresentado, bem como expõe formas pertinentes para lidar com a problemática. Por fim, a análise foi feita utilizando-se do método de revisão bibliográfica, com uso de fontes primárias e secundárias (MARCONI; LAKATOS, 2003).

2 DESENVOLVIMENTO

Tendo em vista o cenário histórico que por séculos subjugou mulheres e deliberou para elas a função de exercer seu papel social como dona do lar, mãe ou objeto sexual para seus maridos, abrindo mão de suas vontades e liberdades individuais, observa-se o quanto a mulher sempre foi considerada como uma mercadoria e o quanto a subordinação lhe foi imputada. Nesse viés, tem-se então uma mulher como enfeite moral, um mero objeto do lar e do marido, considerada frágil e inferior, sem aspirações individuais ou vontade própria. Parafraseando Dworkin (1991, p.116): "O objeto tem que ser aquilo que deve ser, seu comportamento deve ser apropriado à sua função"

Destarte, com o advento da tomada de consciência das mulheres como um coletivo, uma classe própria, as primeiras feministas começaram a reivindicar seus direitos e o movimento tornou-se global, transcendendo os limites de aspirações individuais e alcançando um viés de coletividade, emancipação conjunta. O movimento é composto de diversificações, portanto, possui diversas vertentes, que atendem as demandas específicas de determinado grupo de mulheres, no entanto, o que majoritariamente vê-se em comum apesar das diferenças, é que a



luta pelo fim da opressão sexista e suas subjugações, bem como o fim da estrutura patriarcal como um todo, é um objetivo.


Nessa perspectiva, mulheres do século XXI conquistaram, em regra, coisas que outrora eram inimagináveis, como o direito ao voto e, conseqüentemente, a cidadania, bem como o direito a educação e o controle de suas finanças, porém, ainda estão longe de alcançar a liberdade plena, isto é, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional, uma vez que, com o avanço da sociedade e da luta, novas demandas surgem (como a desigualdade salarial), de acordo com o contexto histórico e social em que estiverem inseridas. Porém, embora certos avanços tenham sido alcançados devido ao ativismo feminino, não se pode falar de liberdade real e, sim, de uma liberdade aparente, uma vez que muitas mulheres continuam relegadas de direitos básicos e informação, esta que é uma arma poderosíssima quanto a opressão e que, no entanto, é empunhada por poucas.

Conforme Beauvoir (2020), o processo de dominação feminino apenas se concretizou, por haver aliadas dos dominadores entre as próprias dominadas. Com isso, tem-se que, ainda hoje, muitas mulheres normalizam falas e hábitos sexistas, e até as reproduzem, isto porque estão imersas em um ambiente predominantemente machista, no qual ainda persiste a ideia de que cuidar das tarefas de casa e vigiar os filhos é função única e exclusiva da mulher, em que ainda se é considerado normal que mulheres recebam menos, mesmo quando executam sua função com excelência, tal qual os homens e, por vezes, superior a estes.

Isto é, espaços importantíssimos para ascensão social estão sendo conquistados por mulheres, porém a estrutura patriarcal e sexista ainda reverbera nos campos da vida social e profissional de mulheres, de forma que ainda se faz necessário tais inferências e exigências coletivas, para que haja uma mudança em âmbito estrutural, o que, de acordo com Hooks (2021) não será conquistado com meras reformas e, sim, com mudanças radicais e efetivas na sociedade. O fato é que a existência e perpetuação do sexismo afeta diretamente a vida social e econômica da mulher, já que ele usurpa direitos como a igualdade salarial e direitos reprodutivos.

Ademais, é muito importante a participação dos homens nessa mudança estrutural, uma vez que a socialização masculina os torna como aliados do patriarcado e seus instrumentos de opressão histórica, cabendo a eles a reflexão e inferências do seu lugar na luta e as influências do próprio patriarcalismo em suas vidas.

Em conformidade com Hooks (2021, p. 16):




Homens, como um grupo, são quem mais se beneficiam do patriarcado, do pressuposto de que são superiores às mulheres e deveriam nos controlar. Mas esses benefícios tinham um preço. Em troca de todas as delícias que os homens recebem do patriarcado, é exigido que dominem as mulheres, que nos explorem e oprimam, fazendo uso de violência, se precisarem para manter o patriarcado intacto. A maioria dos homens acha difícil ser patriarca. A maioria dos homens fica perturbada pelo medo de mulher e pela violência de homens contra mulheres, até mesmo os homens que disseminam essa violência se sentem assim, mas eles têm medo de abrir mão dos benefícios.

Com esse posicionamento, a autora estabelece que homens podem ser, também, vítimas dessa opressão. No entanto, diferente das mulheres, homens são sempre privilegiados e exaltados, a modo que mulheres são sempre subjugadas, diminuídas, violentadas, rebaixadas e limitadas por essa estrutura machista e opressora, que por séculos impôs seus preceitos sexistas no dia a dia da sociedade, tornando penosa uma mudança estrutural da sociedade sem a participação masculina. Por isso, os conceitos feministas podem, e devem ser também explorados por homens, obviamente não como protagonistas, já que o feminismo é um movimento de mulheres, mas sim, como aliados, como pró-feministas, para que assim tenham a dimensão do problema institucional em que a sociedade está imersa e dessa forma, tornem-se abolicionistas do sexismo institucionalizado, e entendam as amarras que perpassam também a eles.

Por fim, por muito acreditou-se que o trabalho seria o primeiro passo para a libertação feminina, dado que uma mulher economicamente autossuficiente não estaria vulnerável a desenvolver dependência econômica. Entretanto, mulheres latinas, pobres e negras que fugiam da esfera europeia e americana branca burguesa, já trabalhavam e clamavam por dignidade em seus empregos, por um salário justo e digno. Ainda hoje, tais questões continuam a ser suscitadas, já que tal problemática não foi superada, apesar de algumas mulheres individuais conseguirem sua ascensão profissional (e, ainda assim, ganharem menos que um homem exercendo a mesma função). Tal questão muitas vezes, nega as mulheres o seu direito de saída e as torna dependentes de seus opressores, fazendo-se necessário uma justiça distributiva para mulheres, assunto este que tem sido estudado e debatido.

3 CONCLUSÃO

Percebe-se, portanto, a necessidade de averiguações mais profundas acerca do assunto, bem como seu estudo e debate de forma mais aprofundada, uma vez que se faz relevante durante todo o percurso histórico social. O objetivo deste artigo visou fazer uma breve introdução aos impactos do sexismo institucionalizado e breves menções a temas que o perpassam, bem como a vida profissional e social da mulher que é afetada por isso. A metodologia utilizada foi,



portanto, adequada para o viés de análise por um panorama geral, tendo como dificuldade maior apenas o tempo para uma maior captação de visões. Por fim, sugere-se um estudo aprofundado das raízes do sexismo na sociedade brasileira, bem como seus impactos na vida social e econômica da mulher latina.

4 REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2020.

DWORKIN; Andrea. **Pornography: Men Possessing Women**. 1. ed. Plume: 1991.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 15ª. Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ORGANIZADORES



Andréa Cristina Marques de Araújo

Possui graduação em Bacharelado em Administração pela Universidade da Amazônia-UNAMA (1995), Especialização em Sistemas de Informação pelo CESUPA (1999) e Mestrado em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2001). Doutorado em Ciência da Informação, na Universidade Fernando Pessoa - UFP, em Porto/Portugal (2021) Atualmente é professora titular mestre do CESUPA, funcionária concursada (aprovada em 2º lugar no concurso público), cargo de administradora no Banco do Estado do Pará, com função de analista lotada na Superintendência de Desenvolvimento, atua como OUVIDORA GERAL no CESUPA (com registro na Associação Brasileira de Ouvidores e titulação no Curso Nacional de Certificação em Ouvidoria) e é membro do CONSELHO EDITORIAL da Editora e-Publicar, Membro do conselho Editorial Editora Atena, Membro do Conselho Técnico Científico Editora Bagai e Membro do Conselho de Pareceristas da Revista do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná (Centro de Estudos do MPC-PR). Na área de gestão acadêmica, já atuou como coordenadora de Curso de Graduação Bacharelado em Administração da Faculdade Ideal FACI, coordenadora do curso de especialização em Informática na Educação do CESUPA e como coordenadora de TCC dos cursos de Sistema de Informação Engenharia da Computação e Ciência da Computação do CESUPA. Como experiência docente, lecionou em cursos de graduação de diversas faculdades como CEFET, IFPA, CESUPA, FACI, UNAMA e FAP, e professora de especialização de cursos no CESUPA e FACI. Tem experiência na área de Sistemas de Informação, Tecnologia da Informação e Educação, com ênfase em Tecnologia Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: administração, informática na educação, sistemas de informação e processo decisório, metodologia acadêmica. Tem três livros publicados, textos publicados em jornais e artigos e capítulos de livros publicados em eventos, congressos e revistas.

ORGANIZADORES



Bruna Santana da Encarnação

Acadêmica de Direito, atualmente no nono semestre do curso no Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA). Estagiária no escritório Cavalcante, Pereira e Advogados Associados desde 2021. Integrou a Clínica de Direitos Humanos da Faculdade Ideal entre 2020 e 2021, tendo dois pôsteres aprovados no CONPEDI.

ORGANIZADORES



Vinícius Ricardo Pereira de Matos

Advogado. Pós-graduando em Direito Processual Civil pelo Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA. Pós-graduando em Direito Público pela Faculdade CERS. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA (2021), com menção honrosa de destaque acadêmico, na posição de primeiro lugar da turma.

ORGANIZADORES



João Renan Santanna Lopes

Estudante de Graduação em Engenharia da Computação do Centro Universitário do Pará – CESUPA. Participa do Grupo de Iniciação Científica em Pesquisas Acadêmicas na Engenharia da Computação (GICPAEC) e do Grupo de Programação do Escritório de Engenharia do CESUPA. É representante da turma EC1MA, Engenharia da Computação. Contribuiu com pesquisas acadêmicas voltadas para o desenvolvimento de Inteligência Artificial. Sua principal linha de interesse está centralizada nos estudos da Biologia Computacional – Bioinformática e Segurança da Informação, com foco em Segurança Ofensiva.

ORGANIZADORES



Sarah Lopes Passarinho

Advogada, Bacharel em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA, Pós-Graduada em Direito Tributário e Aduaneiro (PUC-MG) e membro do Grupo de Pesquisa Inovações no Processo Civil (CNPQ), na Linha: Efetividade da Execução pela Universidade Federal do Pará - UFPA; do Núcleo de Estudos Avançados em Direito Financeiro e Tributário da LAJUPA (NEADFT); da Comissão de Jovens Advogados; e da Comissão do Contencioso Administrativo e Judicial Tributário e Combate ao Abuso do Contribuinte - OAB/PA. Ademais, possuo experiência profissional nos ramos do Direito Tributário, Processual Civil e Público, através do assessoramento jurídico de empresas, confeccionando relatórios e atuando tanto de forma preventiva quanto contenciosa. Além disso, sou Conciliadora e Mediadora certificada pelo Tribunal do Consumidor (TDC), bem como, possuo experiência prática no assessoramento jurídico condominial, buscando a satisfação de dívidas tanto judiciais, quanto extrajudiciais. Durante a graduação, fui coordenadora e membro do Projeto de Extensão "Ilhas Legais" do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo Junior - NIEJ, prestando assessoramento jurídico gratuito as comunidades quilombolas (2017 - 2018) com vistas ao requerimento de benefícios previdenciários, regularização da comunidade, dentre outros.

ORGANIZADORES



Maria Eduarda Milhomem Barata

Acadêmica de Direito, atualmente no terceiro período do curso na Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA). Estagiária na Secretaria do Estado da Fazenda (SEFA) desde 2022. Possui um projeto científico internacionalmente premiado sobre a análise físico-química, centesimal e sensorial de pão de forma enriquecido com farinha de vinagreira roxa (*hibiscus sabdariffa L.*) e certificados de proficiência nas línguas inglesa e espanhola.

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
@epublicar
facebook.com.br/epublicar

COLETÂNEA DE TRABALHOS ACADÊMICOS:

PORTFÓLIO DE RESUMOS, RESENHAS E ARTIGOS

3

Andréa Cristina Marques de Araújo
Bruna Santana da Encarnação
João Renan Santanna Lopes
Maria Eduarda Milhomem Barata
Sarah Lopes Passarinho
Vinícius Ricardo Pereira de Matos



2022

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
@epublicar
facebook.com.br/epublicar

COLETÂNEA DE TRABALHOS ACADÊMICOS:

PORTFÓLIO DE RESUMOS, RESENHAS E ARTIGOS

3

Andréa Cristina Marques de Araújo
Bruna Santana da Encarnação
João Renan Santanna Lopes
Maria Eduarda Milhomem Barata
Sarah Lopes Passarinho
Vinícius Ricardo Pereira de Matos



2022